



O PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE CRIATIVA

conceitos e vivências para gestão

Adriana Silva | Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa | Nainôra Maria Barbosa de Freitas

O PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE CRIATIVA

conceitos e vivências para gestão

Adriana Silva | Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa | Nainôra Maria Barbosa de Freitas

Adriana Silva

Pós-doutora em Administração com foco em Gestão de Políticas Públicas em Cultura pela FEA/USP, Doutora em Educação pela Ufscar, Mestre em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda, Jornalista pela Universidade de Ribeirão Preto. Pesquisadora do IPCCIC - Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Pós-doutora em Administração com foco em Gestão de Políticas Públicas em Cultura pela FEA/USP, Doutora e Mestre em História pela Unesp. Historiadora pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Pesquisadora do IPCCIC - Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Nainôra Maria Barbosa de Freitas

Doutora e Mestre em História pela Unesp, pesquisadora do IPCCIC - Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.



Pesquisadoras do IPCCIC - Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais

Adriana Silva
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Nainôra Maria Barbosa de Freitas

Projeto Gráfico
Adriana Silva

Ilustração
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Revisão
Viviane Alves

O114

**O Patrimônio Cultural na Cidade Criativa: conceitos e vivências para gestão /
Adriana Silva; Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa; Nainôra Maria Barbosa
de Freitas.**

180 p.

ISBN 99788567042091

**1. Gestão da Cultura. 2. Cidade Criativa. 3. Patrimônio Cultural. I. SILVA,
Adriana. II. ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. III. FREITAS, Nainôra Maria
Barbosa de. IV. Título: O Patrimônio Cultural na Cidade Criativa: conceitos
e vivências para gestão.**

CDD 353.7

Sumário

Introdução - 07

Capítulo 1 – Cidade Criativa: o homem cocriador - 13

Sobre o homem cocriador - 17

Cidade Criativa - 22

Questões que se desejam inovadoras : Tecnologia Social própria - 37

Modelo espiral de diagnóstico e promoção da Cidade Criativa - 39

Capítulo 2 – Patrimônio Cultural: o homem como produtor de significados

Memória e Criatividade

Patrimônio: uma palavra, vários usos e significados

Atualizando conceitos e ampliando percepções sobre o patrimônio

Origens da preservação do patrimônio no Brasil

O que é patrimônio cultural

Diversidade Cultural e patrimônio cultural

Capítulo 3 – Referências Culturais: o homem no seu quintal

A festa que o povo se dá

A comida nas festas que o povo se dá

Afeto, autoestima e pertencimento

Cidade espetáculo e cidade criativa

Capítulo 4 – Vivências:

Formas de proteger o patrimônio

As cidades e o diagnóstico: um novo olhar

Considerações finais



Introdução

Quando saberes diversos se inter-relacionam, produzem novos olhares e proporcionam o deslocamento da atenção, permitindo o surgimento de soluções de problemas dentro e fora do cotidiano. É neste momento que dificuldades se transfiguram em oportunidades; o eventualmente feio se apresenta belo; o difícil oscila para menos, quanto mais aumenta o desejo do fazer; a força do coletivo, pequeno ou grande, faz-se maior do que a soma da força individual de cada uma das partes.

Mais do que um conjunto de palavras aparentemente motivacionais, o parágrafo acima desnuda o conceito inverso estudado neste livro: saberes, quando não multidisciplinares, tendem a gerar mais do mesmo conteúdo e o fazem de maneira tão ensimesmada que tomam emprestado da Ciência a definição de lógica e estabelecem verdades inquestionáveis como, por exemplo, no universo da gestão: "tudo é muito difícil". Estas conclusões, arraigadas, costumam paralisar e a ideia, ainda que boa, não ganha forma concreta, para prejuízo de todos.

O que se pretende, nesta introdução, é clarificar a proposta deste livro e delinear os objetivos intencionados em relação ao tema: **Patrimônio Cultural e Cidade Criativa**. O conjunto de textos desta obra torna aparente a assertiva: se o que se sabe não basta para gerar respostas favoráveis às muitas perguntas advindas de um problema, é porque há um desnível entre o que se sabe e o desafio posto. Por outro lado, mostra também que, se a qualidade do que se sabe for maior do que o problema dado, o resultado, sem qualquer dúvida, será positivo. Embora possam parecer óbvias, estas afirmações se esvaem submersas por um cotidiano pragmático que impõe decisões sempre emergenciais e, por isso, repetidas.

Ainda sobre o primeiro parágrafo, é possível declarar que, quando se desloca a atenção do problema para a solução, a resposta, tão desejada, pode se revelar muito próxima, então visível. A proposta aqui, validada pelo Laboratório da Cidade do

Futuro do ETH, Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, é fazer visível o invisível. É praticar o exercício da escuta em seu mais elevado nível, como apregoa a Teoria U, difundida por um grupo de estudiosos do Instituto Tecnológico de Massachusetts, MIT, ao qual as pesquisadoras são filiadas.

Enxergar beleza no supostamente feio só é possível após um treinamento da retina. Mudar lentes, trocar óculos, aplicar filtros com novas cores são meios – estes, sim – retóricos, mas que, longe das metáforas literárias, se colocam como necessários, quando se deseja ver o que não está aparente.

A relação entre o fazer e o não fazer pautada no grau de dificuldade é, sem qualquer dúvida, uma equação mutante. Pode ser difícil fazer sozinho, mas fácil, se reunidas muitas pessoas. Pode ser muito difícil fazer sem recursos, mas viável, com o apoio de terceiros. Pode parecer impossível de tão difícil fazer aquilo nunca antes pensado, mas, ao ouvir profundamente e ao enxergar além do visível, o fazer poderá se tornar uma opção de simples escolha.

O fato de a soma das forças individuais produzir um resultado maior do que cada uma das partes é, sim, uma metáfora linguística, mas que poderia ser explicada pela física quântica, se fosse necessário. O que não é. Para este livro, basta conceber que, quanto mais pessoas quiserem a mesma coisa, mais outras pessoas se somarão, acionadas pelas relações de proximidade com aquelas que originaram o movimento. É como se um levasse outro, que levasse mais um e mais outro. É o conceito da corrente ou da pirâmide, que multiplica quanto mais multiplica, que, aplicado à gestão sob uma base conceitual sólida, gera produtos transformadores.

Este livro é o resultado do primeiro parágrafo. O encontro de vários saberes: duas historiadoras e uma educadora que, ao trabalharem juntas, no Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC), desde janeiro de 2013, passaram a praticar a troca de olhares com o foco alterado do problema para a solução. E assim o fazem com base em tudo que estudam. As duas primeiras, Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa e Nainôra Maria Barbosa de Freitas, especialistas em Patrimônio Cultural Material e Imaterial e Identidades Culturais; a terceira, Adriana Silva, especialista em Cidades Criativas e Formação de Redes de Cooperação.

As três seguem juntas, ainda que vindas de caminhos diferentes, e se encontram no lugar das possibilidades. Essa junção só é possível com a partilha de referenciais teóricos comuns. Dois deles, em especial, cabem nesta obra, ainda que sem maiores detalhes: a Teoria U, já mencionada, criada por Otto Scharmer, que embasa o movimento da busca por ações presentes advindas do futuro emergente, e o *Design Thinking*, que compartilha ferramentas para prototipar respostas às mais diversas demandas, neste caso [Cidades Criativas](#).

O encontro das três no IPCCIC promoveu o convite da Oficina Cândido Portinari para a oferta



TEORIA U

MENTE ABERTA

CORAÇÃO ABERTO

DESEJO ABERTO

mergulho

criação

MEMÓRIA

afeto identidade

referências

cultura

modernidade

sentimento

tradição

pertencimento

Significado

não



sim



da atividade “O Patrimônio Cultural na Cidade Criativa” em nove cidades-sedes e outras dezenas participantes, ao longo do ano de 2015. Este caminhar semeando conhecimento exigiu das oficinas muita prática. Foi o momento de colocar à disposição e à prova a bagagem adquirida a partir dos livros, da Academia, das pesquisas e das experiências.

Ao final do processo, a conclusão: o material organizado poderia ser amplamente disponibilizado. Foi quando surgiu a ideia do livro. O nome da oficina intitulou a obra e o subtítulo propôs os encaminhamentos, com destaque para um formato prático e didático. O desejo das autoras ao pactuarem pelo estilo da escrita foi o de que os pensamentos, ao serem agrupados, de tão intrínsecos, perdessem a autoria personalizada e compusessem um texto único, apesar das especificidades de cada uma.

O livro, na sua totalidade, trata do conceito contemporâneo de Cidade Criativa interligado com o amplo e já bastante estudado referencial de Patrimônio Cultural Material e Imaterial. É uma obra que pode ser lida em capítulos independentes, ou mesmo em ordens alternadas; isso porque existe um trânsito estabelecido. A cidade que é criativa trabalha, necessariamente, com seu patrimônio cultural. Todo patrimônio cultural é sempre base importante, ainda que não única, para uma cidade que se deseja criativa. A ordem apresentada, então, respeita uma exigência física de ter que organizar uma página depois da outra para a composição do livro enquanto objeto impresso. O leitor poderá fazer suas próprias escolhas.

A bibliografia partilhada enriquecerá o universo daquele que desejar ir além, o que significa afirmar que este livro não se esgota em si. É possível, entretanto, certificar que, a partir dele, será possível, a qualquer leitor atento, imediatamente implantar suas práticas. Foi pautada no desejo de empoderar, em especial o gestor, que a obra se consolidou. Pensou-se, por algum tempo, definir o

perfil do leitor a quem estes textos se destinariam, mas seria um equívoco inicial, pois está na base conceitual das autoras que conceber, planejar, gerenciar uma cidade criativa, preservar, restaurar, beneficiar-se do patrimônio cultural de uma localidade são ações de alcance e responsabilidade de todos os gestores, partindo da cultura, do turismo, até da economia, do desenvolvimento, do planejamento urbano, da educação, do meio ambiente.

Aquele que passear por aqui, não siga por mais de dez páginas sem paradas. A cada parada, olhe para dentro. Ao olhar para dentro, reveja o já visto. Ouça novamente o que já disseram muitas vezes. Limpe com a mão a eventual névoa de rótulos, em especial aqueles chavões de que “não tem como ser feito”, “é difícil”, “é oneroso”. Se não o fizer, este será só mais um livro. Se resolver ler promovendo releituras simultâneas, compartilhe-as colocando-as em prática, mas saiba, desde as páginas iniciais, que nunca haverá uma cidade criativa sem um homem e uma mulher criativos e a criatividade pode ser a casa aconchegante do igual feito diferente, do diferente feito a partir de tudo que parecia igual. O patrimônio cultural, por sua vez, pode surpreender. Não ser nem tão monumental como todos pensam, nem tão espetacular como alguns desejam. Mas, se é patrimônio cultural, então sempre será muito significativo. Para as autoras desta obra, são as pessoas que dão significado ao patrimônio. Uma pequena e modesta casa amarela habitada por uma senhora rica de histórias pode reservar um lugar para abrigar o mundo. O mesmo mundo grande que cabe no quintal pequeno de cada um.

Este livro não quer se repetir e, com muito esforço, não o fará, afinal ele é o resultado de experiências práticas que só poderiam ser relatadas por quem as viveu. As autoras apresentam propostas próprias confirmadas em diferentes vivências e mantêm o diálogo com conceitos já apregoados. Definem Cidade Criativa, mas vão além, oferecendo caminhos para a transformação desejada. Conceituam Patrimônio Cultural e o analisam no tempo, dando a ele um lugar de destaque no futuro, mais do que no passado. Localizam a autoestima e a relação deste sentimento na cidade que se planeja criativa. Tratam do afeto como um elemento único que agrega valor a coisas que, exatamente por causa dele, se tornam únicas.

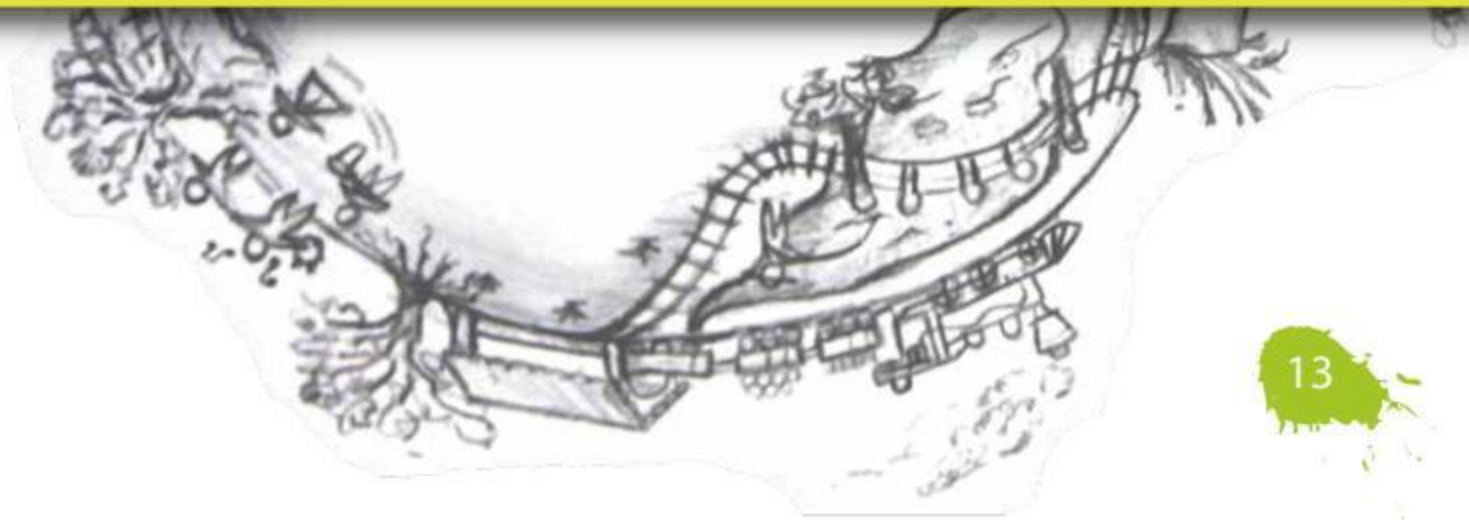
Troque as lentes para ler e avancemos juntos, página por página, em busca de confirmações ou desconstruções. Crie um jeito de nos fazer saber que está lendo. Faça contato, compartilhe e ajude na proposta de fazer deste um livro vivo. Se quiser acesse nosso site www.ipccic.com e nos faça companheiras em sua leitura.





Capítulo 1

Cidade Criativa: o homem cocriador



“Você consegue imaginar o mundo sem música, sem arte ou sem dança? E uma livraria que vende somente um livro, ou somente um filme passando em todas as salas de cinema?” Estas são perguntas iniciais apresentadas no filme institucional realizado pelo Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, da Unesco¹. Então, surgem as respostas: “Este não é um tipo de mundo que gostaríamos de viver, porque, para nós, a música é muito mais do que simplesmente música, a arte é mais do que simplesmente arte e a dança não é simplesmente algo que nos faz mover o corpo; move a nossa mente e move a nossa alma”.

Na sequência, o locutor sentencia: “O que acontece é o seguinte: a criatividade tem mais poder do que a gente imagina”. Um dos poderes da **criatividade**, entre tantos, é o de redimensionar alguns sentidos. Somente ela pode fazer com que a música seja mais do que simplesmente música, assim como fazer com que a arte e a dança sejam mais do que simplesmente arte e dança.

Este universo se amplifica na medida em que associamos **criatividade, cultura, cidade e economia**. O encontro destes quatro elementos gera uma maximização de possibilidades. E o locutor do filme continua: “a música é muito mais para nós do que somente música; ela também tem o poder de impulsionar sociedades e economias, porque, quando investimos em criatividade, podemos transformar sociedades. A música que você ouve começa com músicos transformando suas ideias criativas em letras e melodias. O filme a que você assiste envolve o diretor, um diretor de cena, atores, figurinistas, técnicos de iluminação e por aí vai. O livro que você tem nas mãos foi vendido em uma livraria, emprestado de uma biblioteca ou até baixado da internet. O ritmo que faz você dançar traz alegria a você e a milhares de pessoas. Essa corrente é tocada por tantas mãos que ela cria um efeito cascata. Criação de empregos, mercados, recursos e parcerias multiplicam a magnitude dessas expressões culturais. E isso, por fim, impulsiona a economia”.

Tratamos exatamente sobre esta corrente neste primeiro capítulo. Apresentamos elementos significativos de como, a partir da criatividade, se pode mover a economia e transformar uma localidade em uma cidade consequentemente criativa.

Mas o filme segue: “quando se nutre a criatividade, a corrente do valor cultural também melhora a autoestima e o bem-estar individual e coletivo. Ela cria laços, empodera pessoas e comunidade como um todo”.

Este é, portanto, o resultado mais empolgante da criatividade: melhorar a autoestima, elevar o bem-estar, criar laços e empoderar pessoas. Para terminar o filme, o locutor conclui: “você sabe que a criatividade é poderosa, afinal ela é aquilo que nos move; ela nos deixa cantar o que está em



nossos corações e nos torna melhores e mais unidos. Uma sociedade criativa pode ser tudo isso e pode ser muito mais do que você imagina”.

Várias combinações conceituais se viabilizam a partir dos encontros entre os léxicos: criatividade, cultura, cidade e economia. (a) A criatividade que vem da cultura move a economia e dinamiza a cidade. (b) Uma cidade que se utiliza da criatividade na gestão fomenta a cultura e, como consequência, desenvolve a economia. (c) Uma economia vinda da criatividade incentiva o investimento em cultura e eleva a qualidade de vida dos moradores da cidade. (d) A cultura é um bem que, quando valorado pela criatividade, gera uma economia saudável, beneficiando os moradores da cidade.

Ao longo deste capítulo, conceituaremos mais profundamente cada um destes termos, com a colaboração de vários autores, acompanhada da apresentação de muitos exemplos. Mas, para nós, que trabalhamos juntas há muito tempo, a estes quatro elementos se faz necessário incluir um quinto componente conceitual e, ao fazê-lo, este, automaticamente assume a liderança em uma escala de força estruturante: trata-se do homem ?

Se considerarmos que quem promove a cultura e viabiliza a ação criativa é o homem, que a economia transita para cima ou para baixo como reflexo das decisões deste homem e que a cidade existe exatamente para abrigar o mesmo homem, poderá parecer paradoxal elencá-lo como um quinto elemento e não como um conceito intrínseco aos demais. Entretanto, esta decisão se justifica pelo fato de há muito tempo o homem ter deixado de ser, conforme conceito do filósofo Protágo-

ras, “a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são”.

Ao concluir que o mercado se tornou, nos tempos modernos, a medida de todas as coisas, destinar ao homem uma unidade de estudo neste trabalho se apresenta perfeitamente oportuno, em especial pelas assertivas do parágrafo anterior. Não se trata, contudo, de simplesmente colocar o homem em seu devido lugar na cadeia de produção da economia criativa que movimentada a cultura e promove a cidade, também criativa. Já como resultado do nosso trabalho de pesquisa, de mais de três anos, tratamos de definir o homem **cocriador** em contraposição ao homem simples usuário da cidade. A diferença entre os dois é expressiva, impactante e responsável pelo sucesso e insucesso de muitas empreitadas políticas, econômicas e sociais no Brasil e em outras localidades.



Sobre o homem cocriador

Basta a mínima falta de cuidado e a frase “colocar o homem em primeiro plano diante de qualquer política pública” vira retórica. Para que isso não aconteça, são necessárias amarrações fortes, que nascem no campo teórico e avançam para o universo da prática.

Em relação ao patrimônio cultural, por exemplo, este conceito se explica na afirmativa que “é o homem que dá significado ao patrimônio”. No que diz respeito às celebrações, Peter Burke³ contextualiza o mesmo, ao afirmar: “as festas que o povo se dá” e esta frase ganhará proporção no terceiro capítulo.

Colocar o homem em primeiro plano significa minimizar as influências institucionais e tomar decisões a partir do sujeito, e não de suas derivações. A diferença está, em especial, na consolidação do lugar de origem de todas as ideias que motivam as políticas públicas, a gestão das cidades e a escolha das prioridades. Quando se parte do homem como ator principal do movimento social, sempre se volta para o homem e é nesta dialética que se deve estabelecer o que é importante.

No que se refere ao tema deste livro: patrimônio cultural e cidade criativa, seria impossível seguir sem antes certificar-se de que estes dois conceitos estejam balizados na figura principal do homem. Para começar as oficinas que deram origem a esta obra, os participantes eram convidados a montar um quebra-cabeça especialmente confeccionado para o projeto. Eles tinham que organizar as peças e formar o mapa do mundo em cinco minutos. Ninguém nunca conseguiu. Na sequência, eles eram orientados a virar as peças e tentar montar, desta vez, no mesmo tempo, a figura de um homem. A maioria conseguia.

Ao final desta prática, era apresentada a história do cientista que queria salvar o mundo. Uma parábola que hoje percorre a internet como mensagem de motivação, sem autoria identificada. Contam que um pesquisador estava trabalhando em busca de respostas para os problemas do mundo. Um dia, entretanto, seu filho resolveu brincar por perto e estava tirando a concentração do pai. Para resolver aquela situação, ao ver uma revista com a foto do mapa do mundo, o cientista rasgou a página em várias partes e deu ao filho para remontar. O pai acreditava que o menino não voltaria em menos de uma hora. Mas ele se surpreendeu: em cinco minutos, o filho estava de volta. O cientista achou aquilo improvável, pois o menino não conhecia geografia. Ele, então, perguntou como tinha feito aquilo. O filho explicou que do lado inverso do mapa do mundo tinha a figura de

um homem e ele montou a partir dela. O pai ficou perplexo com sua descoberta. Ele nunca conseguiria resolver os problemas do mundo sem antes resolver os problemas do homem.

A introdução lúdica quebrava o gelo, deixava todos à vontade e esclarecia o lugar da fala das oficinairas. Não seria possível um projeto de valorização do patrimônio cultural e de consolidação de uma localidade em cidade criativa sem que todas as propostas seguissem pautadas na história, na vida, nas tradições, nas referências culturais, nas identidades e nas demandas do homem do lugar.

A cidade que se deseja criativa precisa, inicialmente, oferecer os meios para que seu morador se desloque da condição de simples usuário a cocriador do seu lugar. É certo que isso não se dará sem que haja um projeto de educação que eleve o nível de conscientização social e coletiva dos habitantes da cidade. No entanto, esta necessidade não pode ser desconsiderada no momento da elaboração do projeto de preservação do patrimônio cultural e da consolidação da cidade criativa.

Se ao leitor der a impressão de que este texto está se repetindo, é fato. Isso porque há uma conectividade conceitual absolutamente condicionada. Em se tratando de Patrimônio Cultural, Cidade Criativa e Homem Cocriador, uma coisa sem a outra não promove o projeto desejado. Não se trata, aqui, de partes isoladas que se somam em um todo, pois uma parte só possui significado

São Simão



Bebedouro

em relação a outra parte. O homem cocriador faz da cidade um lugar criativo e, para tanto, valoriza e preserva o patrimônio cultural. Se o homem não for cocriador, a cidade não será criativa e o patrimônio cultural não significará pertencimento.

A designação de homem cocriador tem origem em alguns referenciais teóricos. As autoras estão filiadas à Teoria U, uma proposta metodológica apresentada por Otto Scharmer⁴, economista do *Massachusetts Technology Institute*, coordenador do *Presencing Institute*. A Teoria está organizada na prática de um percurso que propicia o reconhecimento da realidade posta a partir de alguns processos, entre eles o download sobre o que se conhece do tema em estudo e a escuta apurada. O autor identifica existirem quatro níveis de escuta, sendo o quarto o mais elevado, momento em que realmente se dá a troca de conhecimento. A base do U, chamada por Scharmer de “buraco da agulha”, em alusão à passagem bíblica, propõe o momento de “deixar ir” aquilo que precisa morrer para “deixar vir” aquilo que precisa nascer. A subida do U promove a cristalização do que o futuro emergente apresentou após o processo de descida, a prototipagem das propostas que surgem como resposta ao desempenho do percurso até neste momento e, por fim, a corporificação das ideias.

Quando da prototipagem, que é “um conjunto de princípios que podem ser aplicados por diversas pessoas a uma ampla variedade de problemas”, definição esta de Tim Brown, CEO da Ideo, consultora de design e inovação conhecida em todo o mundo, e autor do livro *Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*⁵, é preciso usar criatividade e recorrer à imaginação como ferramenta-base do processo pela busca de solução para problemas que já foram diagnosticados. Scharmer faz referência a Brown e afirma usar a fórmula apresentada pelo profissional quando se propõe a prototipar uma ideia resultante do percurso da Teoria U.

Na apresentação da edição brasileira, Brown escreve que “a resposta pode estar em compreender o ser humano de forma profunda, cocriar com esse ser humano as soluções e experimentar essas soluções ainda cedo, antes que seja tarde demais para modificá-las e ajustá-las”. Para esclarecer ao seu leitor como o processo de *design thinking* se dá, Brown categoriza três etapas: “(1) a inspiração, o problema ou a oportunidade que motiva a busca por soluções; (2) a idealização, o processo de gerar, desenvolver e testar ideias, e (3) a implementação, o caminho que vai do estúdio de design ao mercado”. Depois, ele sentencia: “os projetos podem percorrer esses espaços mais de uma vez, à medida que a equipe lapida suas ideias e explora novos direcionamentos”⁶.

A contribuição de Brown neste livro sobre *O Patrimônio Cultural na Cidade Criativa* se intensifica à medida que a obra, em seu conjunto, defende a necessidade de o gestor de espaços/atividades,

públicos ou privados, se fazer inovador ao criar estratégias de gestão, ainda que esteja trabalhando com temas advindos da tradição cultural, porque, como veremos no capítulo seguinte, não há incongruência em inovar na gestão de projetos culturais tradicionais. O *Design Thinking* é uma das alternativas para se pensar a cidade em busca de fazê-la criativa. O tema será retomado ao final, com aplicações práticas.

De volta ao grupo do Presencing Institute e a uma melhor definição de homem cocriador, é oportuno destacar o conceito de Sociedade 4.0 apresentado pelos pesquisadores. Trata-se, em resumo, de um conjunto de condições que, ao serem materializadas, resultam em uma sociedade mais avançada em relação às de números anteriores. Para alcançá-la, Scharmer coloca várias metas. A mais impactante delas é a mudança de um sistema todo baseado no ego para o eco. O autor delinea muitas dessas transformações. Entre elas, ele concebe a presença mais ativa do empreendedorismo social no universo da economia e centraliza as ações no homem cocriador, aquele que faz parte, que pertence, que se move rumo ao fazer para além do lugar da reivindicação. Aquele que busca compreender para, então, criticar. O homem que se coloca junto e não à parte; que se pretende qualificado para opinar, propor ideias, apresentar soluções. O homem que se disponibiliza para somar-se aos outros e aderir aos movimentos. Aquele que entende a cidadania em seus dois lugares: o de direito e o de deveres. O homem que se constrói cotidianamente enquanto comunidade e que entende que sua vitória está intrinsecamente ligada à vitória de muitos outros, também membros de sua comunidade.

Esta apresentação se justifica porque agrega valor ao conceito de Cidade Criativa. Faz muita diferença definir o que realmente vem a ser uma “Cidade Criativa” e, em especial, como promovê-la, se o ponto de partida está consolidado em um referencial conceitual que dialoga com a busca pela sociedade 4.0. A base disposta pela Teoria U auxilia na elaboração do conjunto de ações que se propõe para elevar qualquer localidade ao centro do criativo.

Estas teorias não foram compartilhadas ao longo do dia das oficinas enquanto referencial teórico. O tempo não permitiria. O que é certo afirmar é que elas foram praticadas fielmente. Do primeiro minuto ao encerramento, os participantes foram instigados a pensar suas localidades fazendo o percurso do U e prototipando ideias de cidade mais criativa a partir do patrimônio cultural ao final.

Desta forma, para o acompanhamento do leitor, uma vez (1) contextualizada a relação entre os termos a serem trabalhados neste livro; (2) identificado o homem cocriador; (3) situado o lugar deste homem em relação à gestão das cidades como o elemento central em todo o processo de mudança daquilo que se tem na atualidade para o que se deseja ter no futuro breve, especificare-

mos, a seguir, (1) o que é Cidade Criativa, (2) como esta se estabelece à frente da Economia, (3) sua aproximação com o Patrimônio Cultural e (4) apresentaremos o universo de possibilidades relacionado ao tema.



Cidade Criativa

Muitas vezes um conceito é criado para difundir uma ou um conjunto de ideias; explicar, em poucas palavras, um universo de informação; colocar, debaixo de poucos léxicos, vários outros conceitos derivados, chamar a atenção para um tema a partir de uma porta de entrada. É assim que o conceito de Cidade Criativa será tratado aqui: como uma porta de entrada para um horizonte de possibilidades.

Por outras vezes, um conceito, ao ser apresentado, sugere novas definições e promove um debate que, como resultado, faz surgir complementos e, não poucas vezes, conceitos que derrubam o original. Há situações claras em que o conceito novo – que, ao ser criado, bebeu na fonte do conceito velho –, no ato de sua difusão, expõe que aquele anterior não era amplo o suficiente para acoplar tudo o que este novo propõe.

No caso de adjetivações agregadas ao conceito de cidade, são muitas. Cidade Criativa é um deles, mas se sabe de Cidade Integrada, Cidade Sustentável, Cidade Verde, Cidade Inteligente, Cidade Viva, entre outros. Há, em alguns casos, integração de funções, como, por exemplo, não se concebe uma Cidade Criativa que não seja sustentável; por sua vez, uma Cidade Sustentável há de ser, por correlação, uma Cidade Verde. As denominações, entretanto, se explicam a partir do lugar de onde falam



seus propagadores, ou, ainda, pelas relações de importância. Os ambientalistas estão trabalhando pelas Cidades Verdes. Os gestores desejam Cidades Integradas. Todos bradam pela Cidade Viva. Os envolvidos com cultura pedem a Cidade Criativa. A Cidade Inteligente, para tal, precisa se colocar aberta para todas as reivindicações acima. Nesta linha, a Cidade 4.0, derivada da Sociedade 4.0, pauta-se nas demandas de todas as demais com foco no fortalecimento do ecossistema, das ações cooperadas, do empreendedorismo social, do homem cocriador... Isso somente para citar algumas de suas vertentes.

Focar em Cidade Criativa, neste livro, significa escolher o modelo de cidade que, embora não abra mão de outros adjetivos, coloca em evidência a Cultura e, sempre que oportuno, se valida de um modelo de Economia que complementa: a Economia Criativa, que tem como guru o britânico John Howkins.

A Inglaterra se fez berço desta modalidade de Economia, em especial, a partir da atuação de Chris Smith, secretário de estado da Cultura, Mídia e Esporte, com status de ministro, entre 1997 e 2001, ao longo do primeiro mandato de Tony Blair, que implementou a política do New Labour. Smith elevou ao conceito de indústria o trabalho realizado pelos criadores do Reino Unido. Em entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo, em 2010, o britânico declarou que a Economia Criativa gera riqueza da Educação à Indústria e que são necessários gerentes profissionais, crédito descomplicado e aluguéis baratos para os jovens criadores.

Para Howkins, o divisor de águas da Economia Criativa é o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual, expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes, ou seja, toda ação resultante do processo criativo, o que significa afirmar que a Economia Criativa compreende tudo o que é cultural, mas vai além, tendo como base a cadeia de produção que atende a criatividade.

É de Howkins a autoria do termo “Ecologia Criativa”, o contexto social no qual as pessoas têm ideias. Para ele, em entrevista à revista Exame, em 2012, ela é semelhante à ecologia, que é o relacionamento entre organismos, mas, em vez de as pessoas se aterem a como os organismos se envolvem e crescem, focam em como as ideias circulam na sociedade. É um sistema, como a economia, em que são feitos negócios. Ele afirma que precisamos incentivar a Ecologia Criativa simplesmente porque precisamos de novas ideias.

O arquiteto, também britânico, Charles Landry é apontado como o primeiro a formular o conceito de “Cidade Criativa”, título de sua obra escrita em parceria com Franco Bianchini, em 1994⁷. Os autores evidenciam que os recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valor.

Entre os americanos a difundir o tema, está o economista Richard Florida, autor do livro *A ascensão da classe criativa*⁸, lançado em 2002. Ele descreve as funções da cultura e da tecnologia como instrumentais e, ao elencar índices e subíndices de criatividade, aponta o talento, a tecnologia e a tolerância.

A economista Ana Carla Fonseca dos Reis⁹ está entre os brasileiros que mais se destacam estudando e propagando os dois conceitos: Economia e Cidade Criativa. Em suas obras, ela explica a gênese e traça a evolução dos termos; contextualiza a relação dos mesmos no universo da política; analisa exemplos, indicadores; comenta iniciativas e incentiva projetos. Sob sua coordenação, o programa Criaticidade¹⁰, uma plataforma on-line, disponibiliza informações e atualiza os visitantes com a publicação de artigos, entrevistas e agendas de eventos sobre o tema no Brasil e fora do país.

O IPCCIC – **Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais** –, do qual as três autoras fazem parte, foi criado em 2013 especialmente para reunir pesquisadores de várias áreas do conhecimento, a fim de promover estudos e fazer encaminhamentos sobre a relação entre os dois conceitos contidos em sua nomenclatura: Cidade Criativa e Identidade Cultural.

Para o grupo, algumas especificidades os diferenciam. Em relação à Economia Criativa, que se apresenta como base da Cidade Criativa, a porta de entrada do grupo é a Cultura, e não a Economia, e a Identidade Cultural é a nascente de qualquer projeto que se deseja. Não se trata aqui de simples construção textual. Nem é desejo qualificar um método em detrimento do outro. O objetivo é só o de esclarecer ao leitor que focar o assunto com base referenciada na Cultura não é exatamente igual a focar o assunto a partir da economia. O primeiro processo exige um trabalho criterioso de diagnóstico que, necessariamente, se consolida a partir do reconhecimento da população para quem se está atuando. Usando conceitos da própria economia, trata-se de expandir ao máximo a definição de stakeholder, que, em uma explicação bastante rasa, significa a pessoa ou o grupo que está envolvido, que possui participação. Traduzindo ao pé da letra, aquele que possui interesse. O mesmo conceito gera perguntas: (a) que possui interesse econômico ou (b) que possui interesse cultural? Para o IPCCIC, a fase de diagnóstico envolve, primeiramente, todos os que possuem interesses culturais. Com base nesta identificação, a fim de se materializarem esses interesses, então se propõe a criação de redes de cooperação com aqueles que, relacionados ao assunto, possuem interesse econômico, estabelecendo-se, assim, a Economia Criativa com foco na Cultura.

Outro conceito a bem deste debate, vindo da língua inglesa, que transita na administração, na economia, na comunicação, no urbanismo, na gestão pública é o termo *crowdsourcing*, que, diante das muitas variáveis, permite interpretação ampliada. Uma das suas definições é a de um modelo de

criação e/ou produção, que conta com mão de obra e conhecimento coletivos, para desenvolver soluções e criar produtos. É possível usar o termo para garantir a participação coletiva como base na tomada de decisão. E é esta segunda possibilidade que melhor dialoga com a ideia de gerar uma Cidade Criativa estruturada na proposta o mais participativa possível.

Ainda delineando sobre a Cidade e a Economia Criativa, faz-se oportuno estabelecer uma base de dados para ilustrar o quanto os dois temas estão imbricados e como ambos movimentam a sociedade.

Segundo a Organização Mundial do Comércio – OMC, em 2006¹¹, a Inglaterra apresentava o maior crescimento na área, com taxa de 8% ao ano, além de participação de 8,2% no PIB e 6,4% da força de trabalho empregada. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizada em 2006, definiu-se que a Economia Criativa tem o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e os ganhos de exportação, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Richard Florida¹² e Irene Tinaglia, os dois enquanto professores da Carnegie Mellon University, em Pittsburg, realizaram, no ano de 2005, um trabalho que indica a existência de uma relação positiva e crescente entre economia criativa e produtividade. Dos 45 países pesquisados por eles, o Brasil ficou em 43ª posição, na frente apenas da Romênia e do Peru e atrás de Argentina, México, Chile e Uruguai. Os 10 primeiros países com maior índice de produtividade são também os que mais investem em Economia Criativa.

A Unesco divulgou, em 2005¹³, que apenas três países – Reino Unido, Estados Unidos e China – produziam 40% dos bens culturais comercializados no mercado mundial, incluindo livros, esculturas e outros objetos de arte e decoração, CDs, filmes, videogames. África e América Latina participavam nesse mercado com 4%. Para a entidade, conforme publicação de 2005, desenvolvimento é o processo de ampliação das escolhas. Com base nisso, nos países africanos e latino-americanos, onde a exclusão social tem uma relação forte com os índices de criminalidade e há uma dificuldade evidente em alocar a mão de obra pouco qualificada em atividades urbanas, ampliar as escolhas no setor cultural pode atrair jovens de baixa renda e pouca escolaridade por meio de programas de qualificação e geração de primeiro emprego.

O relatório mais recente da Unesco sobre Economia Criativa informa que o comércio mundial de bens e serviços criativos alcançou o marco recorde de 624.000 milhões de dólares em 2011 e se duplicou no período entre 2002 e 2011. Ao mesmo tempo, avaliam os técnicos da Unesco, “a criatividade e a cultura possuem também um valor não monetário significativo que contribui para o desen-

volvimento social inclusivo, o diálogo e o entendimento entre os povos”.

O Relatório, disponível no site da Unesco, inclui exemplos que demonstram que a economia criativa é diversa e inovadora e melhora a qualidade de vida em nível local dos países em desenvolvimento. O documento exibe muitos exemplos, entre eles, destaca o da Argentina, onde as indústrias culturais e criativas empregam cerca de 300.000 pessoas e representam 3,5% do PIB do país.

Acessando a Revista Latino-americana de Estudos em Cultura,¹⁵ é possível encontrar dados que referenciam os países latinos no universo da Economia Criativa. O artigo de Alessandra Meleiro e Fábio Fonseca¹⁶, de 2012, organiza uma análise setorial e faz alguns apontamentos. Os autores afirmam que, embora os países emergentes e em desenvolvimento consigam ter participações expressivas em áreas específicas, ainda há um vasto território inexplorado de possibilidades, que podem ser objeto de políticas públicas, concebidas e implementadas num ambiente de cooperação internacional, especialmente a chamada Cooperação Sul-Sul.

Ainda segundo esses autores, entidades como o Convênio Andrés Bello, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Centro Regional para a Promoção de Livros na América Latina e no Caribe (Cerlalc), o Pnud, a Unesco e a Unctad desenvolvem uma série de estudos visando a subsidiar programas públicos de desenvolvimento desta economia. Alguns desses estudos mostram que gradualmente vem crescendo a oferta de dados estatísticos do segmento na região, como consequência de uma maior determinação política dos governos em promover iniciativas no setor. As economias mais desenvolvidas, como Brasil, Argentina, México, Colômbia e Chile, têm concentrado maiores esforços nos últimos anos, o que vem pouco a pouco se espalhando para os países vizinhos.

A Argentina – os autores seguem analisando – tem protagonizado um grande incremento de sua indústria do cinema e audiovisual, onde também se inclui a produção publicitária, adotando uma estratégia que tem se mostrado vitoriosa, que contempla o fomento da produção nacional a partir de uma taxa para exibição de produções estrangeiras, com intermediação técnica do INCAA – Instituto Nacional de Cine e Artes Audiovisuais –, instituição amplamente legitimada pela comunidade cinematográfica local. Não por acaso, a cinematografia e, de modo geral, a indústria do cinema e audiovisual da Argentina atualmente são respeitadas em todo o mundo, sendo reconhecidas por muitos como as mais importantes da América Latina.

No Brasil, as iniciativas ainda estão concentradas em movimentos pontuais e não constantes. A partir de uma proposta do Governo Federal, desde 2011 o assunto foi incorporado ao Ministério da Cultura, que criou, em 2012, uma Secretaria específica para o acompanhamento e a estruturação da

Economia Criativa, mas que a extinguiu, um ano depois.

A novidade dos conceitos provoca incertezas e muitas dúvidas, em especial quanto à sua abrangência. Tendo o elemento “desenvolvimento regional” como um pilar da proposta da Economia Criativa, Arjo Klamer, professor da Erasmus University Rotterdam, durante curso oferecido na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, em agosto de 2012, deixou implícita a permissão de variação conceitual a partir das especificidades do local.

A Inglaterra foi o primeiro país a definir as áreas empreendedoras compreendidas em uma proposta de Economia Criativa, mas isso não limita releituras locais, permitindo, desta forma, que o Brasil tenha sua própria lista de empreendimentos vinculados às Ações e Indústrias Criativas.

Para melhor compreensão, faz-se necessário traçar uma linha diferencial entre a Inglaterra, primeiro modelo, e o Brasil. Para os ingleses, conforme difundido pelo Ministério de Economia Criativa, criado em 1997, são indústrias criativas aquelas que têm na sua origem a criatividade e individualizam habilidades e talentos e que tenham capacidade para produzir riqueza por intermédio da propriedade intelectual.

No Brasil, o conceito foi apresentado em documento publicado pelo MinC, na cartilha que delinea o Plano da Secretaria da Economia Criativa que, embora extinta, destinou o seu fazer a outras diretorias. Depois de uma longa introdução sobre a necessidade de se pensar o termo a partir da brasilidade desejada, definiu-se como sendo setores criativos todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica, e a Economia Criativa é definida com foco nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas, construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

O programa de Economia Criativa britânico compreende como atividades motrizes: Arquitetura, Arte e antiguidades, Jogos de computador, Artes, Design, Moda, Cinema e Vídeo, Música, Espetáculos de arte, Editoração e publicações, Software e TV e Rádio. Estas atividades respeitam os critérios de sua definição exposta anteriormente, mas também de relevância econômica para o Reino Unido – vale destacar a importância de “antiguidades” (abrangendo leilões e feiras de arte) –, de menor importância para o caso brasileiro.

Para definir o escopo dos setores criativos, o Brasil se pautou nas contribuições apresentadas pela Unesco, em 2009, e, a partir delas, elencou as atividades a serem compreendidas pelas políticas públicas do governo no campo do patrimônio – patrimônio material, imaterial, arquivos e museus –;

na área das expressões culturais – artesanato, culturas populares, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras e artes visuais –; nas artes de espetáculos – danças, música, circo e teatro –; no campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura – cinema e vídeo, publicações e mídias impressas –, nas criações funcionais – moda, design, arquitetura e arte digital.

O pensamento do BNDES, que também possui setor específico para avaliações e incremento de projetos criativos, foi expresso pelo seu presidente, Luciano Coutinho, em 2012. Ele assina um texto na publicação do governo, onde esclarece que “hoje se reconhece que, quanto mais denso, diverso e rico o conteúdo cultural de uma sociedade, maiores as suas possibilidades de desenvolvimento”. Coutinho menciona ainda que “o vigor das manifestações culturais mais enraizadas permite sua preservação e difusão e pode representar uma significativa alternativa de inclusão produtiva, seja pelas oportunidades de criação de emprego e renda, seja pela ampliação do acesso e da qualificação desses serviços”.

Em relação à trajetória dos pensadores econômicos brasileiros, Celso Furtado, que foi ministro da Cultura entre 1986 e 1988, já abordava a relação entre criatividade e economia em seu texto “Criatividade e Dependência na Civilização Ocidental”¹⁶. Ele foi conclusivo ao afirmar que “as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza”. Furtado é animador quando se refere ao fato de a emergência de um excedente adicional poder abrir aos membros de uma sociedade um horizonte de opções. Ele esclarece, em seu texto, que não “se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível”. Para o economista, “o novo excedente constitui, portanto, um desafio à inventividade”. Ele explica afirmando que: “em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo libertador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento”. Até aqui, o que se viu foi uma relação tão próxima entre Economia e Cidade Criativa que faz parecer ser impossível desassociar os conceitos. No entanto, existem pontos incomuns entre os dois temas. Uma cidade pode ser criativa a partir de outras áreas de atuação que não especificamente a Economia da Cultura. Os aspectos urbanos, por exemplo, podem atuar de maneira expressiva na transformação de um lugar em um espaço criativo: as questões ligadas ao meio ambiente, à conservação de praças e jardins, a maneira como as pessoas se apropriam dos espaços vazios da localidade, como se relacionam com o fluxo do trânsito, como participam da vida política da cidade, como interagem no momento das tomadas de decisões, entre tantas outras ações advindas da Cidade Criativa e não determinadamente vinculadas à Economia.

Mas este livro, em especial, foi concebido para relacionar a Cidade Criativa ao Patrimônio Cultural. Uma relação que não é de agora. Robert M. Solow, prêmio Nobel da Economia, em 1987, já trata da influência positiva do patrimônio cultural na qualidade de vida de uma cidade, em seus trabalhos. Ele declarou em várias entrevistas que: “a longo prazo, lugares com forte e distinta identidade têm chance de prosperar mais do que aqueles que não a possuem. Todas as cidades devem conhecer seus atributos de identidade mais fortes e desenvolvê-los”. Ou, diz ele, “correrão o risco de serem tudo para todos e nada de especial para ninguém”.

A Cidade Criativa, que exige um homem morador cocriador, está apoiada no tripé da (1) sustentabilidade, da (2) conectividade/integrada e da (3) cultura. Em relação ao item 1, o arquiteto e urbanista Jan Gehl, autor de vários livros, entre eles *Cidades para pessoas*¹⁷, responsável por promover mudanças significativas em Copenhague, Dinamarca, na década de 1960, a favor da sustentabilidade, que inspiraram o mundo todo, defende que boa parte dos profissionais que definem o futuro de uma cidade, entre eles arquitetos, urbanistas e políticos, sempre está focada em melhorar o trânsito, construir monumentos, pontes, mas nenhum desses profissionais tem a proposta de criar uma cidade melhor para as pessoas viverem.

O conceito de sustentabilidade está relacionado a esta qualidade de vida. São cidades que adotam uma série de práticas que promovem o desenvolvimento econômico combinado com a preservação do meio ambiente e que fazem isso buscando oferecer, ao morador da localidade, a melhor qualidade de vida possível.

O arquiteto e urbanista Carlos Leite, em seu livro *Desenvolvimento sustentável num planeta urbano: cidades sustentáveis, cidades inteligentes*¹⁸, afirma que o desenvolvimento sustentável no século 21 precisa incorporar uma agenda estratégica que contemple, pelo menos, (1) uma nova economia, com mercado socialmente responsável e ambientalmente sustentável; (2) uma visão ampla que proporcione a superação do modelo individualista e imediatista; (3) um novo padrão de relação social corporativo, com destaque para o relacionamento horizontal eco-operativo, e (4) projete novos indicadores do progresso humano, mais amplos, menos economicistas. Ele se refere, por exemplo, ao IDH e às metas do milênio. Para o arquiteto, estas projeções precisam apresentar uma pegada ecológica e índices de sustentabilidade.

Em relação ao conceito de conectividade, é importante manter a visão ampliada. Lendo as obras de Ana Carla Fonseca Reis e Carlos Leite, os articulistas do livro *Cidades em transformação*, publicação do BNDES¹⁹, e de Jan Gehl, trata-se de definição abrangente. Conectividade entre sociedade e gestão pública; conectividade entre a sociedade em si e a gestão pública em si. Conectividade

de entre as partes da cidade, entre tudo que pode parecer perto, com as coisas que estão longe. Entre o que a comunidade deseja e manifesta ao participar do processo democrático de se planejar uma cidade e o que os gestores públicos estão organizando como oferta.

Retomando a Teoria U, o termo conectividade está presente nas práticas sugeridas por Otto Scharmer. Quando ele trabalha a formação do líder que se conecta com o futuro emergente, ele não é nada restrito em relação ao que esta conectividade pode proporcionar de positivo aos envolvidos. A escuta elevada ao nível quatro, por exemplo, é uma habilidade que somente pessoas conectadas são capazes de alcançar.

O conceito de “integrada”, por sua vez, que se soma ao de conectividade, transita com mais frequência na área da Administração Pública. Sua fragilidade enquanto proposta é evidente. Nem mesmo setores afins, como Turismo e Cultura, por exemplo, Cultura e Educação, Social, Esportes e Cultura, se interrelacionam enquanto condutores de iniciativas com objetivos comuns. Outro desnivelamento que boicota qualquer integração é a falta de sintonia entre município, estado e união. Luiz Roberto Alves e José de Sá organizaram o livro Políticas integradas de governança: participação, transparência e inclusão social²⁰ e reuniram vários artigos que debatem o tema em sua mais ampla abrangência. Ao apontar a integração das políticas públicas como condição para o desenvolvimento, Rosseto, Johnson e Rosseto, no livro acima citado, observam que, se “uma cadeia produtiva, ao contar com políticas setoriais federais e estaduais, não obtiver respaldo nas legislações e incentivo municipais, se os órgãos de financiamento, fiscalização, regulação não entenderem os pressupostos da política, não preservarem os interesses individuais e coletivos e se o setor privado não visualizar consciência e segurança nesta política, dificilmente ela se consolidará”.

Mas a necessidade de ações integradas, no bojo da Cidade Criativa, se dá ainda enquanto localidade. A conectividade, em sua essência, sugere comunicação e interligação entre todas as partes que formam a cidade; a proposta de gestão integrada, por sua vez, consegue ser mais abrangente ao criar condições de fortalecimento de uma área a partir da outra. Neste caso, trata-se de soma de esforços, de recursos, de construção de estratégias que intensifiquem ações diversas mas integradas.

Definir cultura pode ser tão complexo quanto simples, dependendo do ponto de partida, para onde se vai e, por fim, onde se deseja chegar. O léxico é rico em variações e está referenciado em muitas correntes. Transita pela sociologia, pela antropologia, pela política. Mario Vargas Llosa, ao escrever A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e de nossa cultura,²¹ percorreu este trajeto analisando, comentando e tecendo críticas. T.S. Eliot, em seu trabalho Notas para a definição de cultura²², e Terry Eagleton²³, em A ideia de cultura, fizeram o mesmo, cobrindo um espaço

temporal ainda maior.

Se a palavra “cultura” guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, como as três obras citadas acima dão conta, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Neste léxico, entram indistintamente em foco questões de liberdade e opressão, mudanças e identidade, os saberes e os fazeres, o dado e o criado. A cultura referencia as muitas identidades e consolida as práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço, como as criações simbólicas expressas em modos de vida, crenças, motivações, valores, práticas, rituais, comportamentos, instituições, costumes. É nesta amplitude da contextualização que se busca entender, também, cultura como espaço de luta, de ação, de confronto na perspectiva da construção da hegemonia.

Se cultura é tudo o que o povo já não pode esquecer, a palavra, então, ganha volume, tamanho, dimensão, importância, magnitude, simbolismo e se coloca como céu e chão. Essa cultura que revela identidades e comporta a diversidade com abrangência está presente na vida de uma localidade e garante a ela especificidade.

Os conceitos correlatos ao Patrimônio Cultural serão tratados mais precisamente nos capítulos 2 e 3. Entretanto, ainda conceituando Cidade Criativa e a relacionando ao Patrimônio, o economista Rodolfo Torres e a Chefe do Departamento de Cultura do BNDES, Luciane Gorgulho, ao escreverem sobre o patrimônio cultural como âncora do desenvolvimento econômico, no livro *Cidades em transformação*, ponderaram que “a herança cultural arquitetônica e urbana que permeia os cenários das cidades brasileiras é, atualmente, um dos grandes estímulos para o seu desenvolvimento econômico-cultural”. Mais à frente, os autores acrescentam que “a restituição da função social do patrimônio e sua reintegração à vida cotidiana das cidades, em todos os seus aspectos, induzem a um processo de revitalização de caráter permanente”.

Reestabelecendo as conexões com todos os termos trabalhados até aqui – criatividade, cidade, cultura, economia e homem – e suas derivações: Cidade Criativa, Patrimônio Cultural, Homem Cocriador e Economia Criativa, cabe ressaltar que ainda falta melhor apresentar o conceito de Identidade Cultural.

Avaliando a divisão dos capítulos deste livro, parece ser mais pertinente contextualizar Identidade Cultural nos capítulos 2 e 3, mas vale a pena chamar a atenção para o fato de que a concepção de Cidade Criativa, para as autoras, está alicerçada nos referenciais culturais da localidade e esta, por sua vez, balizada nas identidades.

De acordo com o teórico cultural e sociólogo jamaicano Stuart Hall, autor de vários livros, entre

eles A identidade cultural na pós-modernidade²⁴, o conceito de identidade é complexo e pouco desenvolvido, principalmente na virada do século, quando se intensificou o debate em torno da questão de “crise de identidade” vivida pela sociedade pós-moderna.

Para alguns teóricos, entre o final do século XX e o início do XXI, houve um esfacelamento das identidades. Hall explica que esse posicionamento, que vem agregando cada vez mais adeptos, é justificado pela ocorrência de mudanças estruturais, as quais seriam responsáveis pelas transformações que vêm se materializando na sociedade. A intensificação da mundialização do capitalismo e da globalização das informações estaria fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, nacionalidade que, no passado, formavam a base de referência como indivíduo social. Partindo deste posicionamento, a crise de identidade vivida pela sociedade atual resultaria num movimento contrário a qualquer conceituação fixa de identidade, engendrada pelo iluminismo. Hall afirma que é possível compreender essa questão a partir de três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo se caracterizaria “como centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”. Neste caso, o ponto de referência seria o próprio homem, seu núcleo interior, que surgia pela primeira vez com o seu nascimento e permanecia com ele durante a sua existência numa posição central e que dava forma à identidade de uma pessoa. A “complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior não era autônomo e autossuficiente” indica, para Hall, a impossibilidade de existência desta identidade unificada.

Em contraposição a isso, ele apresenta a noção de sujeito sociológico. Neste caso, a identidade seria formada no contato com outras pessoas. As relações sociais, portanto, seriam aquelas por meio das quais o indivíduo consolidaria os seus “valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava”. Esta concepção compreende a identidade como construída de maneira interativa entre o “eu” e a sociedade. Visto dessa forma, a identidade cultural seria aquela que, para Stuart Hall, “costura” o indivíduo às estruturas, estabilizando tanto os sujeitos quanto o lugar, “os mundos culturais” onde habita. Quando esses “mundos” mudam, quando o processo de identificação, por meio do qual refletimos nossas identidades culturais, torna-se provisório e variável, a identidade estável do sujeito se fragmenta.

Dessa forma, podemos questionar a existência ou não de uma “crise de identidade” e como a consolidação das cidades criativas poderia contribuir para um processo de fortalecimento das relações de pertencimento entre os cidadãos e suas localidades.

Hall pondera, ainda, que aqueles que acreditam na existência desta crise defendem que as

antigas identidades, formadas ao longo de séculos, e que eram responsáveis pela estabilização do mundo social, estariam em declínio. Desse processo, apareceram outras identidades novas, provocando uma fragmentação do sujeito moderno. Esse fato faria parte de uma mudança estrutural das sociedades, que estaria abalando os “quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

Para aqueles que acreditam na existência de uma identidade unificada, o que, para Hall, é uma fantasia, esse processo teria produzido o “sujeito pós-moderno”, identificado como não tendo uma identidade fixa, ou permanente. Esta seria transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados nos sistemas culturais à nossa volta. Duas questões devem ser levadas em conta. (1) Para os teóricos que acreditam que há uma crise de identidade e que esta está se fragmentando, difunde-se a ideia de uma necessidade de “resgate” do “eu” perdido. Estaria, neste caso, ocorrendo a perda do “sentido de si” estável, portanto uma descentração do sujeito. Nesse movimento, a diversidade seria vista como nociva à ideia de unidade, de pessoa integral. Para o crítico cultural Mercer²⁵, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

(2) Hall não defende a ideia de que estaríamos perdendo a nossa identidade unificada e que seria necessário “resgatá-la”. Ao contrário, ele aponta para a complexidade da questão. Antes de tudo, todas as identidades são resultado de sistemas de representação, portanto são históricas e socialmente construídas. Elas estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Assim, cada identidade teria o que Said, citado por Hall, chamou de “paisagens” específicas. Ou, como afirmou Pierre Nora²⁶, em sua obra *Entre memória e história – a problemática dos lugares*, as identidades são pontes com o passado que ajudam a dar sentido ao presente.

Nessa percepção, conhecer os “lugares” focais dos sujeitos em questão e as práticas desenvolvidas de maneira intrínseca a eles seria fundamental para a análise, não de identidades fragmentadas, mas daquelas em construção, em constante formação, num processo dinâmico. Pensar sobre a importância do “lugar” concreto e delimitado como o ponto das práticas socioculturais específicas com as quais as nossas identidades estão ligadas se faz algo extremamente importante em todo esse processo.

As relações propostas neste livro sugerem que projetos balizados pela Economia Criativa, em busca de propiciar uma Cidade mais Criativa, com referência no lugar e conectada com as identidades culturais do cidadão, poderiam, em alguns casos, fortalecer e, em outros, reestabelecer as

relações de pertencimento entre um povo e sua localidade, auxiliando no estabelecimento da cidadania cultural.

Isso se torna fundamental em países latino-americanos, entre eles o Brasil, onde a democracia ainda não está plenamente consolidada. Na falta de uma cultura política de defesa da cultura como elemento essencial para a constituição integral do indivíduo, juntamente com a economia, a política e o meio ambiente, o movimento pela democratização dos direitos culturais se fortalece ao processar-se no seio da sociedade.

Para melhor compreensão de como as identidades culturais podem interferir em uma proposta de Economia Criativa, seguem dois exemplos de projetos. Ambos foram apresentados no Congresso da ACEI (*Association for Cultural Economics International*), realizado em Kyoto (Japão) em junho de 2012, e oferecem, quando analisados conjuntamente, a base teórica para se justificar a necessária relação entre Identidade Cultural e Economia Criativa.

O primeiro trabalho avaliou o desempenho do município de Paulínia, Brasil, e seu plano de transformação em polo cinematográfico e foi apresentado por Aldo do Carmo Júnior, da Erasmus University Rotterdam, e Júlio Luchesi Moraes, da Universidade de São Paulo²⁷. A análise se deu a partir do ano de 2005, sobre várias especificidades, e mostra o auge da iniciativa e, posteriormente, sua falta de sustentabilidade. Atualizando a pesquisa, conforme publicação do jornal *Correio Popular* de Campinas, em maio de 2015, “somente no ano passado o polo consumiu cerca de R\$ 40 milhões e ficou praticamente sem uso o ano inteiro, com apenas três gravações de programas televisivos. As despesas são de operação e manutenção dos Estúdios Paulínia, parceria público-privada (PPP)”. Os dois pesquisadores ponderam sobre causas da descontinuidade do sucesso da iniciativa sob o ponto de vista da administração de projetos vinculados à Economia Criativa.

O segundo trabalho, apresentado por Suzanne Burke, da University of the West Indies, e compartilhado por Carmo Júnior, detalha o caso da Academia de Música “O Canto dos Pássaros”, um programa musical de educação que foi criado em 2004, em Tunapuna, uma pequena comunidade urbana, no leste de Trinidad e Tobago. A academia atende a jovens, homens e mulheres, entre as idades de 15 a 25 anos e tem sido, segundo a pesquisadora, sucesso na revitalização da marca da região, aumentando a empregabilidade entre populações vulneráveis, baixando os níveis de criminalidade e gerando renda, enquanto incentiva a replicação dentro da comunidade. Esta iniciativa, diferente da realizada em Paulínia, partiu e refletiu a sociedade, e não de uma proposta unicamente política.

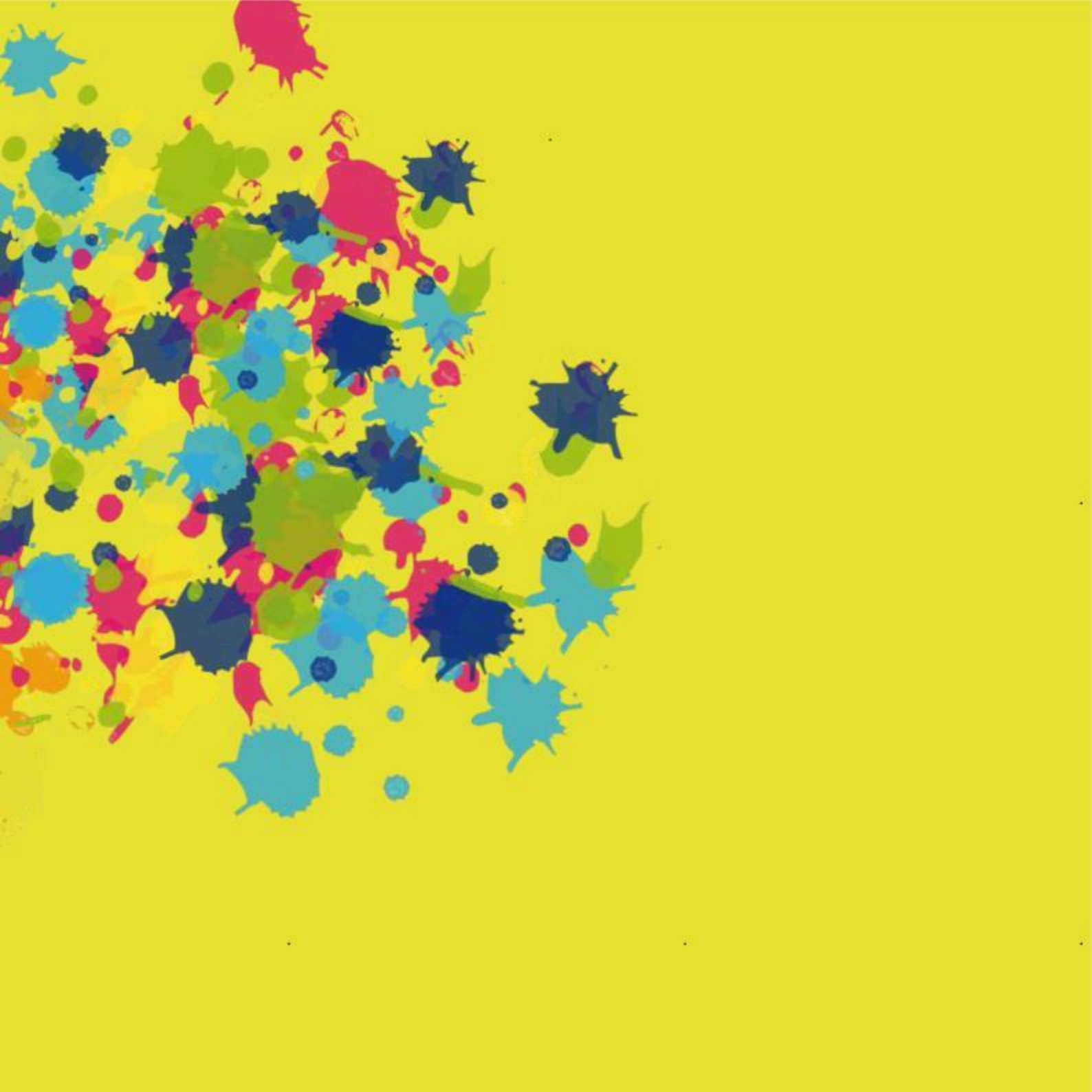
A diferença mais evidente entre os dois exemplos enquanto projetos criativos é o fato de o


primeiro ter surgido a partir dele mesmo. Não havia, até o momento da criação do polo de cinema de Paulínia, outra relação entre a cidade, sua comunidade e a arte cinematográfica. Esta argumentação está no artigo A territorialização do polo cinematográfico de Paulínia, São Paulo, de Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde²⁸. O autor escreve que “os estúdios, os equipamentos, as escolas de dramaturgia, os serviços vinculados à agenda cultural não são produtos diretos nem do peso demográfico da cidade e tampouco de uma tradição local”.

Já o segundo exemplo intensifica uma arte que possuía, anteriormente, identidade cultural com a localidade, sendo acolhida pela comunidade e tendo revertido todo o investimento e seus benefícios para a própria localidade.

Os conceitos apresentados até aqui voltarão a ser abordados, em um diálogo harmonioso, nos próximos capítulos, mas, em especial, serão vistos nas narrativas da prática.







Questões que se desejam inovadoras Tecnologia Social própria

Embora os conceitos de Cidade Criativa e Economia Criativa sejam relativamente novos, em especial em relação aos conceitos de Patrimônio Cultural e Identidades Culturais, é nosso desejo jogar luz em alguns aspectos que emprestam ao debate noções inovadoras.

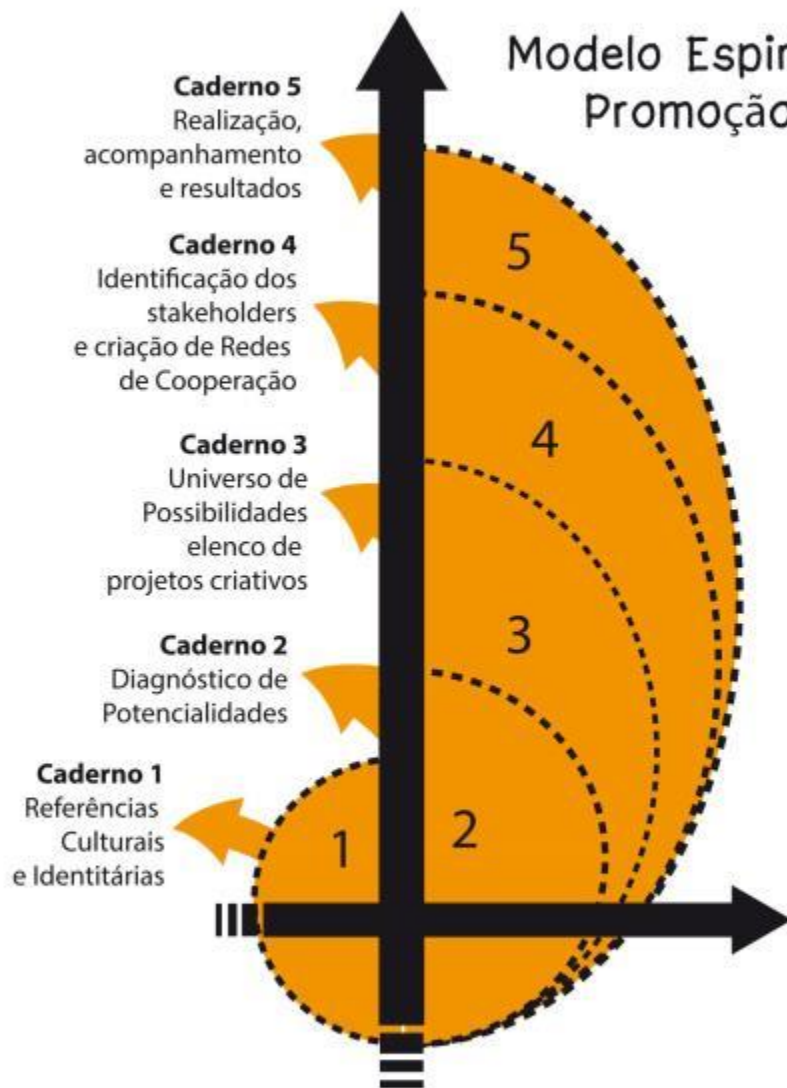
O primeiro foco está em conceber uma prática de Cidade Criativa, e não um arranjo teórico. Neste sentido, o Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais criou sua própria Tecnologia Social para promover espaços organizados em lugares criativos, sempre com destaque para as identidades.

A construção desta tecnologia se deu de maneira vivenciada. A primeira experiência, os integrantes do IPCCIC participavam de um grupo intitulado à época de Rede de Cooperação Identidades Culturais, foi entre 2009 e 2012. Neste período, os pesquisadores tinham como tarefa realizar o Inventário de Referências Culturais do município de Ribeirão Preto, ainda que parcial, pois abrangeeria um recorte temporal e uma geografia específica. Ao se qualificar para a aplicação do INRC, Inventário Nacional de Referências Culturais, instrumento especialmente concebido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Arquetetônico Nacional –, e ao ir para as ruas, o grupo sentiu necessidades não previstas na metodologia. Esta informação significou muito quando, em 2013, agora como IPCCIC, os pesquisadores voltaram às ruas para novas práticas de diagnóstico.

A formação acadêmica dos membros do Instituto exigiu uma base teórica que pudesse organizar o processo. Foi quando, em busca de referenciais, a Teoria U surgiu como uma possibilidade. Sua proposta dava ao grupo orientação, método, metodologia, especificidade e, mais importante, compreendia todas as vivências múltiplas e interdisciplinares de cada um dos participantes. A Teoria U validou como pertinente o *Design Thinking* já praticado por alguns pesquisadores. A soma dos dois conjuntos de conhecimento, mais a vivência com o INRC, gerou o modelo espiral de diagnóstico, explicado na ilustração a seguir.



Modelo Espiral de Diagnóstico e Promoção da Cidade Criativa





O IPCCIC sistematizou a realização de cinco etapas, organizadas em cadernos, para a aplicação de diagnóstico e a concepção de propostas que, aplicadas, transformem lugares em cidades criativas.

Respaldaado em tudo o que já foi explicitado, o Modelo Espiral de Diagnóstico e Promoção da Cidade Criativa compõe um passo-a-passo de como partir do marco inicial e seguir até o momento da coleta de dados pós- implantação dos projetos. Trata-se de uma proposta didático-orientadora.

Caderno 1: Referências Culturais e Identitárias

Metodologicamente significa, em conformidade com a Teoria U, (1) levantar toda informação já produzida sobre a localidade da maneira mais abrangente possível; (2) apoderar-se do conhecimento; (3) reconhecer todas as variantes; (4) ir à localidade para ouvir os interessados, mas, neste caso, promover uma escuta apurada das falas, acionando o quarto nível de escuta sugerido pela Teoria U, em que se ouve com a mente, com o coração e com a vontade abertos, (5) organizar todas essas informações a fim de que sirvam como banco de dados, pois todas as fases seguintes só serão validadas em constante diálogo com essa primeira e mais significativa etapa.

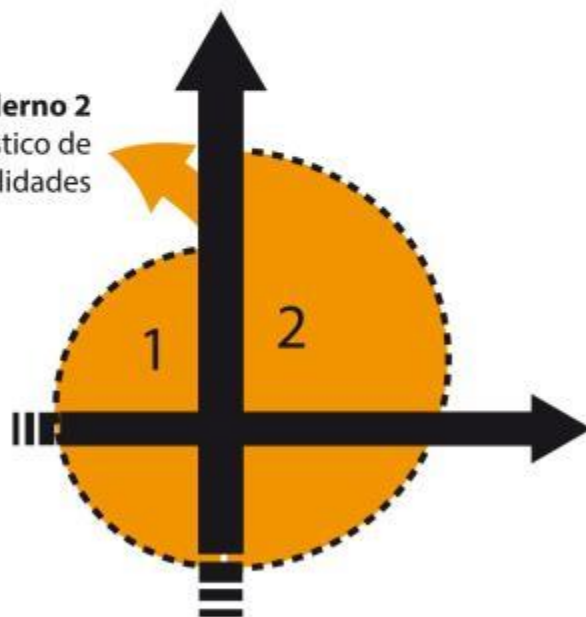


Caderno 2: Diagnóstico de Potencialidades

Trata-se da leitura das informações geradas na primeira fase com os olhos voltados para diagnosticar potencialidades. É o momento, como enunciado na introdução, de colocar a atenção nas soluções, e não nos problemas. O exemplo mais emblemático para ilustrar esta fase é o da cidade inglesa de Burnley, localizada na Montanha de Pennine, que resolveu seu problema de ventos constantes instalando, entre várias esculturas, uma especialmente para transformar vento em música. Resultado de um concurso de ideias, a escultura, identificada como “the singing ringing tree – obvious” atrai turistas que antes passavam pela região rumo a Liverpool sem manifestar qualquer desejo de parada.



Caderno 2
Diagnóstico de
Potencialidades

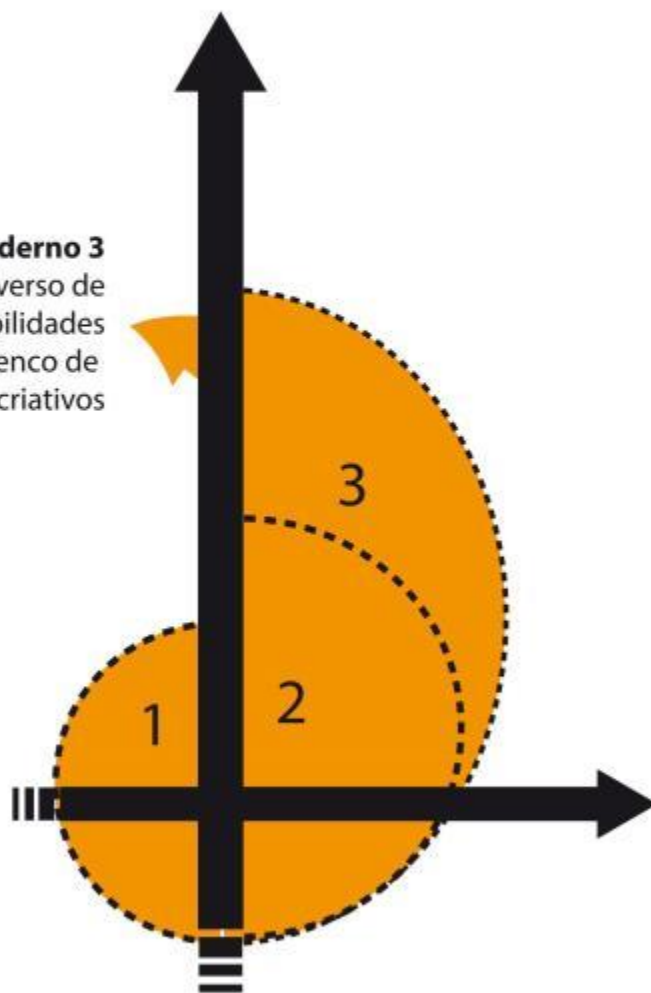


Caderno 3: Universo de Possibilidades Elenco de projetos criativos



Caderno 3
Universo de
Possibilidades
elenco de
projetos criativos

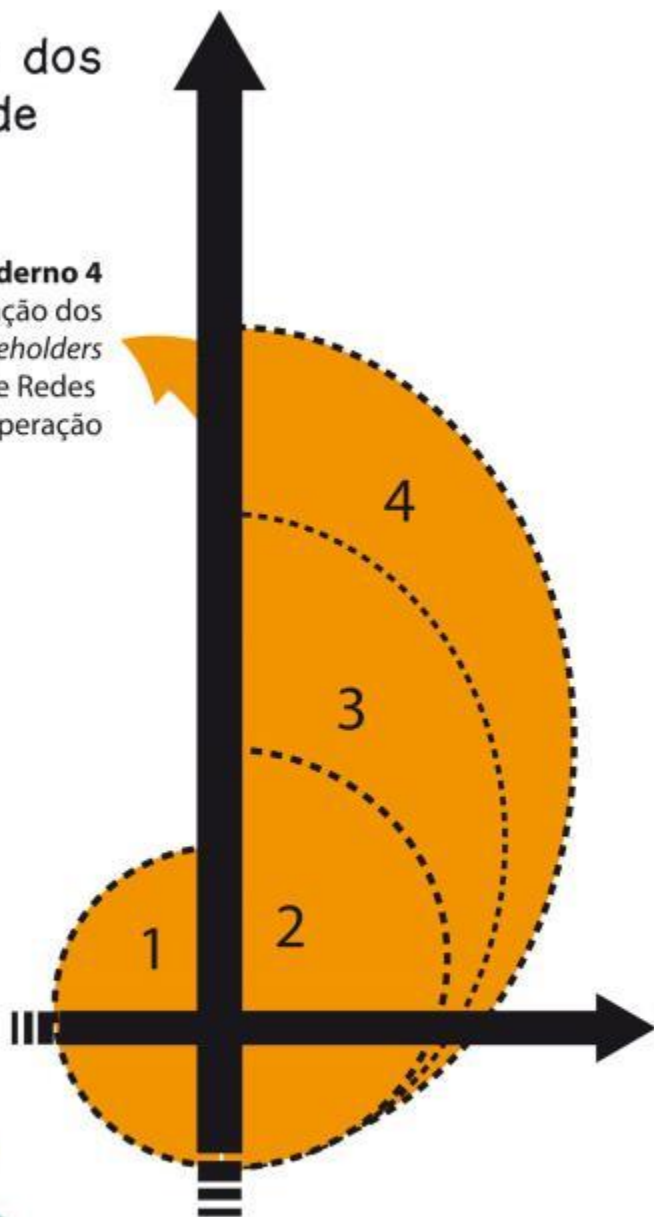
Este é o momento em que, em consonância com a fase 1 e 2, os pesquisadores delineiam um conjunto de projetos criativos que potencialize a localidade. A qualidade destes projetos dialogará diretamente com o bom desempenho nas fases anteriores. A não-compreensão dos referenciais e a leitura equivocada das potencialidades não gerarão projetos criativos endógenos.



Caderno 4: Identificação dos stakeholders e criação de Redes de Cooperação

Caderno 4 Identificação dos *stakeholders* e criação de Redes de Cooperação

Esta é a fase de criação de planos de ação a partir da identificação dos atores sociais. Momento de chamar os interessados a participarem e promover o encantamento dos mesmos a partir dos bons trabalhos realizados nas fases anteriores. Ao se conceber o conjunto de projetos criativos, automaticamente se relacionam os *stakeholders*. Neste momento, também é importante reconhecer os possíveis financiadores dos projetos. A criação de Redes de Cooperação obedece a esta sistematização: coloca no mesmo lugar grupos e pessoas com interesses comuns e fortalece a unidade enquanto coletivo.

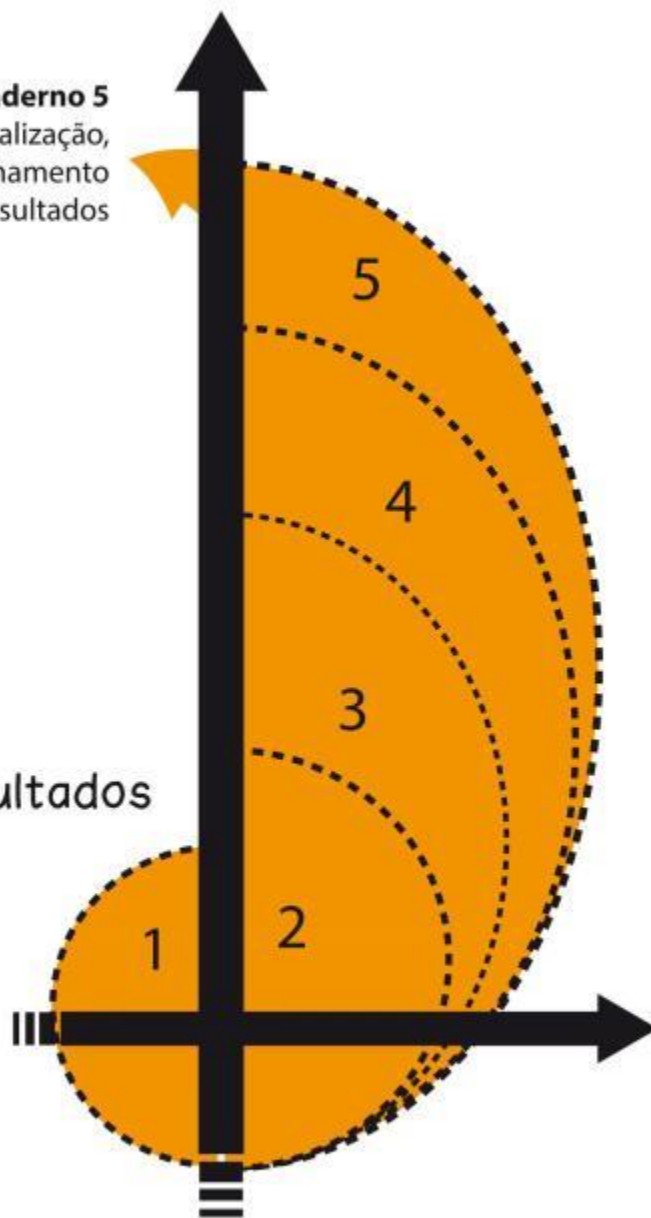




Caderno 5
Realização,
acompanhamento
e resultados

Caderno 5: Realização, acompanhamento e resultados

O caderno 5 organiza o fazer, posterior ao cumprimento de todas as fases anteriores. O mesmo pode se dar de maneira escalonada, com cronogramas diferentes. Acompanhar para validar ou corrigir rotas é tão importante quanto projetar qualquer ideia.



Esta Tecnologia Social, organizada pelo IPCCIC, tem sido o solo fértil do grupo no fazer de sua missão: unir pessoas para transformar lugares em cidades criativas a partir das identidades culturais. Ao final das experiências datadas até a elaboração deste livro, o que se pode avaliar diante desta proposta, materializada em cinco fases, organizadas em cadernos, é que não existe possibilidade de semente boa germinar em solo daninho nem de solo fértil germinar semente daninha. Um bom projeto, para se fazer exitoso, precisa preparar o terreno antes de sua fase inicial, o que significa afirmar que todo um processo educativo precisa acompanhar qualquer que seja a iniciativa transformadora, pois, como dizem, a transformação é uma porta que se abre por dentro.

Notas e Referências

1. UNESCO. Filme institucional do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (IFCD). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_HoFITr88l8>. Acesso em: 02 set. 2015.
2. Embora, para alguns segmentos, o politicamente correto é classificar homem e mulher diante de uma proposta de relação igualitária, vamos manter o conceito de homem como termo referente ao humano.
3. BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
4. SCHARMER, Otto. Teoria U: como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
_____. Liderar a partir do futuro emergente: a evolução do sistema econômico ego-cêntrico para o eco-cêntrico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
5. Brown, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das ideias velhas. São Paulo: Elsevier Editora, 2010.
6. Idem, p. 12.
7. LANDRY, Charles.; BIANCHINI, Franco. The Creative City. Working paper 3: Indicators of a Creative City. A methodology for assessing urban viability and vitality. London: Comedia, 1994.
8. FLORIDA, Richard. The Rise of the Creative Class. Nova York: Basic Books, 2002.
9. REIS, Ana Carla Fonseca. Org. Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
_____. Cidades Criativas – soluções inventivas: O papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais. São Paulo: Garimpo de Soluções e Fundarpe, 2010.
_____. Cidades Criativas – da teoria à prática. São Paulo: SESI-SP Editora, 2012.
10. Disponível em: <http://www.criaticidades.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2013.
11. UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Developments. The Creative Economy Report. 2008. Disponível em: <www.unctad.org/en/docs/ditc2008cer_en.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.
12. FLORIDA, Richard. Who's your city? How the creative economy is making where to live. Editora

Basic Books, 2009.

13. UNESCO, Institute for Statistics. International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003. Defining and Capturing the Flows of Global Cultural Trade. Montreal: 2005. Disponível em: <www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/Intl_Flows_EN.pdf>. Acessado em: 20/8/2013.

14. Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs>. Acesso em : 20 jul. 2015.

15. Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/14>. Acesso em 20 jul. 2015.

16. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

17. GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2014.

18. LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano: cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Porto Alegre: Bookman, 2012.

19. SHULGER, Ephim (Org). Cidades em transformação. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

20. ALVES, Luiz Roberto; Sá, José de. Políticas integradas de governança: participação, transparência e inclusão social. São Bernardo do Campo: Umesp, 2011.

21. LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo – Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. São Paulo: Objetiva, 2013.

22. ELIOT, T.S. Notas para a definição de cultura. São Paulo: Perspectiva, 2013.

23. EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2011.

24. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

25. MERCER, K. Welcome to the jungle". In Rutherford. J (org). Identity Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

26. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara A. Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, SP, Brasil, 1981, p. 7-28.

27. CARMO Jr., J. Aldo do; MORAES, Júlio Luchesi. How magic is Cinema? Assessing the effects of the artistically successful cinema cluster in Paulínia, Brazil. ACEI – Association for Cultural Economics International. 2012. Disponível em: <http://www.regionalstudies.org/uploads/RSAI_2012_Moraes_-

Final.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

28. VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe . A territorialização do polo cinematográfico de Paulínia, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n3/1676-8329-mercator-13-03-0037.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.



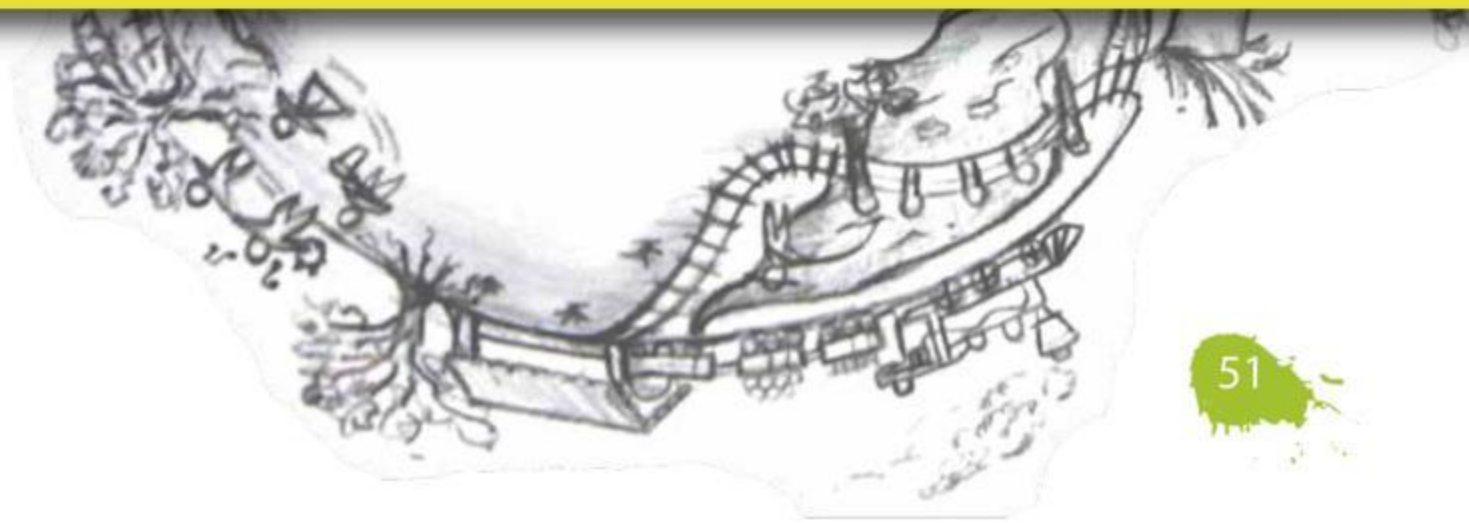






Capítulo 2

Patrimônio Cultural: o homem como produtor de significados







Memória e criatividade

Memória e criatividade são excludentes? É possível que uma cidade encontre formas de convivência integrada entre o passado que deseja preservar e o futuro emergente?

Em busca de respostas, promovemos um mergulho reflexivo, tão próprio do processo criativo. Iniciamos cogitações sobre uma nova ideia de patrimônio cultural, que permitisse a convivência harmônica entre a tradição e a inovação, em prol do desenvolvimento sustentável, em todos os seus níveis.

Falando sobre criatividade e inovação, cada um tem uma experiência muito própria sobre como eles são despertados. Algumas ideias vêm durante o sono, no chuveiro, no carro ou enquanto organizamos nosso escritório, ou nossa casa. Não importa como ocorre, porque é absolutamente particular a busca pela matéria que move o motor da criação.

Mas o que há em comum em todos esses protocolos que desenvolvemos para ativar a criatividade? Como ocorre a explosão de uma ideia que, posteriormente, se transforma em um filme, uma peça de teatro, uma obra de arte, um livro, uma melhoria em nossa cidade, ou seja, em um projeto inovador? Nós desenvolvemos a teoria indicativa de que a resposta parece estar no processo e, ao mesmo tempo, na matéria-prima. Em outras palavras, na forma como nos concentramos para acessar o grande banco de dados que possuímos e que chamamos de memória.

Acreditamos que o ato criador é uma integração consigo mesmo e, ao mesmo tempo, com o mundo à sua volta. É como um salto em uma piscina profunda, cheia de conhecimentos ativos e inativos. Nesse mergulho, nós realizamos conexões, ativamos recordações, por meio de uma ligação com a nossa própria essência. Quanto mais fundo vamos, mais somos capazes de acessar conhecimentos, sentimentos, sensações e percepções do mundo. Nesse caminho, nós fazemos o balanço entre o referente e a referência, entre o significante e o significado. Ouvimos com o coração, em um estágio de escuta que ultrapassa o mecanismo biológico da audição, no qual o pavilhão auditivo



capta e canaliza as ondas sonoras para o canal e o tímpano. Estamos aqui falando de outro tipo de escuta. Aquele que abrange o campo da empatia e da afetividade, por meio do qual ocorre a compreensão do que e como o outro está falando, ou, ainda, quando o interlocutor somos nós mesmos, a capacidade de nos conhecermos e nos entendermos profundamente. Ao nos embrenharmos em nossas memórias, nós selecionamos, organizamos e salvaguardamos somente aquilo que realmente nos faz sentido. Ao retornar à superfície, deixamos ir aquilo que consideramos irrelevante para a nossa jornada e emergimos diferentes, somente com o essencial, para a realização daquilo que nos propusemos.

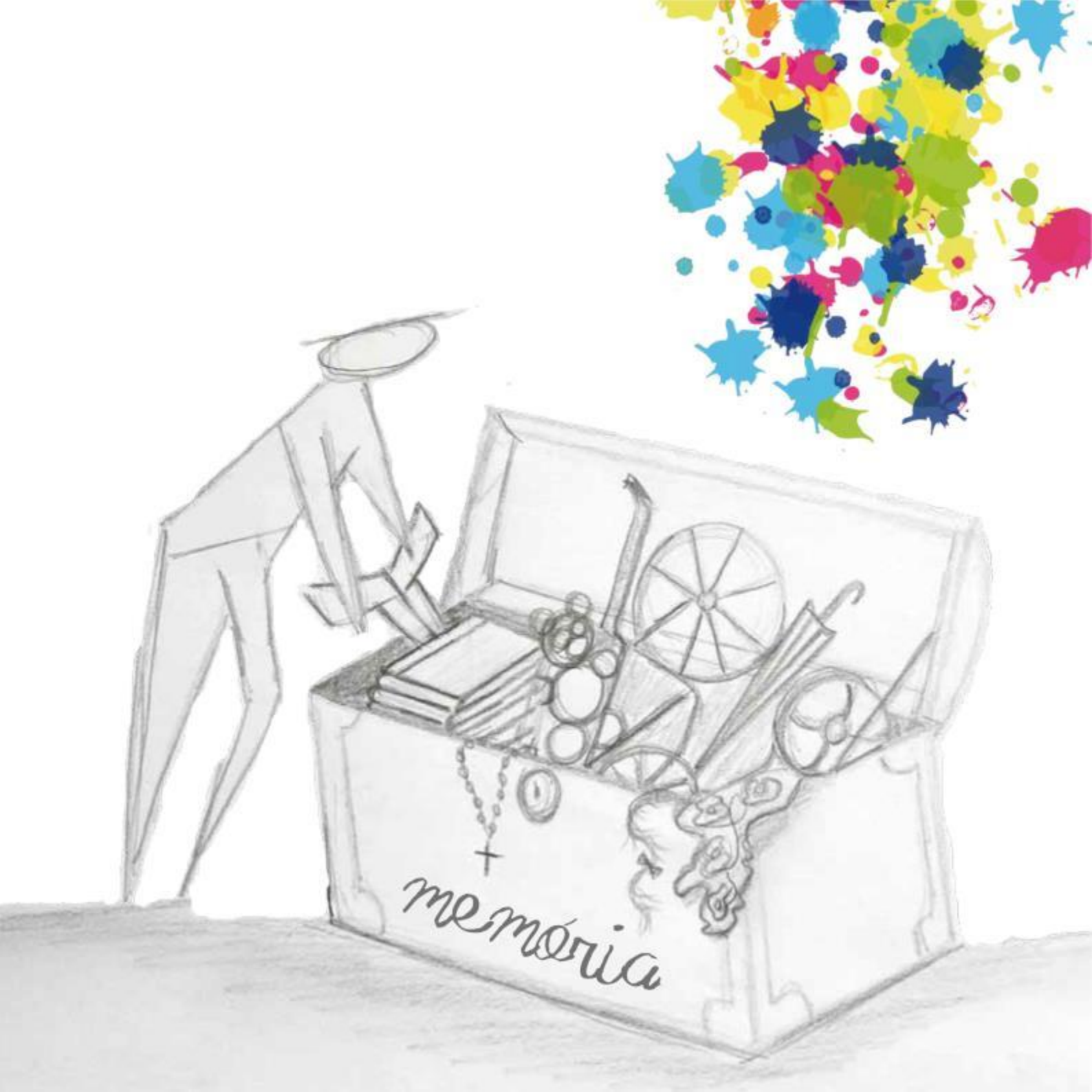
Sem esse grande banco de dados, esse mergulho ocorreria no vazio, sem a rede protetora contra os traumas provocados por uma vida social cada vez mais superficial e desconectada. Sem memória, mergulharíamos cada vez menos, refletiríamos cada vez menos e, ao fazê-lo, mesmo que brevemente, emergiríamos com pouca coisa significativa para nossa existência. Se isso tem ocorrido individualmente em nossa sociedade contemporânea, o que dizer do coletivo?

Recentemente, em uma sala de professores, durante um daqueles intervalos, nos quais se encontram docentes de vários cursos superiores, entre um café e a troca por um giz novo, aproveitamos para discutir variadas temáticas. Nesse dia, em especial, éramos uma historiadora, um filósofo, uma pedagoga e um cientista social. De longe, observavam nossa conversa alguns farmacêuticos e administradores. O tema do dia era inquietante: qual o pior tipo de esquecimento? Nosso amigo filósofo respondeu de pronto: aquele no qual nos esquecemos de nós mesmos, como o que é provocado pelo Mal de Alzheimer. Todos aqui esceram.

Confusão, desorientação, ansiedade, agitação, desconfiança, dificuldade em reconhecer familiares e amigos, em tomar decisões e, por fim, a perda da memória e esquecimento de quem somos em essência, da nossa própria identidade. É ainda mais inquietante pensar que todos esses sintomas parecem definir a sociedade moderna. Em certo momento, é como se estivéssemos vivendo um “Mal de Alzheimer coletivo”, no qual padecemos da perda de laços, de ancoragem social, das relações de pertencimento entre nós e o ambiente no qual vivemos.

A cidade, o bairro, a rua onde habitamos perdem gradativamente o sentido de lugar. O espaço antes carregado de afeto e trocas mútuas, onde ocorriam as práticas sociais cotidianas, tornou-se apenas uma área demarcada geograficamente por onde transitamos. Nesse caminho, nos tornamos usuários da nossa rua, do nosso bairro e da cidade, e não seus criadores e partícipes. Não somos mais pertencentes a um lugar.

Em tempos de esquecimento, criatividade pode ser exatamente buscar meios para inovar as



memória

relações sociais. Mudar as cidades por meio dos homens. Para isso, é necessário que nos conectemos com o nosso próprio eu. Nós precisamos nos reconhecer em nós mesmos. Ao olhar no espelho, é necessário vermos na imagem refletida alguém conhecido, e não um estranho. Para isso, o caminho é a integração e o restabelecimento do sentido de pertença a algo e a algum lugar, por meio da reconstituição das memórias significativas e da capacidade de ouvir, no sentido de perceber o que é realmente importante para nós e para os outros.

Então, nós colocamos mais uma pergunta: como uma cidade pode ser mais criativa, em uma época na qual a sociedade parece ter escolhido não ter tempo para lembrar e para ouvir?

Em um mundo cheio de barreiras e posturas radicais e maniqueístas, buscar verdadeiramente conectar-se consigo mesmo e com outras pessoas que tenham propósitos e preocupações em comum é uma ideia criativa e inovadora nos dias de hoje. Mais que uma conexão, essa integração estimula a reflexão, podendo nos tornar conscientes de quem somos e qual o nosso papel no mundo por meio da ativação da nossa bagagem individual e coletiva, ou seja, das nossas memórias. Esse processo faz parte de um movimento que acompanha a própria história da humanidade.

O abandono do nomadismo e a fixação do homem na terra estabeleceram o ambiente propício ao fortalecimento e à ampliação das relações sociais. O resultado de milhares de anos de construção de uma vida em comunidades, que depois viraram cidades, foi a formação de linguagens e hábitos comuns entre os membros de um mesmo grupo. O compartilhamento do conhecimento e a sua preservação passaram a ser, então, uma questão crítica para a sobrevivência. Modos de fazer, de criar e de viver eram guardados na sabedoria dos velhos e transmitidos de geração para geração por intermédio da tradição oral. Havia uma troca constante entre conhecimento salvaguardado na memória dos ancestrais e as novas práticas reinventadas pelos jovens. A experiência dos tataravós, bisavós e avós era compartilhada com os filhos e netos, num contínuo engendrar do presente/futuro.

O papel da memória, tanto individual quanto coletiva, garantia a aquisição e a manutenção de habilidades responsáveis por soluções de problemas. Ela era a guardiã das experiências mais significativas, que faziam, de alguma forma, sentido, que deixaram marcas. Dessa maneira, a memória transforma-se na matéria-prima para o planejamento e as previsões, com base na observação de regularidades passadas. Desde sempre, é a partir dessas memórias que ativamos a criatividade e a imaginação por meio das quais construímos o futuro. Quanto mais restrito o conjunto de experiências preservadas, menor é a capacidade de imaginar o "outro" e de constituir um horizonte de expectativas inovadoras.

Para Terry Eagleton, a imaginação é justamente a palavra-chave para o "alcance global do espíri-

to". Caracterizada pelo autor como a "faculdade pela qual alguém pode empatizar com os outros – pela qual, por exemplo, pode-se andar às apalpadas dentro do território desconhecido de uma outra cultura"¹. Quanto menor for o acervo de memórias, mais rasa é a piscina na qual mergulhamos em busca de respostas, de conteúdo para a imaginação. Portanto, menor será a capacidade de tomarmos posse da nossa própria existência. Sem esse material não é possível estabelecer empatias, reconhecer o que já é nosso e imaginar o diferente. É por isso que a seleção e o arquivamento de memórias sempre foram essenciais para a própria existência da humanidade.

Os fisiologistas defendem que cada um de nós possui mecanismos complexos que estruturam a guarda das nossas memórias ao longo da vida. Os estímulos ambientais captados por nossos órgãos sensoriais geram circuitos neurais cujas atividades eletrofisiológicas passam a representar as experiências no "mundo real". Isso tudo envolve elementos motivacionais, afetivos e culturais. O constante armazenamento de informações no sistema nervoso constrói redes de interconexões que são continuamente reformuladas, enquanto amadurecemos e envelhecemos. Posteriormente, estímulos similares à experiência original podem ativar esses circuitos, provocando o mecanismo da recordação. As interações com diversos ambientes, ainda que em indivíduos que compartilham o mesmo patrimônio genético, geram redes nervosas distintas. Dessa maneira, é possível acreditar que "a existência de histórias diferentes leva à construção de redes diferentes, conferindo, assim, individualidade cognitiva e afetiva a cada indivíduo"² e à coletividade a qual pertence. Em resumo, a memória é um processo de retenção de informações resultantes de experiências vividas e partilhadas com os outros.

Pensando dessa forma, o compartilhamento de experiências em grupo, em um mesmo ambiente, leva à construção de linguagens, histórias e memórias comuns, que formam o senso de comunidade e de lugar, do qual já falamos anteriormente. É esse compartilhamento que permite a comunicação entre o "eu" e o "outro", que nos permite empatizar com visões de mundo diferentes da nossa. Um exemplo ajudará na compreensão.

Em maio de 2007, recebemos em Ribeirão Preto um grupo de caciques das etnias Kayapó e Juruna. Entre eles, estavam Megaron Txucarramãe, Wayaya Juruna e, o mais esperado por todos, Raoni Metuktire. A fama deste último o havia precedido. Suas viagens com Sting, o cantor e ambientalista inglês, sua luta pela demarcação das terras indígenas e contra a construção de barragens na floresta e o respeito que a comunidade internacional nutria por ele causaram uma expectativa enorme para a sua chegada ao município do interior do estado de São Paulo. Nesse encontro, aprendemos muito sobre como compreender e compartilhar visões de mundo diferentes.

Em seus primeiros dias de estadia, Raoni resistiu em falar com uma mulher, neste caso, uma de nós, mesmo sendo a pessoa que havia sido designada para coordenar a equipe de recepção. Tratava-se da chefe de Divisão de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto. Quase todo o grupo era composto por mulheres, inclusive a chefe do Museu do Café Francisco Schmidt, que organizava o encontro.

Inicialmente, isso dificultou um pouco as tratativas, fato que foi sendo contornado pelos dois lados. Depois de três dias, conforme se dava a aproximação mútua, as barreiras começaram a ruir. Raoni tornou-se compreensivo nas suas relações com a equipe, inclusive abrindo mão de falar em Kayapó e adotando o português. Quando lhe perguntaram o porquê da mudança, ele respondeu que havia percebido que aquela era uma “mulher de calças”. Esta é uma passagem que, quando compartilhada em palestras e aulas, gera muitas e boas risadas. Mas está entre as maiores lições de vida, para quem a viveu; neste caso, a dita “mulher de calças”.

Para que houvesse comunicação, foi preciso assimilar aspectos da visão de mundo de Raoni, abandonando ideias pré-concebidas e já conhecidas pela interlocutora que o recepcionava e compreender o papel reservado à mulher na sociedade indígena. Era por meio desses óculos que ele olhava para as mulheres. Por outro lado, o chefe Kayapó precisou encontrar meios de inserir e compreender a nova mulher que acabara de conhecer na sua própria estrutura mental e cultural. Os dois personagens principais desta história, o índio e a mulher da sociedade não indígena, tiveram que acessar memórias, códigos e símbolos comuns que ajudaram a compartilhar um campo comum, permitindo se estabelecer uma comunicação, um entendimento mútuo. Houve empatia entre o “eu” e o “outro”. Encontramos uma forma comum para compreender nossas ações, através das quais cada um se expressava, baseados em culturas e em modos de vida diferentes.

Esta história garante vivência ao aprendizado promovido pelos livros, sobre como a cultura é um processo dinâmico de transmissão de práticas, sentidos e valores, que se criam e ressignificam no presente, partilhados por um determinado grupo.

Cada grupo constrói esses modos de vida por meio de compartilhamento de histórias, visões de mundo, formas de organização social e memórias coletivas. Nesse aspecto, toda cidade, enquanto comunidade, tem coisas que são só suas.

Durante as muitas oficinas que realizamos no interior de São Paulo, nós conhecemos vários municípios de diversos tamanhos, populações e modos de vida que guardavam diferenças e semelhanças. Em cada um deles, alguns elementos os diferenciavam dos outros: uma iguaria chamada “cigarrete”, feita de massa de pastel e queijo que só encontramos em Jaboticabal; um licor de fruta do cerrado em Nuporanga; uma praça com uma história de fantasmas, que lhe conferiu a alcunha de

Jardim Misterioso, em Bebedouro; o peso da passagem do Imperador Pedro II, em Franca; as histórias da febre amarela, em São Simão, entre tantas outras. Em comum, o fato de todas essas histórias, que revelam modos de fazer, criar e viver, constituírem-se em partes de uma memória coletiva que, por sua vez, tornou-se elemento essencial das práticas sociais cotidianas.

O que percebemos em nossas pesquisas, realizando várias entrevistas, é que a memória é a presença viva do que ainda não passou, atuando seletivamente em relação ao passado, produzindo imagens e representações que resultam de escolhas feitas a partir do hoje. Escolhemos conscientemente e inconscientemente o que devemos lembrar, esquecer ou alterar. Muitas vezes modificamos nossas memórias para que elas ganhem mais cor ao contarmos para alguém. Em outras situações, omitimos fatos desagradáveis; outras vezes, adotamos como nossas as memórias dos outros³. Tudo isso é parte natural do jogo do lembrar e esquecer que nos define.

Ao encontro do que os fisiologistas afirmam, Maurice Halbwachs⁴ acredita que a memória é constituída pela inserção do indivíduo num contexto mais amplo, seja ele familiar, social ou nacional. Ela é fruto de uma integração contínua entre o “eu” e o “outro”, resultando no entrelaçamento entre os fios da vida do indivíduo com o grupo social do qual faz parte, formando uma trama complexa e cheia de nuances. Mas, para Terry Eagleton, esta integração só é possível por meio da imaginação⁵.

Eis aí a relação entre memória e criatividade.

Duplos de uma mesma moeda, eles são atributos essenciais da própria vida. Resistir e, ao mesmo tempo, assimilar o tempo que muda. Amenizar os traumas e rupturas da existência, garantir os elementos necessários para o reconhecimento de si e dos outros, empatizar com o diferente, imaginar e inovar o que já é conhecido. Tudo é parte do mesmo processo⁶.

Assim, o ato de relembrar é um caminho de reencontro com o pertencimento, que é, ao mesmo tempo, também o princípio da identidade⁷. Em nossas pesquisas sobre memória, isto tem ficado cada vez mais evidente.

Ao entrevistarmos vários frequentadores de um dos maiores teatros de ópera do país, o Theatro Pedro II, localizado em Ribeirão Preto, SP, foi possível atestar este processo. Pessoas de diferentes níveis sociais, idades, gostos, interesses e que, portanto, tinham aparentemente pouca coisa em comum encontraram em suas memórias de vivências no velho teatro, um ponto de referência. Não importava o papel vivido: plateia, trabalhador ou gestor. Ao recordarem suas experiências, eles se tornaram fios de uma mesma trama, constituindo uma identidade.

Em outra pesquisa, realizada em Ribeirão Preto, SP, investigamos as memórias de moradores do campo, com idades entre 70 e 90 anos. Em comum, tinham o fato de nunca terem morado na zona urbana, serem filhos de colonos, já terem trabalhado nos cafezais, antes abundantes na região onde moravam e estarem, ainda, vivendo nas antigas casas das velhas colônias de fazendas de café. O local onde sempre viveram era agora dedicado ao plantio de cana-de-açúcar, em um município com 99,72% de taxa de urbanização. Estávamos, com certeza, entrevistando a última geração rural nesta área. Depois de ouvirmos por longas horas homens e mulheres, cujas marcas de sol e os calos nas mãos evidenciavam sua trajetória, chegamos a algumas conclusões. Embora muitos deles vivessem em fazendas diferentes, partilhavam histórias, memórias, sentimentos e uma profunda relação afetiva com o campo. Esses elementos davam-lhes identidade. Causos como a “mãe do ouro”, uma bola de luz intensa que surgia à noite, repetiram-se em todas as falas. Os fazeres em torno do forno a lenha, as receitas, as festas religiosas, as fugas para realizar casamentos indesejados pelos pais foram algumas das histórias frequentes.

Esses códigos, invisíveis aos olhos, mas capazes de serem captados por uma escuta mais sensível, revelaram laços de pertencimento construídos e ressignificados, por décadas, pelos entrevistados, tornando-se verdadeiras âncoras sociais em tempos cada vez mais rápidos e fugazes. Às memórias, percebidas como espaços de experiência, somam-se as práticas cotidianas que definiam e redefiniam os modos de vida, resultando na construção de uma identidade cultural do grupo.

Como resultado dessa pesquisa, editamos um livro e um documentário, ambos chamados de “Memórias dos cafezais”. Convidamos para o lançamento cerca de 100 pessoas, escolhidas entre jornalistas, professores, agentes culturais e outros. A maioria havia nascido, crescido e, em alguns casos, envelhecido na cidade. Ao término da exibição do documentário, uma parte considerável estava em lágrimas. Houve uma nítida identificação com aqueles que contaram suas memórias no campo. Os relatos agiram como elementos motivacionais, estimulando uma memória afetiva relacionada aos pais e aos avós de cada um. Naqueles momentos, as experiências originais daqueles velhos das colônias tornaram-se as experiências de todos. Pessoas que nunca viveram no tempo dos cafezais reconectaram-se e sentiram-se parte do grupo. Houve empatia com o outro, por meio do acesso às memórias submersas.

Essa (re)construção revela uma integração. Aquele mergulho profundo do qual já falamos tanto; nesse caso, nas memórias afetivas que ainda compartilhamos com os nossos antepassados, mesmo que pareçam esquecidas. Esse processo gera uma identificação baseada não na homogeneização e


padronização de condutas, mas, sim, na diversidade cultural, cuja riqueza define e dá forma ao patrimônio dos povos formadores e viventes em cada localidade. Em resumo, ações como essas nos possibilitam acessar a herança cultural que já nos pertence e da qual precisamos nos apoderar.

Esse caminho nos parece fundamental em tempos nos quais há uma sensação de que o que foi ontem não parece ser o mesmo hoje. As velozes mudanças pelas quais o mundo está passando deixam uma sensação de ruptura com as experiências ancentrais. Estamos criando um abismo entre o eu e as memórias coletivas, quebrando o elo e fragmentando as relações e, conseqüentemente, diminuindo a capacidade de criar, de imaginar e compreender o outro.

Como nos resguardar desse processo que parece inexorável?

Nós propomos uma imersão no passado, não para cristalizá-lo, colocando-o numa redoma de um museu, mas para que possamos emergir dele apenas com o que é realmente essencial para imaginar um futuro melhor. Criar e fortalecer relações, arrancar do que ainda sobrou do vivido os rastros, os indícios e os fragmentos das experiências que nos significam e nos tornam melhores.

Com esse material, acreditamos que é possível fiar a trama e estabelecer redes protetoras contra o esfacelamento da memória, cuja manutenção ancora e dá lastro aos indivíduos, gerando o sentimento de pertencimento. É nisso que acreditamos constituir-se o caminho da preservação do patrimônio cultural. Gerar um banco de dados repleto de memórias que podem ser partilhadas e acessadas pela coletividade, buscando a compreensão mútua, na construção de um futuro mais cooperativo e de uma cidade mais criativa e mais sustentável.



Patrimônio: uma palavra, vários usos e significados

... as palavras se propõem aos homens
como coisas a decifrar.

Michel Foucault

As múltiplas possibilidades envolvidas na compreensão da noção de “patrimônio” podem ser vistas a partir de Foucault, para o qual não há diferença entre as marcas visíveis e as palavras legíveis. “A relação com os textos é da mesma natureza que a relação com as coisas; aqui e lá são signos que arrolamos”⁹. Portanto, tratar de patrimônio cultural não significa apenas arrolar os bens móveis e imóveis que constituem o acervo preservado por municípios, estados ou países. Vai além e ultrapassa os limites do visível para atracar no limiar do sensível. Em outras palavras, para compreender a coisa é necessário, também, entender a palavra que a identifica.

Mas esta não é uma tarefa fácil. Afinal, a linguagem é uma “opaca, misteriosa [...] massa fragmentada e ponto por ponto enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas”!¹⁰

Se aplicarmos este sentido ao patrimônio cultural, podemos compreendê-lo como a herança que, ao ser acolhida, deve ter sua linguagem decodificada e seus múltiplos significados compreendidos. É um vasto acervo de signos a ser interpretado. Pouco a pouco devemos selecioná-los, decifrá-los e fazê-los falar ao longo do tempo.

E quando se trata de tempo, a palavra patrimônio é quase tão antiga quanto a história da humanidade. A coisa a qual possivelmente esteve primeiramente relacionada foi à terra. No Velho Testamento, o patrimônio aparece como o legado de Deus ao Homem e que deveria ser transmitido aos seus descendentes.

Ao longo dos séculos, a palavra patrimônio esteve associada a outra muito próxima: propriedade.

Na linguagem comum, visitada nos dicionários mais conhecidos, a propriedade é caracterizada como um direito, como a “pertença ou direito legal de possuir”, por vezes usada como sinônimo de terra, fazenda ou quinta. Mas talvez a melhor definição no senso comum seja “coisa possuída com exclusividade”. Juridicamente, o “direito de usar, gozar e dispor de um bem e de reavê-lo do poder de quem ilegalmente o possuiu”!¹¹ Frequentemente, a palavra propriedade apresenta-se com o sentido de poder dispor de uma “coisa” como bem entender, o elemento definidor das fronteiras entre “o meu e o teu”. Para São Tomás de Aquino, significava o poder de nomear e dispensar tanto de bens materiais como de bens imateriais: *potestas procurandi et dispensandi*!¹²

Patrimônio, propriedade e terra são, dessa forma, sacralizados por seu papel na configuração dos modos de vida.

Esta fundamentação baseada na condição da terra/propriedade/patrimônio como domínio sacralizado não é prerrogativa dos povos descritos no Velho Testamento. De acordo com Fustel

Coulanges¹³; teria sido por intermédio da religião que a maioria das primitivas sociedades estabeleceu o direito de propriedade.

Os deuses eram profundamente ligados à família e a ela conferiram direitos sobre a terra. A visão que se tinha de propriedade privada estava ligada intimamente à religião do núcleo familiar e seus antepassados. Em sociedades como a grega e a itálica, a relação entre a família, a propriedade e a religião antecede ao catolicismo e até mesmo ao cristianismo, fundamentando as estruturas sociais.

Mas nem todos tinham terra/propriedade/patrimônio. Este era um direito reservado à elite governante, à aristocracia. Não havia propriedade coletiva, apenas individual, portanto também não existia o conceito de patrimônio coletivo, este “era um valor aristocrático e privado”¹⁴.

Mesmo a crença não era coletiva ou pública. Os deuses de uma determinada família eram somente por ela adorados e caracterizavam-se como sua propriedade exclusiva. A construção do altar representava a sedentarização do pai e daqueles sob a sua responsabilidade.

A ideia de terra/propriedade/patrimônio inviolável e intimamente relacionada à família e à religião também é fundamental no Antigo Testamento. Em todos os textos, a propriedade é apresentada como “natural”. Para o nômade, ela representava os bens móveis que o acompanhavam no seu trajeto, como o gado e a tenda.

Diferentemente das antigas sociedades grega e itálica, apresentadas por Fustel Coulanges, nas quais o deus é instalado na terra, entre as primeiras sociedades monoteístas do antigo Oriente Próximo, nos arredores de Ur, Deus é o criador da terra e do homem. Este, criado à figura de Deus, partilha com Ele a propriedade da terra, na condição de herdeiro. A terra é compreendida como herança de Deus, concedida a Abrão e aos seus descendentes, o povo escolhido. Associada a ela, estava a religião da família e os bens móveis, que constituíam, juntos, o patrimônio que deveria ser legado pelo pai aos seus descendentes. Era o conjunto que dava significado ao grupo que compartilhava esses bens materiais e espirituais.

Não é aleatório que a origem da própria palavra patrimônio esteja ligada à raiz grega pater, que significa pai. Entre os romanos, o Patrimonium, do latim, indicava o conjunto de bens pertencentes ao pai de família (pater familias). Essa família reunia esposa, filhos, escravos, bens móveis, imóveis e espirituais e as responsabilidades paternas¹⁵. Propriedade e religião não se separavam. Esse conjunto de responsabilidades, incluindo os sacrifícios sagrados aos deuses era confiado aos herdeiros, que deveriam cuidar do culto e dos bens. Nascia aí o princípio de hereditariedade¹⁶. Com o predomínio

da Igreja Católica a partir dos séculos IV e V, principalmente durante a Idade Média (séculos VI-XV), outro caráter, além do aristocrático e privado, foi acrescentado à ideia de patrimônio: a dimensão simbólica coletiva. No culto, os sentimentos religiosos ultrapassaram o âmbito privado e familiar e passaram a ser compartilhados coletivamente, como parte do patrimônio de todos cristãos. Foram atribuídos valores coletivos a lugares e objetos que eram adorados pelo conjunto da comunidade religiosa¹⁷. Forma-se, então, uma identificação cultural, definida pelos códigos e símbolos sagrados.

No Renascimento (entre os séculos XIV e XVI), com o humanismo nascente, houve a paulatina substituição dos valores religiosos pelos humanos, inspirados na Antiguidade grega e romana. A busca e o interesse crescentes por obras antigas e pelos “objetos e vestígios da Antiguidade” despertaram o olhar para a necessidade de preservar esses vestígios. O “efeito Petrarca¹⁸” revelou uma antiguidade desconhecida, qualificada como sagrada e santa. A sacralização anteriormente dedicada apenas aos “objetos e lugares santos” agora era humanizada e transferida para as realizações humanas, selecionadas como importantes para definir a própria ideia de humanidade forjada pelo Humanismo. Nessa fase, chamada de “antiguizante” do Quattrocento europeu, houve o desenvolvimento da História como disciplina e da Arte como atividade autônoma da religião¹⁹. Criaram-se os mecanismos da difusão desse conhecimento dos antigos gregos e romanos que estava sendo ressignificado.

Roma se tornou o centro de uma “peregrinação” de intelectuais europeus em busca da democratização de um conhecimento que, cada vez mais, tornava-se “propriedade de todos”, patrimônio da própria humanidade. Príncipes, artistas e eruditos acorriam aquela que seria considerada a Cidade Eterna, numa “viagem ritual”, que acabou por constituir a “forma original do monumento histórico”²⁰. A obra que deveria ser contemplada por seu valor memorial e de contemplação. Esses monumentos deveriam instruir, iluminar, avisar, fazer recordar. Tornaram, nas palavras de Jacques Le Goff²¹, “um sinal do passado”, que perpetuaria as obras de uma sociedade, caracterizando-se como um legado à memória coletiva. Os humanistas haviam descoberto dois valores nas antiguidades: (1) o histórico e (2) o artístico, que deveriam dar corpo e justificativa às escolhas do que preservar como legado, como herança cultural do Homem.

Esse fetiche por Roma acabou por motivar algumas das primeiras iniciativas papais para a conservação de construções da Antiguidade. Movidos pela preconização dos humanistas em prol da conservação e proteção dos monumentos romanos, que vivenciavam a acelerada descaracterização e destruição, as bulas pontifícias se sucederam com a finalidade de preservá-los. Um exemplo

foi a bula *Cum aliam mostram urbem*, de 1462, de Martinho V, que já diferenciava monumento e antiguidade. Neste documento, o Papa Martinho V se propõe a recuperar “o poder e o prestígio” de Roma, criando um “clima intelectual” na cidade, por meio da valorização das velhas ruínas resultantes de um passado considerado glorioso²².

Depois dessa fase, o século XVII foi o período dos antiquários, designação que na época caracterizava o “especialista no conhecimento de objetos de arte antiga e curioso deles”²³. Tidos à época pejorativamente como pessoas obcecadas pelo passado e seus detalhes, foram eles a eleger os objetos como “testemunhos involuntários” e seguros do passado. Durante mais de duzentos anos, uma rede de antiquários, munidos pela paixão pela Antiguidade, colecionaram, catalogaram e acumularam, em seus gabinetes, objetos, desenhos, dossiês com descrições detalhadas sobre os antigos gregos e romanos. Desenhava-se a ideia de patrimônio comum da civilização ocidental.

O século XVIII viu os olhares se voltarem para as antiguidades nacionais. O interesse se deslocou da Grécia e Roma para países como Portugal e França. Da antiguidade clássica supervalorizada pelos humanistas, esses homens começaram a catalogação de outras tendências, como o gótico (até então considerado de mau gosto). À medida que esse movimento se generalizava, com a proliferação de representações de edifícios e obras de arte, o conceito de monumento histórico se fortalecia.

Tendo como grande exemplo e ápice a Revolução Francesa, em 1789, a organização dos Estados-nação condicionou o início da intervenção estatal na preservação e difusão desses monumentos.

Originária do verbo nascer, a nação precisava conhecer suas origens, estabelecer uma genealogia capaz de servir de amálgama identitária. Os antigos súditos do rei deviam tornar-se cidadãos do Estado. Era necessário construir uma identidade nacional, coletiva, com o compartilhamento de elementos culturais comuns como cimento da nova sociedade.

Nesse processo, duas formas diversas de lidar com os monumentos se manifestaram, influenciadas por tradições diferentes do Direto. (1) Nas sociedades de origem latina (como França e Itália), a tradição do direito romano considerava a “propriedade privada sujeita a restrições, derivadas dos direitos dos outros ou da coletividade em geral”²⁴. Nesses países, a concepção de patrimônio desenvolveu-se mais ligada ao Estado Nacional e com característica centralizadora. (2) Já nas sociedades anglo-saxãs, onde predominou a tradição do direito consuetudinário²⁵, “a limitação do direito de propriedade é, em geral, muito mais tênue”²⁶, o que resultou numa ação de preservação do patrimô-

nio mais voltada para a proteção dos direitos privados e mais descentralizada (como nos EUA e na Inglaterra).

Usando como exemplo o caso francês, que inspirou fortemente as primeiras políticas públicas de patrimônio brasileiras, foi com a Revolução Francesa que a noção de patrimônio começou a ganhar o seu significado ligado à herança comum de um determinado povo.


Com o confisco dos bens do clero e da aristocracia pelo Estado revolucionário, ressaltaram-se as preocupações de como o Estado deveria salvaguardar esses bens. Embalados por um sentimento nacionalista, estabeleceu-se como objetivo “cuidar dos monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura”²⁷

Desde então, a palavra patrimônio vem sendo qualificada por diferentes adjetivos: genético, natural, histórico, financeiro, arquitetônico etc. Chegou aos dias atuais inflacionada de significados, vendo as possibilidades de interpretação complexificadas.²⁸ Especificamente ao que tange à herança cultural, o que se entende por patrimônio se ampliou “a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]”²⁹

Sua longa história, originalmente ligada à herança familiar, privada e individual, passando por monumento e monumento histórico, até chegar à noção de patrimônio histórico nacional, portanto coletivo, fez deste um conceito “nômade”.

Como quis Foucault, as modificações sofridas pela palavra durante os séculos de sua utilização revelam a opacidade da coisa. Os vários significados atribuídos a ela e as diversas condutas associadas ao patrimônio evidenciam contradições que articulam e desarticulam visões de mundo diferentes.

A complexidade aumenta ainda mais quando, a partir de meados do século XX, o conceito de patrimônio vê consolidado o adjetivo “cultural”, atrelado a novas concepções de cultura.



Atualizando conceitos e ampliando
percepções sobre o patrimônio

A longa associação entre o conceito de patrimônio e a noção de propriedade, imprimiu ao primeiro, características mais físicas do que intangíveis. Somente os bens móveis e imóveis aos quais eram atribuídos valores históricos, estéticos e ou arquitetônicos tornavam-se herança a ser legada para as próximas gerações.

Essa tradição europeia de categorização do que devia, ou não, ser definido como o patrimônio de uma determinada nação chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XX. A maioria dos critérios usados advinha do campo do conhecimento artístico, entre eles a excepcionalidade, a ideia de obra-prima, autenticidade etc. Além disso, acrescentava-se o valor memorial dos bens, normalmente ligado a um fato ou a um personagem ilustre da história, ou seja, a sua propriedade de servir como registro da capacidade criadora do ser humano. Essa percepção seria alterada a partir da segunda metade do século XX, embalada pela transformação da própria noção de cultura.

A exemplo da palavra patrimônio, cultura também é um vocábulo que guarda os indícios de vários períodos históricos e de diferentes percepções sobre o seu significado. Seu DNA mantém os sinais de mudanças epistemológicas, filosóficas e modos de ver e se relacionar com o meio. Nesse processo, o léxico recebeu inúmeras definições, ao sabor das transformações vividas e promovidas pela humanidade.

Originalmente ligada ao cultivo agrícola, colere poderia significar cultivar, habitar, adorar e proteger²⁹. Dialeticamente, o termo flutuava entre o artificial e o natural. Transitava entre nossa ação no mundo e a ação do mundo em nós, entre a liberdade de agir e criar e o determinismo do meio e das regras impostas pelas convenções, entre as delícias do criar e o sofrimento do fazer, constantemente permeado pela tensão entre a identidade e a mudança.

Parece haver um paradoxo nisso tudo, mas não há. São lados de uma mesma moeda: a vida.

Viver envolve a dialética entre o individual e o coletivo, entre o regulado e o não regulado. Espaço nebuloso e indefinido da existência, no qual não habitam ações puramente casuais, nem rigidamente definidas. Dialética entre o determinismo orgânico e a autonomia do espírito. Tensão constante entre o fazer e o ser feito, racionalidade e espontaneidade³⁰.

Essa aparente complexidade nos fala ao espírito, nos dando unidade. Em uma sociedade cada vez mais marcada pelas desigualdades e antagonismos crônicos, que impelem as pessoas para direções opostas, a cultura atua como amálgama, como elemento de harmonização. É nesse sentido que ela sai do âmbito das práticas cotidianas e se torna responsabilidade do Estado.

Assimilando a importância da cultura como elemento estratégico para aplacar rancores e refinar sensibilidades, o Estado assume o papel de elaborador de políticas públicas nesta área, acrescentan-

do a ela um aspecto funcional, de “pedagogia ética”, capaz de tornar a sociedade civil apta à cidadania. “O Estado encarna a cultura, a qual, por sua vez, corporifica a nossa humanidade comum”³¹. Usada nesse sentido, ela transforma indivíduos em cidadãos responsáveis, como na retórica das velhas aulas de Educação Cívica ou OSPB. Mas analisemos esta questão um pouco mais a fundo.

Não há humanidade livre de conflitos, sem diferenças, e jogá-los para debaixo do tapete é uma tentativa de criar uma sociedade idealizada no mito da humanidade universal. Qualquer ação do Estado que tente forjar uma nação única, um cidadão modelo, corporificado por uma cultura homogeneizada artificialmente, por meio das ações de técnicos estatais, está fadada a corporificar uma utopia.

A cultura, complementando o que já foi enunciado no capítulo 1, é um oceano de possibilidades; são as partículas de uma tempestade que se move, concomitantemente, vagando entre o caótico e o ordenado, que tem como constante o fato único de movimentar-se e transformar-se sempre a partir do hoje, do presente. Ela é a parte não planejada do fazer viver. São as práticas, os meios, os modos, a criação, a imaginação e, ao mesmo tempo, o significado e o significante, o objeto e o seu criador.


Dessa forma, ao tratarmos de patrimônio como parte fundamental da cultura como modo de vida, principalmente no que tange a sua gestão, nós temos inevitavelmente que tomar, no mínimo, duas decisões. (1) A primeira é o que fazer com as memórias, em forma de marcas visíveis, que foram legadas aos nossos cuidados por gerações passadas. Como devemos conservar, se deveremos ou não preservar suas características originais e, mais ainda, se realmente queremos mantê-las como signos da nossa identidade. (2) A segunda decisão é quais são as marcas que nós mesmos deixaremos para as gerações futuras. O que escolheremos como elementos constituidores na nossa identidade e como queremos ser vistos daqui a cinquenta, cem ou duzentos anos. Fazer essa seleção significa, sim, olhar para passado, mas somente para nele encontrar as marcas do presente e o que desejamos legar para o futuro, como uma cápsula do tempo.

Neste ponto, nos perguntamos: como escolher o que guardar, o que legar para as próximas gerações? Quais os limites entre o direito e o dever de escolher, hoje, o que será o patrimônio comum de uma sociedade em um futuro emergente? Como escolher no presente os elementos para compor a imagem a partir da qual seremos lembrados amanhã?


O patrimônio não é uma questão somente relativa ao passado, mas, fundamentalmente, de futuro. O que queremos dizer é que lidar com o patrimônio, selecionando, caracterizando, salva-

guardando é uma questão muito mais ligada às decisões tomadas no presente, em relação ao acontecido, mas com os olhos no amanhã.

Ao definir o que é patrimônio, nosso foco está nas experiências vividas, mas com atenção no horizonte de expectativas que reside no porvir. No desejo ancestral de não ser esquecido. Nesse caminho dual, o Estado assumiu para si a responsabilidade de definir o que deve ser lembrado e ser esquecido. E no Brasil, como veremos adiante, não foi diferente.

The top half of the image features several large, irregular yellow paint splatters of varying sizes and orientations, scattered across a white background. Some splatters have a more defined, spiky edge, while others are more diffuse.

Origens da preservação do patrimônio no Brasil

The bottom half of the image is dominated by a dense, vibrant cluster of multi-colored paint splatters. The colors include shades of blue, green, yellow, pink, and dark blue, creating a rich, textured effect. The splatters vary in size and shape, with some being large and prominent, while others are small and scattered.

Embora a institucionalização das políticas públicas de preservação no Brasil tenha ocorrido apenas nos anos 1930, desde o século XVIII já é possível localizar ações isoladas nesse sentido. Um exemplo foi a iniciativa de D. André de Melo e Castro, o Conde das Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil, que, em 1742, manifestando preocupação com as edificações holandesas em Pernambuco, discordava do “uso violento e pouco cuidadoso dos soldados” que ocupavam o Palácio das Torres, obra de Maurício Nassau. Havia o temor de que fosse arruinada “uma memória que mudamente estava recomendando a posteridades as ilustres e famosas ações que obraram os portugueses na restauração dessa Capitania”.

No século XIX, outros movimentos de preservação se destacaram. Um deles foi a implantação, em 1838, de um Arquivo Nacional, que já havia sido previsto na Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 70³². De acordo com a Carta Magna, a Instituição deveria ter como função a guarda e a sistematização da documentação indispensável à construção do passado da jovem nação que surgia.

O Brasil havia sido criado; era hora de criar os brasileiros. Como? Construindo e comunicando a existência de um passado comum. Essa foi uma preocupação que atravessou o século XIX no Brasil, quando o assunto era memória e sua preservação.

A elite intelectual compartilhava com o Estado o reconhecimento da importância estratégica de se escrever uma história que auxiliasse o brasileiro a se autorreconhecer em seu passado e, dessa forma, constituir-se como cidadão.

No bojo dessa iniciativa, em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, cuja função primordial era “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”³³. Fórum privilegiado do debate sobre a formação da identidade nacional, o IHGB construiu um modelo historiográfico e tornou-se um dos precursores da política de preservação histórica que seria elaborada posteriormente. A “história oficial do Brasil” estava sendo redigida. O que deveria ser “lembrado” hoje por nós, as então futuras gerações, forjava-se nos gabinetes de poucos.

Naquele momento, a preocupação era com as palavras, com os documentos que pudessem dar base a um conjunto de ideias, fatos e personalidades capazes de constituir o corpo, a genealogia do que era ser brasileiro. Nesse caminho, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro dos Negócios do Império do Brasil, entre 1853 e 1857, e mais tarde o Visconde do Bom Retiro, ordenou aos presidentes das províncias que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional. Nessa mesma ação, surge a preocupação com as edificações. O Ministro determinou que o Diretor das Obras Públicas da Corte

tivesse cuidado na reparação de monumentos, para não destruir as inscrições neles gravadas³⁴

Mas foi somente por volta da primeira década do século XX que houve uma mobilização de alguns setores da sociedade civil em torno da necessidade de preservação sistemática dos bens artísticos e arquitetônicos considerados representativos da cultura brasileira. Havia uma intenção bastante funcional naquele momento: conter a destruição ou a evasão de obras para o exterior, provocadas pela expansão do mercado internacional de artes, em especial de estilo barroco³⁵

Como resultado, surgiram as primeiras tentativas de legislar em prol da criação de leis e de órgãos de proteção do patrimônio histórico e nacional, entre 1917 e 1925. Um exemplo ocorreu em 1920, quando Alberto Childe, conservador de Antiguidades do Museu Nacional, encaminhou um projeto de lei visando à proteção e à desapropriação de bens arqueológicos.

Essas e outras iniciativas evidenciavam a mobilização que ocorria.

O Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, por meio de um de seus membros, José Wanderley de Araújo Pinho, propôs a criação de uma comissão para elaborar um catálogo com os bens que deveriam ser considerados como patrimônio da Bahia. Ações como estas ajudaram a disseminar e apropriar a ideia de patrimônio como parte essencial, definidora e constituidora, da identidade cultural brasileira.

Mas foi o calor das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, que colocaria a memória nacional na pauta de políticos e da sociedade civil. De norte a sul do país espalhou-se um afã comemorativo, temperado por um civismo que ainda não havia sido visto.

Espelhando-se nos velhos e novos impérios, a exemplo dos Estados Unidos, adoradores do civismo, e do Egito, adoradores de Rá, o Brasil também ergue seus obeliscos. Palavra de origem grega, obeliskos caracterizam-se como estruturas de pedra em forma quadrangular e ligeiramente afunilada na parte mais alta, formando uma pequena pirâmide. Jundiá, Ribeirão Preto, São Joaquim³⁶, Bagé, Ubá, Pindamonhangaba, Belo Horizonte, São Paulo, Manaus, João Pessoa³⁷, Bragança, entre tantas outras cidades, organizaram-se para, simbolicamente, erguer os pilares sobre os quais a memória e a identidade nacionais seriam assentadas.

Depois desta mobilização nacional, a preservação tornou-se agenda política. Multiplicaram-se as iniciativas de legislar em prol da criação de instituições e marcos legais de proteção ao patrimônio. Projetos de lei eram apresentados à Câmara dos Deputados. Pernambuco, Bahia e Minas Gerais estavam entre os estados nos quais o debate e as tentativas de institucionalizar a preservação encontravam-se mais amadurecidas.

Wanderley Pinho, então deputado baiano, apresentaria, em 1930, ao Congresso nacional um

projeto de lei no qual apareceria, talvez, a primeira definição de patrimônio. O artigo 1º. considerou como patrimônio histórico e artístico nacional todas “as coisas imóveis e móveis, a que dava estender a sua proteção o Estado”. O critério para a seleção do que deveria ser preservado era pautado “em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza, quer pertençam à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a coletividades ou particulares”.³⁸

Nela, o patrimônio ou a herança a serem legados para as sociedades futuras eram concebidos apenas por meio da dimensão material, representada nos bens móveis e imóveis. “Coisas de valor arqueológico ou histórico”, edificações isoladas ou em conjunto, livros raros ou antigos, códices e manuscritos estavam entre os bens que se desejava preservar.

A lei proposta por Pinho concebia que cabia ao Estado a ação da seleção, organização e preservação, por meio da criação de uma Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Mesmo que esse projeto não tenha ido adiante, se tornaria uma das principais fontes da legislação posterior de preservação do patrimônio.

Mas, naquele momento, nenhuma das tentativas logrou sucesso. Havia um entrave constitucional a qualquer empreendimento que infringisse restrições à propriedade privada. A Constituição de 1891 e o código civil restringiam ações contra a extensão e o exercício do direito de propriedade. Essa restrição caíria com o movimento de 1930, que aboliu a velha Constituição liberal, de 1891.

De Minas Gerais viria o divisor de águas para as políticas de salvaguarda. O estado já era um campo fértil para o debate do tema, especialmente quando o assunto era a sua antiga capital, Ouro Preto.

A velha Vila Rica, que já havia sido uma das principais do Brasil, convivia com o espelho do seu passado, no qual refletiam os áureos tempos de capital da província, em contrapartida a um presente de decréscimo populacional e pouca influência. Por volta de 1940, Ouro Preto possuía aproximadamente 1.600 imóveis e 10 mil habitantes e encarava a frequente ameaça de roubos de objetos de arte barroca e demolições justificadas pelos prefeitos pela necessidade de desenvolvimento.

Buscar no passado os elementos para ressignificar a sua importância parecia ser um caminho plausível e que vinha sendo seguido desde 1911, quando comemorou o seu bicentenário. Durante as celebrações, com a presença de importantes políticos mineiros, proliferaram-se os discursos em sua homenagem e aos seus heróis. Valorizou-se um passado de glória, que a cidade deveria eternizar em sua monumentalidade, mas, agora, não mais como um centro econômico, político e decisório colonial, que ousou contrapor-se à metrópole, mas como símbolo, registro e marco histórico do que a República Brasileira queria apresentar como certidão de nascimento.

O resultado do fortalecimento de grupos interessados na preservação do patrimônio intensificou a mobilização em prol dessa causa.

Parte importante desse processo foi o clero católico mineiro. Em especial três arcebispos³⁹, Dom Joaquim Silvério de Souza, D. Helvécio Gomes de Oliveira e D. Antônio dos Santos Cabral, saíram em defesa do patrimônio eclesiástico com a publicação, em três de maio de 1926, de uma Carta Pastoral assinada por todos os bispos mineiros. O documento estabeleceu “regras severas para os párocos no tocante a guarda e preservação dos monumentos e objetos sob sua jurisdição”. Foram considerados como itens a serem preservados e que não poderiam ser alienados “pinturas, esculturas, alfaías, móveis, joias, paramentos, mormente antigos, de valor, nem reformar quaisquer objetos de arte sem licença escrita da autoridade competente”. Propunha, também, que fossem ministrados cursos aos padres sobre arte, para que eles ficassem informados do valor artístico dos objetos sob sua tutela⁴⁰.

Criado o ambiente permeável à ideia de preservação, faltava agora a legislação de proteção. Embalada e favorecida pelas incertezas políticas do governo provisório de Getúlio Vargas, que ainda não havia promulgado uma nova carta constitucional, foi levada a cabo a iniciativa pública que se tornaria um marco para a preservação no Brasil: a elevação de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, pelo Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933.

Com essa medida, reconhecia-se o barroco mineiro como importante na formação da cultura nacional. Além disso, reforçava-se o imaginário republicano erigindo a antiga Vila Rica, palco do primeiro movimento em prol da libertação colonial, como símbolo da República em construção.

A Constituição de 1934 derrubou o principal entrave legal

Até os dias de hoje, a Igreja Católica é uma das grandes detentoras de bens tombados como patrimônio no Brasil e em vários outros países. Essa demanda condicionou a criação, em 2000, da Comissão para os Bens Culturais da Igreja, sob a tutela do Cardeal D. Claudio Hummes e ligada à Comissão Pontifícia, localizada na Città Vaticana. Entre as suas principais preocupações, estão: o inventário e a catalogação de obras e a capacitação do clero para cuidar do patrimônio sob a sua responsabilidade.

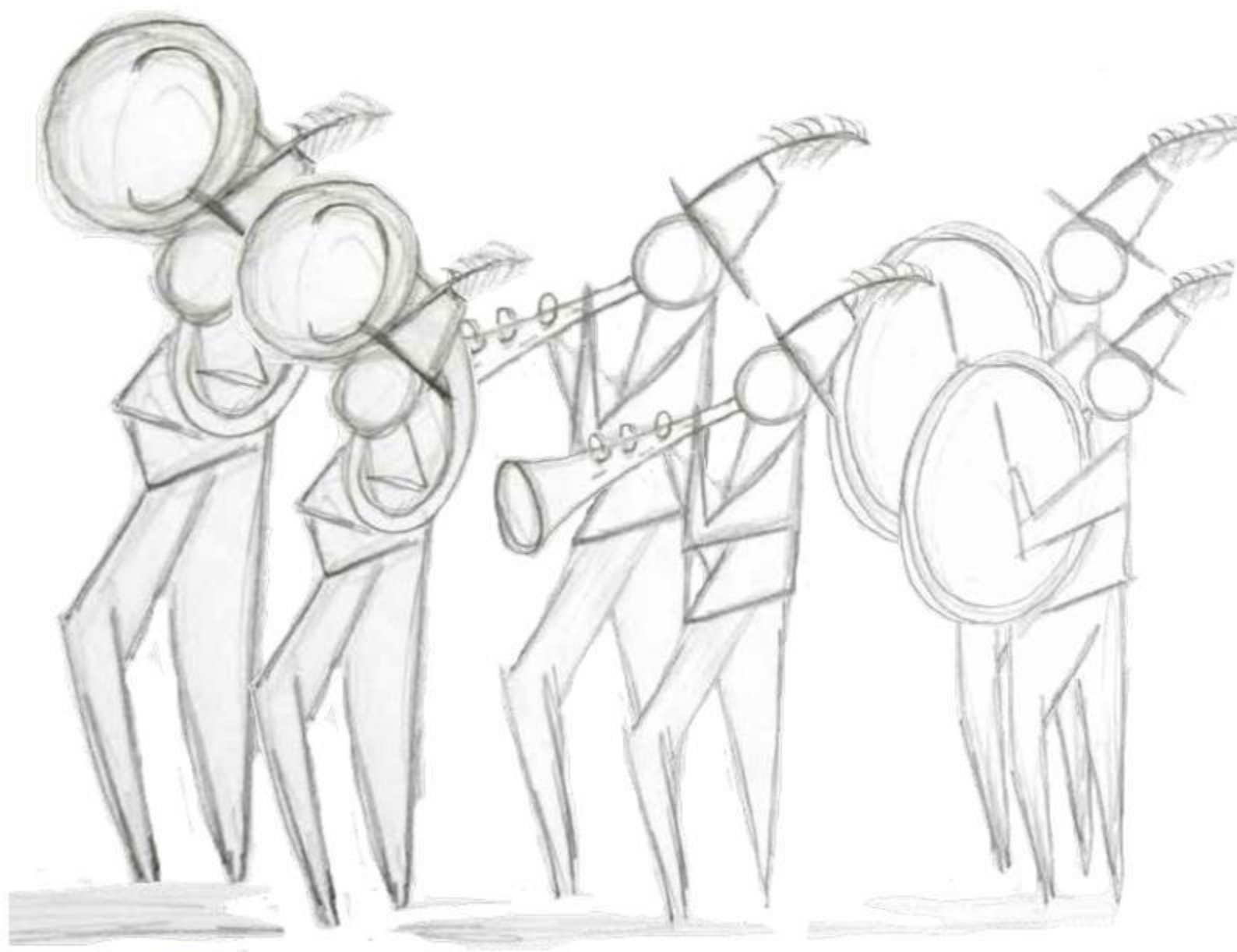
para a preservação do patrimônio. Com ela, foi estabelecido o princípio da função social da propriedade, cujo direito foi garantido pelo artigo 113, desde que não fosse exercido contra o interesse social ou coletivo. A carta previu a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, princípio mantido nas Constituições posteriores, que atrelaram o uso da propriedade ao bem-estar coletivo⁴¹. Esse marco legal abriu caminho para a institucionalização da política pública de patrimônio no Brasil.

Em 1936, o Ministro da Educação Gustavo Capanema, com o auxílio de Mário de Andrade, criou provisoriamente o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), baseando-se nas experiências italiana e francesa. De acordo com o Relatório de Atividades do Iphan (1996), assinado por Marcio Vianna, o pedido de Capanema para Mário de Andrade foi para a elaboração de um anteprojeto de lei para a salvaguarda do patrimônio brasileiro⁴².

A Lei 378, de 13 de janeiro de 1937 aprovou a sua implantação, com a finalidade de promover, em todo o país, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio⁴³. Em 30 de novembro do mesmo ano, foi publicado o Decreto-Lei nº 25, por meio do qual o poder executivo definia uma ação sistematizada de política pública de preservação. Cabia ao Estado tomba, ou seja, registrar em livro de tombo, os bens que constituiriam a herança cultural do povo brasileiro, tornando-os marcas visíveis da própria identidade da nação. É ainda esse o Decreto que compõe a principal moldura legal de acautelamento do patrimônio material, no Brasil.











O que é patrimônio cultural

Com o avanço das pesquisas e da compreensão da multiplicidade de aspectos que formam a herança cultural de um povo, a definição do que pode ser considerado como patrimônio se ampliou consideravelmente. Hoje, ele pode ser definido pelo conjunto de bens culturais produzidos pelo homem. São aqueles cuja salvaguarda, organização e preservação são considerados importantes, como o registro da experiência e conhecimento, das mudanças de uso e como marcas da identidade dos variados grupos formadores da nação brasileira.

O artigo 216 da Constituição Brasileira deixa claro esse princípio. Nele, a definição de patrimônio, que deve ser empregada nas políticas públicas brasileiras, dá o indicativo da variedade de referências culturais que devem representar a diversidade cultural brasileira, considerada como o principal patrimônio a ser preservado.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;
III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais,
V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988 on-line).

Tendo em vista a necessidade de respeitar e envolver os sujeitos para os quais os bens culturais fazem sentido, com a nova moldura legal ficou assim definida a diretriz orientadora para a gestão e políticas públicas de patrimônio cultural:

§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, on-line).

De uma maneira geral, o patrimônio cultural pode ser dividido de acordo com a sua natureza material ou imaterial.

No caso do patrimônio material, ele se subdivide em bens móveis (coleções e acervos bibliográficos, documentais e artísticos) e bens imóveis (sítios arqueológicos, conjuntos arquitetônicos (rurais e urbanos), edificações individuais, equipamentos e infraestrutura urbana, jardins históricos, paisagens e ruínas). Esta é a maior parte do acervo preservado no Brasil atual. Isto porque, desde a década de 1930, quando o governo institucionalizou a política de preservação do patrimônio nacional, esta tem sido a categoria que ganhou maior atenção por parte do poder público.



Classificação dos Bens Tombados conforme forma de proteção Fonte:
CNA/DEPAM/IPHAN, 2014.

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE BENS TOMBADOS
Bem paleontológico	1
Bens móveis e integrados	55
Coleções e acervos	17
Coleções e acervos arqueológicos	7
Conjunto Arquitetônico	64
Conjunto Rural	28
Conjunto Urbano	78
Edificação	364
Edificação e Acervo	378
Equipamentos e infraestrutura urbana	45
Jardim Histórico	12
Paisagem	25
Quilombo	1
Ruína	26
Sítio arqueológico	5
Terreiro	7
TOTAL	1113

Figura 1 – Fonte: Relatório de Gestão do Iphan, 2014, p. 17.

No quadro, é possível observar o número de bens tombados como patrimônio brasileiro pelo Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No Brasil, a grande maioria de bens acautelados pelo Estado é composta por edificações do período colonial brasileiro, em especial expressões do barroco mineiro e nordestino. Embora esses números sejam do governo federal, esta realidade se repete nos estados e nos municípios do Brasil. O foco das políticas públicas de preservação ainda são os bens de “pedra e cal”. Um exemplo disso é que, em 2014, foram tombados 22 bens materiais pelo Iphan que, em contrapartida, registrou apenas 06 bens de natureza intangível.

O grande desafio dos entes federativos, representados pelos órgãos de preservação e pela sociedade civil, é mudar essa realidade. Ampliar o acervo de bens preservados agregando outros períodos da história do Brasil, outros estilos e, principalmente, bens imateriais, que representam os modos de fazer e viver da população brasileira.

Para que isso ocorra foi estabelecido como política pública, por meio do Decreto n. 3.551/2000, o Inventário Nacional de Referências Culturais, no qual o patrimônio imaterial fica organizado em cinco categorias:

Celebrações. Nessa categoria, incluem-se os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade, aos ciclos do calendário etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas, com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, [...]. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de um lugar e de território [...].

Formas de expressão. Formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais [...] reconhecidos pela comunidade [...].

Ofícios e modos de fazer. [...] Atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas), reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou localidade [...].

Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se têm de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente da qualidade arquitetônica ou artística [...].

Lugares. Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário, serão incluídos,

especificamente, aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas. [...]

Ao organizar a política de preservação em seu município, é importante diagnosticar a existência dessas categorias, bem como dos grupos a elas ligados. Somente assim estaremos garantindo uma maior representatividade do patrimônio e a salvaguarda da maior e mais significativa herança cultural da humanidade: a sua diversidade, como patrimônio vivo.

Diversidade cultural e patrimônio cultural

Ao tratarmos sobre a diversidade cultural, é importante levar em conta a noção de coletividade. Em 2006, o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, do Ministério da Cultura, definiu como diretriz para as políticas públicas do órgão, a ideia de Cultura a partir de três dimensões: como expressão simbólica, como direito e cidadania, e como economia e produção de desenvolvimento. A cidadania cultural consolidou-se como uma das formas de se conquistar a superação das desigualdades, por meio do reconhecimento das diferenças reais e pela busca pelo respeito à diversidade. Esse processo garante o fortalecimento do sentido de pertencimento a um grupo social, contribuindo ainda com o desenvolvimento pleno da sociedade.

Nesse sentido, ao tratarmos sobre a diversidade cultural, é importante levar em conta a noção de coletividade. Ao selecionarmos, organizarmos e protegermos bens materiais e imateriais, que constituirão o patrimônio cultural de um município, estado ou país, devemos nos perguntar para quem, ou para quais grupos, esses bens têm significado. Afinal, esses locais são divisões político-administrativas, cujos territórios demarcados guardam coletivos com uma multiplicidade identitária, caracterizada por vários grupos, que estão em constante mudança e possuem diferentes configurações. Em muitos casos, essa diversidade é permeada por conflitos.

Cada grupo, ou coletivo, pode possuir visões de mundo diferentes, por meio das quais interpreta a vida à sua volta. Ambientes diferentes fornecem matérias-primas diversas para a interpretação de uma coisa aparentemente simples.

Um exemplo. Quatro pessoas observando um objeto são convidadas a interpretá-lo. A primeira, imediatamente, inicia medindo o utensílio e realizando



Em outras palavras, para cada grupo ou coletivo, que possui diferentes referências culturais, o patrimônio que as representa pode ter significados muitas vezes opostos. Vamos a um exemplo prático.

O município de Ribeirão constituiu, há mais de uma década e meia, um conselho de preservação do patrimônio cultural, o CONPPAC. Tendo desenvolvido um árduo trabalho, envolvendo o tombamento de imóveis do período da cafeicultura, o órgão contabilizou, em 2014, 75 processos de tombamento (em andamento e conclusos, tanto pelo município quanto pelo estado de São Paulo). Desse total, 73 são bens de natureza material e dois são bens imateriais. A maioria é composta por palacetes, fábricas, prédios públicos, conjuntos arquitetônicos ferroviários e industriais, além de arte tumular. Fazendo uma análise desse acervo, que está sendo preservado hoje, para caracterizar a identidade desta comunidade para as gerações futuras, é possível concluir que muitos grupos formadores do município não estão sendo representados neste patrimônio, como orienta a Constituição Federal.

Salvo exceções, imigrantes japoneses, árabes, afrodescendentes, os trabalhadores do café, entre tantos outros, não estão contemplados numa política que lhes garanta o direito à memória. Em outras palavras, apenas a herança cultural de um grupo acaba privilegiada nas marcas visíveis que estão sendo preservadas: os ricos cafeicultores, com seus palacetes; o poder político, por meio dos prédios públicos; o poder industrial, através de grandes obras arquitetônicas etc. Essa falta de representação, aliada à ausência de conhecimento, acabam por dificultar o envolvi-



to de grande parte da sociedade em defesa do patrimônio.

Para alterar esta situação, é necessário aplicar a noção ampliada de patrimônio. Devemos considerar que a realidade social é essencialmente multicultural, demandando diferentes percepções e múltiplos sentidos atribuídos ao patrimônio por cada grupo que compõe a sociedade na qual vivemos.

Cabe aos conselhos municipais, em parceria com o restante da comunidade, diagnosticar os grupos produtores de cultura e proteger as referências importantes para a identidade de cada um. Só assim a política pública de patrimônio cultural será realmente representativa e democrática.

Notas e Referências

1. EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2011, p. 71.
2. XAVIER, Gilberto Fernando. Memória, individualidade e inconsciente como expressões do funcionamento de redes nervosas: uma breve especulação. Revista USP. São Paulo, n. 98, p.31-40, junho/julho/agosto 2013.
3. NEVES, Dulce. Memórias de um Theatro: o fio da história. Ribeirão Preto: IPCCIC, 2014, p. 24.
4. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
5. EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2011.
6. NEVES, D. 2014, p. 25
7. NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara A. Khoury. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, SP, Brasil, 1981, p. 7-28.
8. FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 46.
9. Idem, p. 47.
10. HOUAISS, 2007, meio eletrônico.
11. AQUINO, Tomás. Suma teológica. Tradução de Alexandre Corrêa, organização de Rovílio Costa e Luis A. de Boni. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina Editora; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. 5 v., II-II, 66,2.
12. COULANGES, Fustel. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. A cidade antiga. São Paulo: Américas S.A., 1961.
13. FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 11.
14. FUNARI, 2006, p. 10
15. BRITO JR., G. F.; LIGEIRO, G. N. Direito das sucessões: conceito e considerações, bem como evolução na linha do tempo - delimitação das margens históricas do direito das sucessões. Intertemas Online. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2526/2050>>. Acessado em 08/6/2014.
16. FUNARI, 2006, p. 12.

17. Francesco Petrarca nasceu em Arezzo em 1304 e foi um intelectual e poeta italiano. Participou de uma das primeiras traduções latinas de Homero. Considerado o pai do Humanismo.
18. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 44
19. Idem, p. 59.
20. LE GOFF, J. História e memória. Tradução de Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 103.
21. CHOAY, 2001, p. 31.
22. Idem, p. 62.
23. FUNARI, 2006, p. 17.
24. Que surge dos costumes da sociedade, não passando por um processo formal de criação de leis.
25. FUNARI, op cit, p. 18
26. Idem, 19
27. CHOAY, 2006, p. 11
28. Idem, p. 11
29. EAGLETON, 2005.
30. Idem.
31. Idem, p. 16 e 17.
32. BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824).
33. Art. 1º. do estatuto do IHGB
34. SPHAN. Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980, p. 31.
35. FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Políticas culturais. Teorias e práxis. 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acessado em: 20/8/2015.
36. São Joaquim online. 16/5/2015. Prefeitura de São Joaquim encontra obelisco de 1922 enterrado que pode conter uma cápsula do tempo. Disponível em: <<http://saojoaquimonline.com.br/2015/05/16/prefeitura-de-sa-joaquim-encontra-obelisco-de-1922-enterrado-que-pode-conter-uma-capsula-do-tempo/>>. Acessado em: 20/8/2015.

37. À época do Centenário da Independência, chamava-se Parahyba do Norte.
38. Pinho, 1930. In: SPHAN, 1980, p. 46
39. Dom Joaquim Silveiro de Souza, D. Helvécio Gomes de Oliveira e D. Antônio dos Santos Cabral já haviam participado da Comissão criada por Melo Viana para estudar meios para tentar coibir o comércio de bens do patrimônio artístico de Minas Gerais.
40. Carta pastoral do episcopado mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico. 1926.
41. JELINEK, Rochelle. O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do código civil. Porto Alegre: PUC, 2006. Disponível em: < <http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>>. Acessado em: 17/8/2015.
42. BERNDT, Angelica, BASTOS, Rossano Lopes. Anais do VIII Congresso da ABRACOR - Associação Brasileira de Conservadores Restauradores de Bens Culturais. Políticas de Preservação e técnicas em conservação/Restauração e Formação Profissional. Ouro Preto, Minas Gerais, 3-8 nov. 1996, p. 16-22.
43. BRASIL. Lei n. 378 de 13 de Janeiro de 1937, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Ver também FRANCO, Rodrigo de Melo. Brasil: Monumentos históricos e arqueológicos. Rio de Janeiro: IPHA, 2008, p. 78-79.







Capítulo 3

Referências Culturais o homem em seu quintal





Meu quintal

“Meu quintal é maior do que o mundo”. A frase do poeta Manoel de Barros permite uma reflexão sobre o universo do patrimônio cultural com um olhar para além do visível, do palpável.

No quintal, encontramos nossa identidade, nosso eixo, nosso centro. Nele, há afeto. Emana a essência que move os modos de viver, fazer, sentir, cheirar, andar, falar, silenciar. Nele ocorrem as relações entre o intangível e o tangível, imbricadas em nossas práticas cotidianas. A extensão do nosso quintal é o bairro, a cidade, o país e toda a nossa herança cultural.

Festejamos, dançamos, comemos, amamos e rezamos no nosso quintal, dando a ele o sentido de lar, nos costurando a ele com um profundo senso de pertencimento. Em resumo, nosso quintal é o que nos define e identifica. É o nosso lugar no mundo.

Nessa perspectiva, ao abordar as festas, as comidas e as religiosidades, como referências que dão significado ao local onde vivemos, compreendemos a sua importância como patrimônio. Nesse caminho, descobrimos como a diversidade cultural do interior do estado de São Paulo, nosso campo de pesquisa, compõe e dá forma à identidade cultural brasileira.



"A festa que o povo se da"¹

E a festa? Sem dúvida esse é um elemento comum na maioria dos municípios brasileiros. Por menor que seja o lugar, sempre é possível identificar celebrações que estão profundamente enraizadas na vida cotidiana. Reconhecê-las em seu município é parte importante do diagnóstico preliminar da diversidade de expressões culturais. Esse conhecimento permite que a população se empodere das suas identidades, garantindo a matéria-prima para uma política pública que reconheça as singularidades e as potencialize como elemento constituinte da qualidade de vida.

Afinal, muitas festas existentes até os dias de hoje, surgiram há séculos, desde a chegada dos portugueses até a proclamação da República.² Foram construídas a partir de fortes ligações com a religiosidade católica e afrodescendente, em uma época na qual o catolicismo era o culto oficial do Estado. O trânsito entre a parte religiosa e a festiva reúne diferentes elementos culturais, formando um complexo de valores e procedimentos, num dinamismo que reflete a tensão entre o sagrado e o profano.

Procissões, ladainhas, benditos, encomendação de almas, festas de santo padroeiro, bem como as conhecidas festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, identificadas como festas juninas, festa de Corpus Christi, dentre outras, integram a imensa variedade de celebrações que podem ser encontradas em São Paulo e no resto do Brasil. Elas vinham agregadas às manifestações populares que chegaram da Europa e foram acrescidas à realidade da Colônia e do Império. Uma mescla de valores, sentimentos, de formas de expressão, saberes e fazeres caracterizava a diversidade do jeito brasileiro de viver, festejar e rezar.

Nas festas oficiais abençoadas pela Igreja Católica, misturavam-se padres, músicos e devotos, em procissões iluminadas por fogos de artifícios. A comunidade se reunia nas capelas e matrizes pedindo graças e milagres aos santos e à Virgem.

As festas também eram lugar de transgressão. Momentos propícios para burlar a religião oficial e manter os vínculos com a cultura ancestral, como no caso das celebrações ligadas à cultura de matriz africana. Caracterizavam-se como espaços da força coletiva do ato de celebrar, em que os gestos, a dança, o batuque, a palavra, o canto e até o silêncio desnudavam o sofrimento do mundo da escravidão. Como parte de um processo de resistência, as festas realizadas pelos escravizados recriavam e ressignificavam o mundo simbólico do senhor de terras, gerando celebrações híbridas entre as culturas. A adoração aos santos católicos perpassa pelo culto ancestral proibido e que, em outras práticas ritualísticas, em torno da Virgem e dos santos, purifica, restaura e atualiza a gênese

africana no tecido religioso do mundo católico. Sob a aparência cristã, camufladas, as divindades do continente mãe falavam mais alto no coração da população escravizada e seus descendentes.

Exemplos dessas manifestações, que resistem até os dias de hoje, são as congadas, os moçambiques, o culto a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, responsáveis por manter e reafirmar parte da história de seus ancestrais.

A congada, ou festa de coroação do rei do Congo, é uma dessas expressões de resistência que remontam ao Brasil Colônia, ainda encontrada em várias comunidades afrodescendentes do interior de São Paulo. Conta uma representação dos reinos existentes na África, feita pelos escravos e homens livres, por meio do culto aos santos.

Durante a festa misturam-se comidas típicas, com o som de cantorias acompanhadas pelo ritmo dos tambores, das zabumbas, às vezes violão e viola caipira, graças aos conhecimentos dos componentes, que, muito comumente, fabricam seus próprios instrumentos e ensinam para a geração seguinte, contribuindo para a ressignificação cultural das tradições africanas³. Presente nas irmandades religiosas laicas, com a invocação de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Benedito, Santa Efigênia, e tutelado por elas, esse mundo do coletivo de conhecimentos seculares geram espaços de convivialidade.

Esse patrimônio intangível de caráter periférico, popular, vulnerável e simples, no entanto, movimenta, em muitos casos, a economia dos municípios com sua engenhosidade criativa. Ele está presente em vários momentos, das costureiras que fazem as roupas e enfeites, aos ingredientes das comidas da festa para as apresentações, alimentando a própria comunidade com seus saberes e fazeres.

Todas estas tradições encontram reúnem os elementos da fé trazidos pelos portugueses, com a cultura africana e indígena. A história revela que a fé no Brasil era expressa por meio da religiosidade popular, sem dogmas, sem formalidade, sem hierarquia, mas cheia de beatos e beatas, benzedores, curando malefícios, pedindo intervenção divina para a vida diária. Nas palavras de José Ferreira Carrato, uma fé exteriorizada⁴.

Nesse contexto, as celebrações eram apenas um dos elementos constitutivos da simbologia religiosa, reconhecendo o sentido da religião, do *religare*, ligar de novo⁵. Para o pesquisador Jean Delumeau, existe um patrimônio religioso da humanidade do qual somos herdeiros e que não podemos desprezar, expressado por uma diversidade em evidência no seio da sociedade.

Esse ligar de novo privilegia a ideia concebida entre a união da natureza e do homem em sua plenitude, reconhecendo a relação entre a devoção e os problemas que afetam os homens. Encontradas em quase todo o Brasil, elas geram um tecido cultural complexo de práticas sagradas, católicas e

não católicas, cheio de tensões, em diferentes momentos, entre o sistema religioso oficial e o oficioso.

Nesses encontros, o povo se reunia para rezar e, em seguida, iniciava os preparativos para a festa profana: os rituais das danças, a comida e as bebidas. Eram momentos de encontro, reunindo os “parentes distantes”, os amigos e “compadres” que vinham da zona rural para a vila ou cidade, ou, ainda, era o povo da cidade que se dirigia para a festa no campo. Eram momentos de atualizar as notícias, de contar a respeito dos nascimentos, dos mortos, das doenças; trocar as receitas, de comidas e de remédios (para os homens e para os animais), dar notícia dos conhecidos. O que predominava era a solidariedade, um ajudando o outro.

Nesse espaço privilegiado de encontro, moças e rapazes trocavam olhares e os mais ousados beijos; era um local para burlar as regras e encontrar um namorado ou uma namorada, enquanto os pais se preocupavam em arranjar casamento para seus filhos.

Uma das principais funções da festa era a possibilidade de fazer negócios e trocar mercadorias, o que remonta às antigas feiras, que se estendiam, às vezes, por semanas; local para se adquirir o que não se possuía, enfim, estabelecer os vínculos que ligavam as pessoas na comunidade. Um sentimento de pertença conectava as pessoas, que, animadas pela festa, realizavam as inúmeras tarefas da organização do evento.

A preparação da celebração incorpora muitas outras manifestações culturais para a construção dessa identidade e para a expressão de um complexo sistema cultural. Atualmente, muitos aspectos dessas antigas celebrações persistem como momentos de convívio e proximidade.

Como resultado, encontramos tanto as celebrações que movimentam milhões de reais e de pessoas, quanto as festas de bairros urbanos e rurais, com um número menor de pessoas. Nenhuma delas deixa de incluir as práticas e rituais, seguindo um padrão que começa nas expressões de religiosidade, caminha pela identidade, passa pela gastronomia, incluindo várias formas de saber e de fazer.

Ao olhar o mapa cultural do estado de São Paulo, realizado pela Secretaria da Cultura e pela Organização Cultural Abaçai, Projeto Revelando São Paulo, as festas, em sua maioria de fundo religioso, constituem fruto da herança do catolicismo colonial.

A Abaçai identifica como patrimônio imaterial da cultura paulista para a região de Ribeirão Preto: (1) Folguedos, (2) Festas e Festivais, (3) Romarias, (4) Danças e (5) outros elementos que permitem afirmar essa herança com profundas raízes religiosas. Dentre as manifestações, encontramos os Folguedos(1): Folia de Reis, congos, moçambique e cavalhadas. Para as Festas e Festivais(2): a Festa do Divino, Corpus Christi, Cavalarias, Encontro de Folia de Reis; junto com as Romarias (3), aparece a

Recomendação das Almas; dentre as Danças (4) na região de Ribeirão Preto, encontramos somente a catira, e identificada como outras manifestações (5), aparece a celebração da Paixão de Cristo, do Bom Jesus, de São Benedito e São Cosme e Damião⁶.

Essas se juntam a tantas outras, nas diferentes regiões do Estado, e o fato de estarem mapeadas permite a realização de ações concretas de preservação do patrimônio. A prática dessas celebrações une os elementos que movimentam a localidade. Em muitas delas o pano de fundo ainda é religioso, mas a festa move a economia, a cultura, as relações políticas, dentre outros aspectos.

Algumas estão relacionadas às práticas agropecuárias, ao período de colheita. Outras duram o tempo litúrgico da quaresma, do advento, da novena, em que preces são realizadas invocando um santo específico. O povo se reúne para rezar e pagar promessas, pregadores são convidados para pregar, ex-votos são depositados nas salas dos milagres⁷, esmolas e flores são ofertadas, procissões com andores de santos e da Virgem percorrem ruas e rios, numa difusão de crenças em diversas categorias e poderes.

Os ex-votos são feitos sob a forma de velas representando partes do corpo humano de quem

Foto: Cruz do Pedro, 2013. Acervo do IPCCIC.



recebeu a cura. Os suplicantes deixam placas de agradecimento, roupas como vestidos de noiva, roupas do exército ou outras; os acidentados deixam parte do carro, capacetes de motos e milhares de fotografias mostrando o milagre. Nos santuários, mantém-se a tradição de uma sala de milagres, como no de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida-SP, e no Santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa, em Jardinópolis-SP, para acolher os inúmeros ex-votos deixados pelos fiéis.

Vale a pena destacar uma dessas grandes festas no Brasil, o Círio de Nazaré, ou Nossa Senhora de Nazaré, em Belém-PA. Ele reúne mais de dois milhões de pessoas em sua procissão principal e é hoje considerado uma das principais festas religiosas do mundo. Em 2004, foi registrado pelo Iphan como patrimônio material e as diferentes formas de expressões desta prática religiosa foram inscritas no Livro de Registro, reconhecendo o culto popular com seus elementos do sagrado e do profano.

Um de seus símbolos mais conhecidos é a corda, que os fiéis disputam espaço para tocar, a fim de pagarem suas promessas e honrarem a Virgem. As atividades comerciais, desde o século XVIII, movimentam a economia local, com a venda de inúmeros artefatos de culto, como fogos e velas, usadas pelos romeiros sob a forma de ex-votos para pagar suas promessas.

A cidade de Belém-PA e o estado do Pará ganham com outros serviços, com a chegada dos milhões de romeiros, como a venda de alimentos procedentes da cultura indígena, em especial a mandioca e seus derivados. Outra forma de movimentar a economia passa por práticas da gastronomia, hotelaria, transporte, artesanato, bem como pelas apresentações culturais que compõem o Círio de Nazaré. Os ex-votos contribuem para incrementar a economia desde o início do culto à Virgem de Nazaré, no século XVIII, quando uma fábrica de velas foi instalada para atender à demanda dos peregrinos e suas promessas.

Os frutos da festa estão inseridos em inúmeros projetos sociais realizados pela Igreja, em parceria com a iniciativa privada e o poder público, revelando o quanto uma comunidade pode dispor de uma festa para inúmeras outras atividades sociais, movendo uma economia criativa que se reverte para a própria população; afinal, esse é o grande diferencial desse formato de economia: seu retorno maior está em transformar socialmente a localidade onde é praticada.

O padrão de uma festa religiosa varia de região para região, mas a grande maioria mantém uma base similar: a parte sagrada e a profana. A parte sagrada pode ser oficial, com culto, missa com sermão festivo ou rezas promovidas por alguém da comunidade, um "beato" ou uma "beata", que conduz, geralmente, o terço em honra do(a) santo(a) festejado(a) pelo povo.

Algumas tradições, como procissões e encenações na Semana Santa, perderam espaço diante da sociedade laicizada, secularizada. A Semana Santa não é mais tão santificada; o advento, tempo

do Natal, é o tempo das boas festas, quando muitos aproveitam o feriado para viajar; as pessoas do interior buscam a praia, outros realizam atividades esportivas etc. No entanto, em cidades pequenas, algumas tradições persistem, como a cantoria das almas durante a quaresma.

Cássia dos Coqueiros, entre outras cidades da região, mantém a tradição dos cânticos, que são acompanhados somente pela matraca. Os rituais de penitência rezando pelas almas do purgatório são realizados durante a quaresma, normalmente às sextas-feiras e sempre pela noite, avançando a madrugada, quando os grupos de penitentes saem pelas ruas em direção ao cemitério, às capelas, parando nas portas de devotos ou junto das cruzes na beira da estrada.

A cantoria das almas integra esse elenco de manifestações, com seus participantes exortando os que os ouvem, executando benditas (orações cantadas) e jaculatórias, interrompidas pelos pedidos de orações pelas almas e pelos sons das matracas.

Rogério de Almeida Manço, morador de Cássia dos Coqueiros, conta, em depoimento, que, quando os cantores encontram as luzes acesas nas casas, param para um café com quitutes, como bolo, rosca, pães caseiros, para esperar os devotos. O trajeto é realizado nos bairros da zona urbana e incluem também a zona rural. As paradas nas casas são combinadas pelas famílias com os grupos de cantores, que são compostos por homens e mulheres.

A quaresma representa um tempo litúrgico próprio para estas mostras ligadas às penitências e, em várias partes do Brasil, encontramos procissões variadas, como a do fogaréu, em Goiás, que atrai multidões. Em muitas delas, aparecem pessoas carregando cruzes, descalças, fazendo parte do trajeto de joelhos, numa manifestação íntima de perdão e penitência.

O caráter religioso da recomendação das almas quase desapareceu pela crescente urbanização, sendo substituído por outros interesses, pelos atrativos das cidades, como as lojas e os bares, os shoppings e festas mundanas, espaços em que a tradição da crença nas almas com as exortações de penitência e os pedidos de perdão não fazem sentido.

A vulnerabilidade da celebração criada e recriada todos os anos pelos seus participantes enfrenta outros gêneros dentro da própria manifestação das práticas religiosas. O fato de, em nossos dias, essas festas ainda persistirem representa a força identitária de um grupo com suas tradições centenárias.

A Folia de Reis e os encontros de Folias são celebrados na capital e no interior de São Paulo. Em algumas cidades ela desapareceu e, em outras, permanece, como é o caso de Miguelópolis, Santo Antônio da Alegria, Guaira, São Joaquim, Ribeirão Preto, entre outras. Nas últimas décadas, ganhou reforço por parte de algumas municipalidades que reconheceram a força da tradição dos grupos e

seu caráter de convivialidade, sociabilidade entre os participantes. Em outras localidades, o atrativo veio por conta das atividades turísticas, uma vez que elas integram as festas do calendário de eventos das cidades.

Desde o Natal até a festa de Reis, dia seis de janeiro, quando, por tradição, se desmontam os presépios. A Igreja Católica celebra a festa no domingo mais próximo à data, pois deixou de ser feriado após a proclamação da República, quando foram abolidas do calendário muitas datas religiosas, em decorrência do catolicismo não ser mais o culto oficial do Estado. Também conhecida como reisados, essa festa celebra a visita dos três Reis Magos ao menino Jesus. São grupos de pessoas que se deslocam apresentando seus cânticos, tendo como temas a profecia do nascimento de Jesus e a visita dos Reis Magos, nas casas dos devotos na zona urbana e rural. Músicos se apresentam pelas ruas e bairros rurais, famílias doam alimentos para almoços gratuitos nas comunidades, acolhendo os foliões como uma dádiva pela graça alcançada.

Elas executam aproximadamente os mesmos rituais de chegada e despedida, visitando os devotos, atendendo aos pedidos, pagando promessas. Os participantes eram sempre os homens, mas, atualmente, os grupos contam também com a presença das mulheres. A apresentação conta com palhaço, músicos que entoam os cânticos e participantes com máscaras confeccionadas com os mais diversos materiais (peles de animais, tecidos, napa, tela de arame, cabaças, papelão, colagem de papel). Todos vestem trajes vistosos, coloridos.

Um dos principais símbolos da Folia de Reis é a bandeira com a imagem dos Santos Reis e da Sagrada Família, que sempre segue na frente do cortejo. É comum ver devotos que se ajoelham diante das bandeiras, beijam e as reverenciam, manifestando a devoção ao Menino Jesus e aos Santos Reis. As bandeiras são um testemunho vivo da criatividade dos artesãos, que secularmente criam e recriam esta verdadeira obra de arte. São feitas geralmente de tecido, com a imagem no centro pintada ou bordada; às vezes, a imagem central é feita no papel, que é pregado ao tecido da bandeira.

O fato de um artesão frequentar outras festas permite que ele conheça outras bandeiras e o uso de materiais diferentes. Todas elas são muito enfeitadas nas laterais, com fitas e flores, expressando as culturas regionais de cada grupo em imagens únicas, singulares. É a mais pura manifestação de fé do devoto num espetáculo de cores, texturas e imagens.

Nos congos e moçambiques, na folia de reis, nas festas do divino e em outras manifestações religiosas, a bandeira deixa de ser um adorno de tecido, um simples objeto de culto e se reveste do sagrado, assumindo uma função identitária, secular para cada grupo.

Foto: Folia de Reis, Riberião Preto, 2010. Amigos da Fotografia.



A tradição é passada de pai para filho num ato de fé, do qual muitos participam após receberem graças de curas e fazem uma oferta votiva de seguir o cortejo dos Santos Reis, pelo reconhecimento do que consideram milagre. Constituem histórias de vida narradas por meio da crença, dos milagres, das vivências, da sociabilidade entre os membros do grupo que se reúnem para ensaiar os cânticos, da ajuda mútua que integra a história de cada um e do coletivo⁸. A comida também faz parte desta celebração, na qual os festeiros pagam promessas oferecendo almoço aos visitantes no encontro final da festa de Santos Reis, em janeiro.

Mesmo em Ribeirão Preto, centro da região metropolitana, essa tradição ainda permanece. Em 2015, foi realizado o 23o encontro de Folia de Reis, apoiado pela Secretaria Municipal da Cultura. Na ocasião, o bairro da Vila Virgínia fica colorido para receber companhias vindas de várias partes do Brasil.

Na cidade de Jardinópolis, outra celebração, a centenária festa da Lapa⁹, começou a partir de uma promessa feita por uma senhora, D. Pequena do Nascimento, ao Senhor Bom Jesus da Lapa. A parte religiosa, igual ao Círio de Nazaré, com novena, missa, sermão e procissão, com dezenas de andores de santos, atrai milhares de romeiros, de crianças, jovens e idosos. Após a reza, o público aproveita a festa no parque, frequentando as barracas da quermesse, comendo e bebendo e participando dos jogos de azar.

No encerramento, todos os anos, desde seu início, no começo do século XX, a queima de fogos de artifício representa um dos momentos mais esperados, pelo esplendor do espetáculo de luzes que ilumina a noite. Milhares de peregrinos e visitantes erguem os olhos para o céu para receber a dádiva, em que a noite se faz dia. Todas as festas gastavam muito dinheiro com a queima de

Foto: Festa da Lapa. Marcio Smiguel Pimenta. s/d.



fogos, que geralmente eram usados no encerramento da mesma, numa demonstração de poder e magnificência.

Grupos de caminhada com milhares de pessoas, os peregrinos, chamados de romeiros, se reúnem em Ribeirão Preto, Brodowski e outras cidades da região e se dirigem, a pé, para a festa da Lapa em Jardinópolis, num ato de fé. Outros vão de carro, ônibus, com o objetivo de pagar suas promessas ao Senhor Bom Jesus da Lapa.

As práticas do Santuário da Lapa de Jardinópolis-SP, de Nossa Senhora da Conceição Montesina, em Monte Alto-SP, dentre outras, reproduzem as grandes festas como as que ocorrem em Aparecida-SP.

A festa de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida-SP, reúne uma grande quantidade de peregrinos ao longo do ano, que saem de várias partes do estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná para rezar pedindo à Virgem por milagres. Algumas rotas foram organizadas pelos peregrinos e pelas cidades, que se beneficiam do trânsito de pessoas nesta caminhada, a pé, de bicicleta, a cavalo ou ainda de moto. São vários pontos de partida e uma só chegada: o Santuário de Aparecida. São grupos que param em locais cadastrados para carimbar a carteira do peregrino, como pousadas, bares e restaurantes que, ao longo do caminho, replicam o que ocorre no caminho de Santiago de Compostela, na Espanha.

Para muitos peregrinos, é a experiência mística da fé, do religare e que independe da crença. Nos dias atuais, está ligada ao turismo religioso ou, ainda, a práticas esportivas de vencer desafios pessoais.

São inúmeros os caminhos que compõem estas peregrinações no mundo todo, pequenas ou grandes, jornadas de horas ou de semanas. Em Ribeirão Preto, todos os anos, no dia 12 de outubro, a festa de Nossa Senhora Aparecida, ocorre uma caminhada que sai da Câmara Municipal até o distrito de Bonfim Paulista. A 49ª. festa, celebrada em 2015, marca a reunião de milhares de pessoas de todas as idades que fazem o percurso a pé, ou de bicicleta, acompanhando o andor de Nossa Senhora Aparecida, e, em seguida, participam da missa campal solene na praça em frente à matriz de Bonfim Paulista.

Em Serrana, a família Barbieri, devota de Santo Antônio, realiza, todos os anos, um terço no mês de junho (às vezes em julho), agradecendo ao santo pela intercessão de graças recebidas. O terço inicialmente era rezado apenas pela família, depois o número de pessoas foi aumentando, no decorrer do tempo, com vizinhos e parentes, chegando a dezenas de pessoas. Com mais de vinte anos, a festa mobiliza centenas de pessoas, entre familiares e amigos. Os mais próximos auxiliam na preparação dos quitutes. Durante semanas, as mulheres se dedicam a preparar os doces caseiros de bata-



ta-doce, mamão, leite, cidra; roscas, biscoitos de polvilho, bolos de milho, de fubá, puro ou com recheio de queijo, de goiabada, e a fazer os enfeites para a festa, o que contribui para estreitar os laços com os parentes e entre a vizinhança. É a mais pura manifestação da festa que o povo se dá.

Ainda nesta região do Estado, lembramos a festa de São Pedro, no distrito de Jurucê, Jardinópolis; a Festa da Cruz do Pedro,¹⁰ no distrito de Bonfim Paulista, em Ribeirão Preto; a de Santa Rita, em Cássia dos Coqueiros; a de Corpus Christi, em Matão, a de Nossa Senhora Aparecida, em Sertãozinho, e a festa centenária de São Benedito, na zona rural do distrito de Cruz das Posses, também em Sertãozinho, promovida por uma família descendente de escravos, dentre tantas outras.

Algumas das festas, com a crescente secularização e laicização da sociedade, deixaram de lado a parte sagrada, e ocorreu a permanência apenas da festa laica ou profana. Nas últimas décadas, algumas delas foram recriadas como atrativos turísticos em várias localidades.

Na região de Ribeirão Preto, destacamos os encontros realizados nas cidades de Olímpia e Barretos.

Em Olímpia, o Festival do Folclore, no mês de agosto, reúne milhares de pessoas de vários estados brasileiros, que exibem diferentes manifestações culturais, dentre elas os ternos de congos, moçambiques, caiapós, numa festa considerada tradicional, que ocorre há mais de meio século. O município possui um Museu de História e do Folclore, criado na década de 1970, com um acervo que conta a história material das tradições da cultura popular.

No festival do folclore que ocorre na cidade, as crianças estão inseridas nas ações com o Mini Festival, realizado com alunos do ensino fundamental, fazendo suas apresentações conforme as danças dos grupos de adultos. É o exercício da

Uma forma de expressão muito associada a muitas celebrações é a catira ou cateretê. Tradicionalmente dançada por homens, ela se caracteriza pela batida forte dos pés, acompanhada das palmas dos dançarinos. Os assoalhos das antigas casas das fazendas ficavam desgastados, depois de anos de encontro com as solas das botas dos catireiros. Ligada à cultura rural, ela é acompanhada pelo som da viola, normalmente tocada por dois músicos. Atualmente, como forma de manutenção dessa tradição, os grupos, anteriormente formados apenas por homens, vem aceitando mulheres.

educação patrimonial, em que, desde a infância, a criança aprende a ser corresponsável pelas ações das tradições da localidade, participando e vivenciando as expressões culturais.

Como parte do calendário de festas da região ocorre a Festa do Peão de Barretos, onde se observa uma tentativa de recuperar a tradição dos pousos de boiadeiros que deram origem à cidade. Contudo, o evento barretense evidencia algumas contradições que se replicam em proporções variadas em outras localidades.

No caso de Barretos, a festa cresceu a proporções internacionais e, nesse caminho, mercantilizou-se, passando por um processo de "turistificação", afastando-se das tradições boiadeiras que estão em sua origem. Como tentativa de manter e valorizar as raízes da cultura caipira, em meio à espetacularização dos shows de rodeios, os organizadores realizam eventos paralelos, como a Queima de Alho, um festival de comidas típicas do peão de boiadeiro, no qual se come o arroz de carreteiro, o feijão gordo, a paçoca de carne e o torresmo. Mas, esses eventos são fechados ao povo, sendo abertos apenas para convidados especiais, como a imprensa.

Paralelamente, em vários pontos do município, o modo de viver rural, ligado às origens da prática pecuária, resiste. A população que não frequenta a grande festa realiza de maneira pequenas manifestações, evidenciando a força dos elementos constitutivos do patrimônio cultural, identificados nas raízes da cultura caipira.

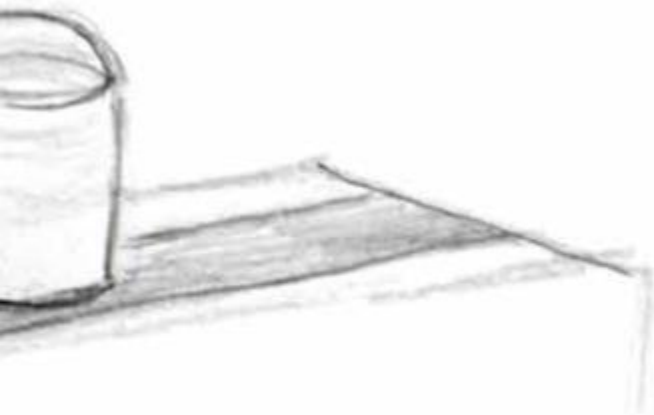
Ao longo das várias oficinas que realizamos no interior do estado de São Paulo, o que observamos é que esses ritos festivos estão mudando paulatinamente, sendo ressignificados e, em alguns casos, perdendo seu caráter simbólico.

Os novos sentidos agregados pela contemporaneidade, com lembrou Dulce Guimarães, no livro *A Celebração da Modernidade*, contém "uma emoção diferente daquela que lhes assegura o funcionamento cotidiano". Para a autora, tem ocorrido a espetacularização de muitas festas anteriormente tradicionais, distanciando-as do seu caráter identitário.

Diante disso, é importante que o poder público conheça as celebrações cívicas, religiosas, entre outras, que são realizadas historicamente em seu município. Ao identifica-las e compreender a sua função como elemento agregador da comunidade, é possível desenvolver políticas de reconhecimento, valorização e fomento, garantido o seu fortalecimento.







A comida nas festas que o povo se dá





Fotos da festa em Serrana. Danilo Barbieri, s/d.



Não existe festa boa sem comida. Festa, prática religiosa, expressões culturais e comida andam juntas e constituem alguns elementos importantes do patrimônio cultural. O reconhecimento desses bens, considerados relevantes para a compreensão da identidade de um povo, contribui para a formação da essência da própria sociedade. Essa essência nasce no quintal de cada pessoa, emergindo como saberes e fazeres que vão para além do patrimônio "de pedra e cal"

A transformação decorrente da crescente urbanização da sociedade a distancia do modo caipira de viver do interior do Brasil. Dele, nos fala Antonio Candido, explicando as mudanças: [...] As modalidades antigas se caracterizavam pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção, a obediência a certas normas religiosas [...].¹¹

Esse modo de viver estabelece um padrão que gira em torno da necessidade de sobrevivência acima de qualquer outra coisa para cada comunidade, em que a alimentação realizada de uma forma contínua, estabelece vínculos entre os grupos e o meio em que estão localizados. Dessa maneira, as formas coletivas, pressuposto de toda vida social, são reveladas no compartilhamento dos modos de fazer e de viver, entre os quais, a comida.

O ato de preparar o alimento agrega conhecimentos milenares que são passados de mãe para filha, que aprenderam com suas avós e bisavós. Esse conhecimento representa experiências que

Fotos da festa em Serrana. Danilo Barbieri, s/d.



serão deixadas para as próximas gerações, para o futuro, por meio das escolhas do que se deseja preservar hoje.

Nesse processo de troca milenar, os ingredientes de cada localidade formam a essência de um universo de cheiros, sabores que nos convida, com insistência, a conhecer um mundo inexplorado de cores, texturas em que, quando tocamos com a língua, o sabor explode e nos remete às lembranças da infância, da família, da festa ou a outras memórias. A comida nos aquece com recordações, como se se enredasse pelo corpo em sensações prazerosas infinitas de sabores.

Muitas vezes é essa manifestação de cultura, a da comida, que garante a especificidade de uma localidade. Não é raro encontrarmos pratos típicos, comuns a somente um lugar.

A apetitosa diversidade da mesa brasileira encontra, na simplicidade dos ingredientes, uma infinidade de pratos que permite ampliar a concepção sobre a alimentação e a culinária no Brasil.

Comida e religião sempre andaram juntas. Em Portugal, os judeus conversos, ou cristãos novos, durante os tempos da inquisição, burlavam as práticas fazendo as alheiras, um dos pratos considerados patrimônio da gastronomia portuguesa. Os habituais enchidos de porcos eram comuns entre os cristãos e não comer carne de porco era prova de heresia, sinônimo de ser judeu, islâmico ou inimigo da cristandade.¹²

As alheiras surgiram substituindo a carne de porco por outras permitidas pela crença judaica e islâmica, como aves, peru, galinha, pato, envolvidas numa massa de pão ázimo que lhes conferia consistência e facilidade no enchimento. Para disfarçar a gordura de porco, era usado o cristianizado azeite português e tempero de alho e colorau, que conferia uma tonalidade enganadora. Quando alguém chegava à casa de um judeu converso, os embutidos pendurados sob o fogão para defumar não despertavam curiosidade; a ausência deles era um dos fortes indicativos de se tratar de casa de judeus. São narrativas consideradas culturalmente interessantes que compõem a história da gastronomia portuguesa. Era a religião da sociedade cristã e suas controvérsias, cuja comida era parte importante da identidade relacionada com as crenças.

Esses saberes dos enchidos e toucinheiros chegaram até o Brasil e constituem parte da culinária nacional. Em Ribeirão Preto, reina a linguça da vizinha cidade de Dumont. Encontrada nas feiras, ela é feita artesanalmente e movimentada a economia local. É oferecida sob a forma de petisco nos bares em versões normal, apimentada, recheada, servida pura ou acompanhada de mandioca cozida ou frita, farofa de milho ou de mandioca. No pequeno município onde essa iguaria é feita, se perguntarmos o que só Dumont tem, é muito provável que muitos respondam: a linguça.

A tradição portuguesa dos enchidos ficou de lado na história da linguiça de Dumont, que está associada aos imigrantes italianos que se estabeleceram na região para trabalhar nas lavouras de café. O núcleo nasceu em torno da sede da fazenda do pai de Santos Dumont, o senhor Henrique Dumont, um dos maiores proprietários de café do mundo no final do século XIX. Esses imigrantes que chegaram para trabalhar no café trouxeram saberes que compõem parte da culinária regional, como os embutidos e a tradição das massas.

Em São Paulo, o professor Antonio Candido, autor da obra *Os parceiros do Rio Bonito*, considera que o alimento é o fulcro de sociabilidade, “[...] para cada cultura uma técnica de viver de que a alimentação faz parte [...]”; ela se torna o centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo normas, símbolos, atos e representações¹³.

Plantando mandioca, milho, feijão, abóbora; criando galinhas e porcos, o paulista do interior vivia de forma simples. Destacamos a fabricação caseira de queijos, requeijão, farinhas de milho e de mandioca, polvilho, fubá, linguiça, carne na lata, cachaça, licores e doces de frutas de época, como marmelada, mamão do fruto e da raiz, doce de cidra, goiaba, laranja, limão, figo, tamarindo, caju, entre outras frutas, doce de batata-doce branca e roxa e de amendoim.

Da cana fazia-se açúcar mascavo, melado, rapadura, o que possibilitou ao paulista forjar uma identidade ímpar, que se transformou ao longo do século XX e que, nesse início do século XXI, está sendo, aos poucos, identificada e recuperada como patrimônio cultural. Como exemplo, a marmelada¹⁴; produto de exportação no período colonial e que hoje é raro encontrar na mesa paulista.

O registro como patrimônio imaterial do doce de jaracatiá, feito em Santo Antônio da Alegria, elemento importante nas festas de Folia de Reis, e encontrado em outras festas da comunidade, como no encontro de congadas e moçambique, revela a busca pela identificação da cultura do interior e as permanências.

Mas a diversidade da culinária brasileira encontra suas raízes também na mistura dos mundos. Tradições indígenas, europeia e africana se misturam. Mais tarde, agregaram-se outras comidas, como a asiática.

Da herança indígena, chega um produto de relevância na culinária nacional: a mandioca. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram uma comida que, de acordo com o relato de Manuel da Nóbrega, “[...] o mantimento comum da terra é uma raiz de pau, que chamam mandioca, do qual fazem uma farinha, de que comemos todos [...]”¹⁵.

O Iphan compilou uma das lendas indígenas que explicam a mandioca e sua história entre

os nativos e documentou em vídeo. Os nativos ralavam, espremiavam em um recipiente de palha chamado tipiti e submetiam ao fogo, fazendo a farinha, na qual juntavam carne de caça ou peixe, constituindo-se no alimento principal. A culinária nacional se beneficiou muito desse legado, que nos permite inúmeras possibilidades do uso da mandioca.

Em Patrocínio Paulista, dona Maria Silvério de Freitas, contava que a mandioca era o paiol do chão. Nascida em 1909 e crescida na fazenda, tia Filhinha, como era conhecida, contava que quando faltava o que comer ou, se chegasse alguém e não tinha “mistura”, bastava ir à roça arrancar um pé de mandioca e tudo se resolvia. Como uma boa história, a velha tia ensinava tudo que podia ser feito com a raiz, e não era pouca coisa! A mandioca era servida como prato de sal (cozida, frita, com carne, bolinho ou sopa) ou como sobremesa, acrescentando-se açúcar ou mel e canela, com rapadura ou com melado, servido no prato com farinha e leite.

De acordo com a Embrapa, mais de cem países usam a mandioca e existem pelo menos dois grupos mais conhecidos de variedades de mandioca: a de mesa ou mansa (aipim ou macaxeira) e a brava.

As casas de farinha, como são conhecidos os locais de fabricação artesanal, estão espalhadas pelo Brasil. No interior, as pessoas ainda fazem farinha para consumo próprio ou para vender. A feita em casa é conhecida popularmente como farinha da terra. A produção, em muitos casos ainda é artesanal. Primeiramente, precisa-se de uma roça, depois de quem vai arrancar os pés, descascar, ralar, prensar com o tipiti, e colocar para secar. Em seguida, secar em forno com chapa de ferro para torrar o beiju; tudo de forma manual.

Foto: Pititi. Fonte: www.ifch.unicamp.br



Com a mandioca se faz a farinha, o polvilho, a goma, as raspas, farinhas de raspas, pellets e álcool. A fração amilácea extraída proporciona a fécula, de consumo direto em alimentos (biscoitos, bolos, pudins, molhos) ou industrial (alimentos processados, têxteis, papel, tintas, medicamentos). Ainda podemos citar os produtos regionais (beiju, tapioca, carimã ou massa puba, tucupi e tacacá), que demonstram como a mandioca é importante como base alimentar e como um dos componentes da culinária brasileira, encontrada em diferentes pratos doces e salgados.

Outro alimento muito usado no Brasil é o milho, que, nas palavras do padre Nóbrega, “[...] misturado com a farinha faz um pão, que escusa o de trigo [...]”¹⁶. A grande variedade existente no século passado se reduziu a duas ou três, mas a diversidade de pratos nos quais se faz uso do grão permaneceu e outras formas e outros produtos foram, ao longo tempo, acrescentados. O seu uso na culinária brasileira é pura criatividade, como o milho verde em saladas, farofas; acrescentado no típico cachorro-quente; na forma de pamonha, canjica, bolos de milho, milho cozido e assado, curau, bolinhos de milho verde, polenta de milho verde e todas as variações com o fubá; bolos variados, como bolo de fubá cremoso, bolo de fubá com goiabada; broinha de fubá com ou sem amendoim, a broa pau-a-pique, conhecida em algumas regiões como João deitado; angu, polenta, entre outros.

O fubá que encontramos para comprar é, em sua maioria, industrial, no entanto pequenos produtores ainda persistem com a tradição de moer artesanalmente o milho. Em Itirapuã, uma das últimas cidades da região paulista antes de entrar no estado de Minas Gerais, um moinho de fubá de 1860, artesanal, ainda funciona na Fazenda Barra Grande, também produtora de cachaças artesanais. A água aciona a roda que faz a pedra mó girar para moer o milho e fazer o fubá. O resultado é um produto de qualidade superior. Na cidade vizinha de Patrocínio Paulista, o moinho de pedra da Fazenda Barranco Alto funcionou até recentemente. As dificuldades de manter a produção levaram o proprietário Luís Carlos de Figueiredo a quebrar a tradição da família de produzir fubá, fechando temporariamente o moinho.



Fotos: Moinho Barra Grande. Maurício Figueiredo Cristófani, s/d.





A produção artesanal de farinhas de mandioca e milho, bem como de polvilho e fubá, encontra obstáculos diante da economia globalizada. Poucos produtores conseguem manter a tradição, que ainda não é valorizada no Brasil, como ocorre na Europa, em que o sistema artesanal de produção é fortalecido por leis e atitudes de fomento da economia local criativa.

Os pratos feitos a partir de dois ingredientes básicos, a mandioca e o milho, acrescentados de frutas, carnes, peixes, formam parte da complexa culinária nacional. Para Carlos Dória, “[...] a ideia da miscigenação culinária, que se materializaria num cardápio sintético e partilhado pelos brasileiros, é muito simplista para uma realidade tão complexa”.¹⁷

Um dos pratos que marca essa identidade tão complexa é o cuscuz. Sobre ele, o autor afirma que, “apesar de ser prato patrimonial – isto é, com história que incorpora diferentes momentos da vida nacional, tendo se acomodado em várias culinárias regionais, não é reivindicado como nacional ou considerado emblemático do país”.¹⁸ Para Dória, o cuscuz deveria ser, no lugar da feijoada, o prato mais emblemático brasileiro. Encontrado em diversas regiões, principalmente no Nordeste, feito de farinhas de milho com diversos tipos de cozimento, trata-se de uma herança dos mouros, presente na mesa portuguesa, onde é feito com trigo.

No Brasil, assumiu uma feição diferente e dele nos conta Luís da Câmara Cascudo¹⁹ que “... é a massa de milho, pilada, temperada com sal, cozida ao vapor d’água e depois umedecida com leite de coco. Com ou sem açúcar... Com manteiga, figura no café matinal ou na ceia frugal ao anoitecer. Dissolvem-no no leite de vaca...”²⁰ Para Cascudo, o cuscuz foi uma solução brasileira, distinta de outros pratos que também levam o nome de cuscuz, cuja base é o trigo.

Diferentemente de como se comia no Nordeste, em São Paulo, o cuscuz ganhou outro aspecto. Deixou de ser prato principal para ser entrada fria em restaurantes e churrascarias, acrescido de sardinha, frango, camarão ou peixe, muito distinto do cuscuz servido no Nordeste, com leite, manteiga de garrafa no café da manhã ou como refeição, com carne seca desfiada²¹. Encontramos, nas quermesses da região de Ribeirão Preto, um prato muito comum e popular: um cuscuz mole, parecido com pirão, e que se distancia dos tipos tradicionais de cuscuz citados anteriormente. Diversidades à parte, o cuscuz ainda constitui-se num dos pratos da tradicional culinária paulista.

O queijo é outro produto que faz parte da tradição culinária brasileira. Na memória secular da comida paulista, ele é encontrado na mesa e nas festas, desde que os portugueses chegaram ao Brasil e trouxeram o gado. Em Minas Gerais, a produção artesanal, a partir do leite cru, recém-ordenhado de vacas, remonta ao século XVIII.²² Esse se tornou um saber fazer específico de regiões produtoras de gado desde o período colonial, tanto em São Paulo, como em Minas. Herança portuguesa

que enraizou no Brasil em função das dificuldades em armazenar o leite.

Desde então, o chamado “queijo de minas”, passou por uma significativa transformação, chegando aos dias de hoje com a perspectiva de criação de selo de identificação geográfica.

Como um dos mais tradicionais do país, o modo de fazer o queijo do Serro, MG, foi o primeiro a ser reconhecido como patrimônio imaterial em Minas. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais (Iepha) inscreveu esse modo de fazer no Livro de Registro de Saberes, em 7 de agosto de 2002. O Iphan ampliou o reconhecimento para a área de queijos da Serra da Canastra e do Salitre, registrando o modo artesanal de fazer o queijo de Minas como patrimônio imaterial brasileiro. Anteriormente encontrado em vários mercados, a oferta de queijo “tipo minas” tornou-se escassa, em decorrência da legislação sanitária, que impede que um produto fresco viaje de um estado para outro.

A região de Ribeirão Preto sofre influência dessa tradição, seja pelo consumo ou pelo fabrico. A proximidade com a produção de queijos minas artesanais, frescos ou curados, como o tipo parmesão, influencia a culinária da região. O consumo de várias formas e, muitas vezes, se mistura com a forte tradição italiana da região. É encontrado na mesa regional puro, servido com café, sob a forma de petisco, acompanhado de bebidas, sobre a macarronada, misturado com farinha, em tortas e, ainda, como sobremesa, acompanhando os doces, em especial o de leite e o de goiaba.

Outro prato que merece destaque é o “virado à paulista”. Prato típico da cidade de São Paulo, ele pode ser encontrado desde pequenos restaurantes até os locais mais badalados que constam em roteiros gastronômicos, como o Bar Sujinho, o Itamarati, Guanabara, dentre outros lugares tradicionais da capital do estado..

O prato leva arroz, couve refogada, banana à milanesa, linguiça de porco, torresmo e tutu de feijão. Dessa base nos fala Dória como algo que São Paulo emprestou para os mineiros e voltou com o nome de comida mineira, pois o paulista, muitas vezes, tem vergonha da sua cultura caipira, preferindo as referências da gastronomia internacional.

Dos sabores e saberes de São Paulo, muitos deles perdidos, encontramos também as frutas do cerrado, como gabioba, araçá, jaracatiá, jenipapo, pequi, pindaíba e tantas outras. O pequi, nativo do cerrado, está identificado com os goianos e não faz mais parte da identidade do paulista. No entanto, o fruto já pertenceu à mesa do interior do estado, como toda fruta de cerrado.

Além da comida de tradição portuguesa, indígena e afrodescendente, São Paulo possui marcas visíveis deixadas por imigrantes. Um exemplo disso é a presença de pratos como o mafufo e o quibe, receitas da cultura árabe. Ou ainda, a influência Japonesa, representada na culinária regional pelo

consumo, entre outros alimentos, do sushi, que em Ituverava se tornou o petisco preferido da população local. Não podemos esquecer dos italianos, que deixaram no interior do estado o gosto pelas massas e pela polenta com frango.

Essa complexidade da culinária nacional é apontada por Dória: “[...] nos grandes centros urbanos, onde é forte a pressão das culinárias do mundo todo, vivemos uma nova fase – talvez defensiva – de celebração da culinária brasileira. Com esforços próprios de estilização, muitos chefs inovadores buscam situar esta tradição no imaginário e nos desejos de um público consumidor de novidades”²²

Nesse caminho de recuperação, surgiram inúmeros roteiros gastronômicos, festivais, verdadeiras festas em que se misturam os ingredientes da culinária nacional com os pratos que chegaram com os imigrantes, dando impulso à economia das cidades.

O Festival de Cultura e Gastronomia em Tiradentes, Minas Gerais, é considerado um dos principais do Brasil, com visibilidade dentro e fora do país. Ele combina a comida mineira com as de outras partes do Brasil e do exterior, com chefs renomados. Durante o evento ocorrem cursos, palestras e oficinas para todo o tipo de público, movimentando o turismo de maneira expressiva.

O governo de Minas Gerais tem incentivado, mesmo em cidades pequenas, a realização desse tipo de festival, que une comida e festa. Como exemplo, estão as cidades de pequeno porte do “Circuito Caminhos de Minas”, como Cristina, Marmelópolis, Santa Rita do Sapucaí, entre outras²⁴. Nessa última, um encontro com o título “Cidade criativa, cidade feliz” promoveu diversas áreas, com palestras, painéis, apresentações musicais, teatrais, atividades envolvendo gastronomia e saúde, entre outras, fomentando a economia da localidade e região²⁵.

Os paulistas também seguem esse movimento. O projeto Revelando São Paulo foi criado em 1996, pela Abaçai, e reúne, todos os anos, milhares de pessoas, envolvendo comunidades, diálogos e parcerias com os dirigentes culturais dos municípios e instituições privadas voltadas para a cultura e educação. Seu foco é o patrimônio imaterial, ressaltando a importância dos saberes e fazeres com o objetivo de permitir a continuidade das festas e tradições.

O Festival da Cultura Paulista Tradicional promove encontros, na capital e no interior, das mais diversas manifestações culturais das diferentes regiões do Estado, como batuque, folias, jongos, congos, grupos folclóricos de comunidades de imigrantes, cururus, comunidades indígenas, bandas e fanfarras, quilombolas, violeiros e orquestras de viola, ciganos, fandangos, ou seja, todas as manifestações que formam a alegria do povo paulista, bem como a rica culinária e as diferentes formas de artesanato. É a mais pura expressão dos saberes e fazeres dos paulistas, ainda muito desconhecida da grande maioria da população e que vem ganhando espaço a cada nova edição, num criar e recriar

das tradições populares.

A identificação de produtos locais e seus diferentes usos na culinária contribuem para promover festivais, acondicionando valor para a comunidade, incrementando as possibilidades econômicas desde os produtores locais (doces, biscoitos, bolos, cachaça, cafés finos), donos de restaurantes, cafés, bares até quitandeiras, queijeiros, doceiras, cervejeiros e chefes de cozinhas, entre outros promotores dos saberes e fazeres.

Agregando valor a estas feiras, produtos orgânicos são comercializados com os variados tipos de comida (de mel a doces, quitandas e pratos salgados): licores de rapadura, jabuticaba, laranja, jenipapo; cervejas artesanais, cachaças, rapaduras, doces de frutas em calda ou secos, balas de folha de figo, de café, de laranja, de limão; quitandas como biscoitos variados de polvilho, broas de fubá com queijo, broas com amendoim e os queijos, dentre eles o tipo minas.

Para a realização dos eventos, cada município deve identificar os produtos e as receitas próprias do lugar, uma vez que a comida guarda a memória de hábitos e costumes que agregam valor à diversidade cultural brasileira.

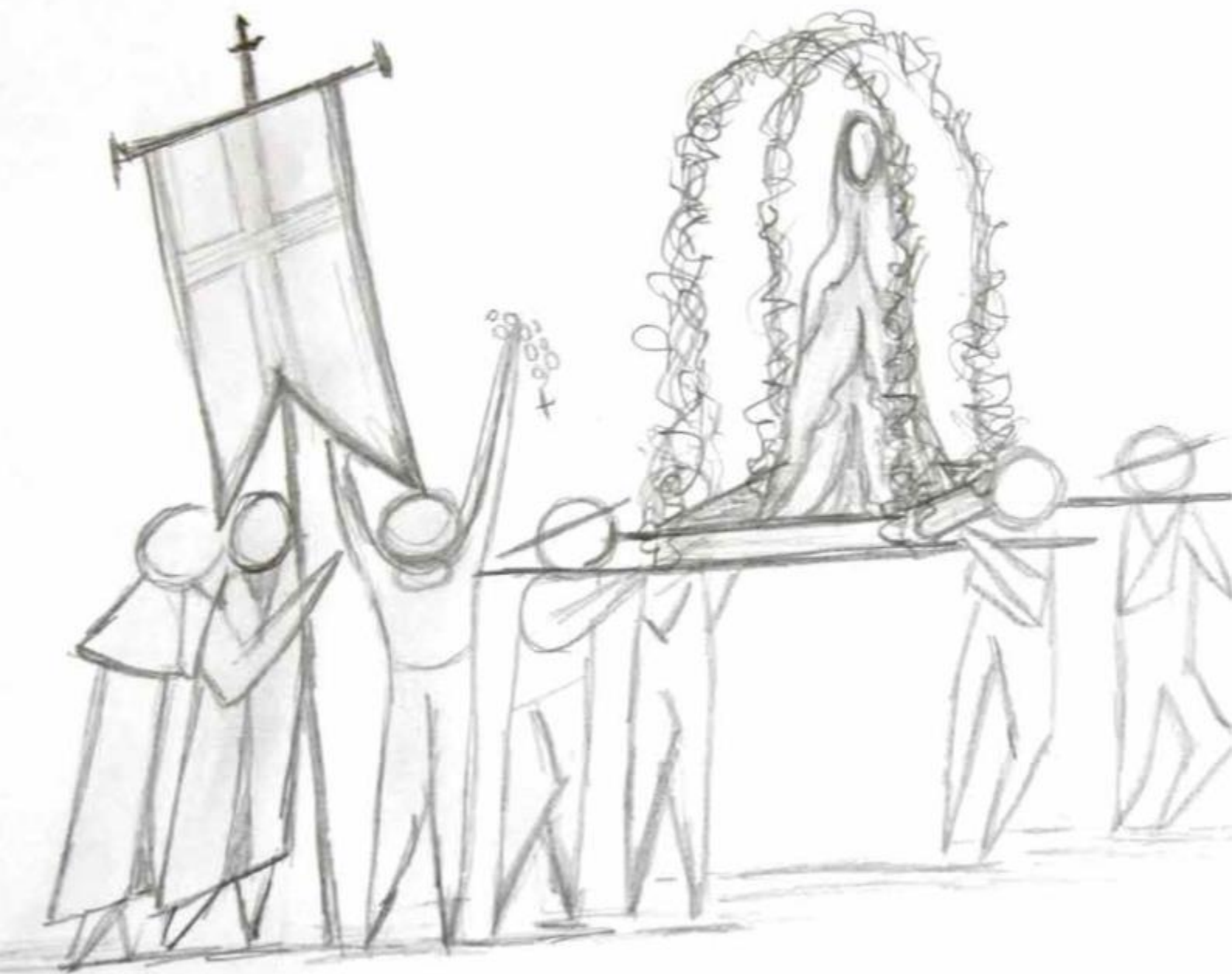
Essas ocasiões representam a oportunidade de celebrar, dançar, comer, vender produtos, reunir amigos e parentes. Junto com a comida caminham o artesanato, as danças folclóricas, apresentações musicais, teatro, as artes plásticas, dentre tantas outras manifestações.

Os hábitos alimentares reafirmam a identidade de um povo.


Todas essas manifestações colocam o homem em contato com suas raízes, num legado coletivo para transmitir a novas gerações um patrimônio vivo, renovado e atual; um patrimônio para deixar às gerações seguintes.

Busquemos mantê-lo vivo e, assim, as gerações seguintes poderão se apropriar desse legado frágil, intangível, inegociável, pleno de afeto e de permanências. Comidas como as coxinhas douradas de Bueno de Andrada, distrito de Araraquara; as pamonhas de Piracicaba; a rapadura de Nuporanga; a criatividade do cigarrete de Jaboticabal; o modo de fazer o filé JK da cidade de Franca; o licor de rapadura de Patrocínio Paulista, dentre tantas outras do interior de São Paulo, referenciam e identificam saberes de uma cultura secular.

Mas que isso, essas manifestações contribuem para elevar a autoestima da população, apertar os laços de pertencimento com lugar em que vivem, gerando relações de afeto.







Afeto, autoestima e pertencimento

Ao longo das nossas pesquisas sobre patrimônio cultural, uma palavra tornou-se constante nas reflexões: afeto.

Observamos em nossos trabalhos de campo, quando fazemos entrevistas, diagnósticos, inventários e ações de educação patrimonial, muito mais a falta desse sentido do que a sua presença.

Isso nos remete àquilo que Françoise Choay já havia dado indicativos muitos anos atrás: o perigo de o patrimônio perder “por completo qualquer valor memorial afetivo para conservar apenas um valor intelectual, gnosiológico e, claro, o valor de entretenimento”,²⁶ que conferiu a ele a identificação de indústria turística.

Não raro, escutamos frases feitas sobre a importância das edificações históricas e das atividades ancestrais para o desenvolvimento do turismo, como justificativa de gestores e da população para a preservação desses bens. Ao que parece, “essas frases prontas” são o resultado de um longo processo de reificação da nossa herança cultural, tornada mercadoria no desenvolvimento voraz da indústria do lazer, no decorrer do século XX. Mais ainda: apontam para a sua mercantilização, que auxiliou na separação do patrimônio em relação ao seu valor afetivo.

Vale lembrar que a própria institucionalização do patrimônio, no sentido da sua tutela pelo Estado, surgiu relacionada à afetividade. Na França revolucionária, “foi o valor nacional que legitimou todos os outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo”²⁷. Na mesma linha, no Brasil, entre os anos de 1920 e 1930, também foi o valor nacional, ligado ao desejo de construção de relações de afeto entre o cidadão e a nação, um dos motivadores para a preservação do patrimônio arquitetônico e artístico.

Contudo, em algum momento, nós perdemos parte do valor referencial do afeto nas relações com o lugar onde habitamos.

Mas, ao constatar essa problemática em nossas pesquisas e palestras, também observamos um duplo sentido desta mesma situação: as pessoas sentem necessidade de se reintegrarem. Sentem o vazio gerado pela falta de interação afetiva com os vizinhos, a rua, as praças, os lugares de memória, enfim, com a cidade que escolheram viver e com as pessoas que partilham, com ela, esse espaço.

Esse vazio existe porque o afeto é um sentimento intrínseco ao ser humano.

A neurociência indica que, desde bebês, nós desenvolvemos condições anatômicas e psicológicas de resposta ao mundo externo, em especial nas relações com as outras pessoas. Paulatinamente, ampliamos atitudes e “desejos de solidariedade, respeito, identificação e afeto para com o outro”²⁸. Esse movimento acompanha o próprio desenvolvimento da cognição. O homem adquire funções biológicas que lhe permitem expressar e viver o subjetivismo para “além do princípio do prazer”. Ele se liberta dos “grilhões da sobrevivência” e busca a sua realização “na sua mais alta e legítima condição, a real humanização, a expansão, a vida”²⁹ como pensou Freud, nos anos 1920.

Vygotsky também apontou nesse sentido³⁰. Para ele, afeto e desenvolvimento da personalidade estão conectados, fazendo parte de todas as etapas da formação do indivíduo, tornando-se componentes da própria consciência de cada idade. O afeto que inicia o desenvolvimento psíquico da criança e sua formação também fecha esse processo. Ou seja, ao longo de toda a nossa vida, estamos motivados intrinsecamente a nos relacionarmos por meio de impulsos afetivos.

Entretanto, em algum momento dessas transformações globais pelas quais passa a sociedade contemporânea, podemos padecer da “patologia ou da ausência do desenvolvimento dos afetos, emoções e sentimentos”, condicionados por “condições traumáticas externas ou internas”³¹.

A antropologia, a psicologia, a neurociência, entre outras, buscam a “cura” para a desconectividade afetiva. A história, por meio dos estudos do papel da herança cultural na sociedade atual, também oferece algumas respostas.

Nossas pesquisas indicam para o mesmo caminho de Françoise Choay, de que os bens materiais e imateriais possuem a característica original de atuar sobre a memória. Eles a mobilizam, por meio da mediação da afetividade, possibilitando que nos lembremos do “passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer”³². Ele é constituído de memórias que são selecionadas, organizadas e salvaguardadas para uma finalidade essencial para a existência, que é a preservação da identidade do grupo, da comunidade,³³ garantida pelas relações de afetividade.

Dessa maneira, o patrimônio torna-se uma “defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança” contra a patologia causada pela ausência de afeto, da qual trata a neurociência. Restabelecer e mobilizar memórias afetivas, tanto para os que edificam os bens ou são guardiões das tradições quanto para aqueles que são destinatários das lembranças, podem constituir valioso exercício na busca pela felicidade.

Isso nos ficou claro em nossas experiências, durante as várias oficinas que realizamos com universitários, professores, gestores públicos, agentes culturais e produtores de cultura. Era muito comum, em nossas palestras e cursos, iniciarmos perguntando o que os ouvintes da plateia acreditavam que havia em seu município que era só dele. Perguntamos se existia algo que identificava a localidade, que dava a ela identidade.

Na maioria dos casos, a resposta era o silêncio.

Depois de questionarmos isso, iniciávamos um dia intenso de trabalho, no qual tratávamos de cidade criativa, do conceito ampliado de patrimônio e suas várias possibilidades. No final, falávamos de celebrações populares, ofícios e modos de fazer, em especial a gastronomia paulista e o papel da comida e da cozinha na construção dos laços de afeto. Nesse ponto, enfatizávamos que o ato de comer envolve a construção de redes de sociabilidade. Perguntávamos qual a diferença entre as “brevidades” feitas na fazenda da Tia Dita, em Jaboticabal, e aquelas vendidas nas padarias de qualquer esquina; entre a rapadura feita pela Dona Joana, em Nuporanga, e aquela comprada no supermercado.

A resposta é o afeto.

O resultado é uma equação simples. Comida com afeto mais valorização da identidade é igual à autoestima. Ou ainda, viver com afeto mais relações de proximidade é igual à qualidade de vida.

Durante o processo, realizávamos dinâmicas em grupo e incentivávamos que os presentes refletissem sobre o papel do homem nas transformações do mundo onde vivem, em especial da sua localidade. Ao final, incentivávamos que os presentes, à luz de tudo que ouviram, fizessem um diag-

nóstico das referências culturais do seu município e desenharem um mapa. Mas não um mapa turístico comum. Era sugerida a construção de um roteiro afetivo, no qual o visitante era levado a conhecer lugares que fizessem sentido para a população local.

Veja que esta é uma mudança de perspectiva. É uma abordagem endógena, pautada na atribuição de significado ao patrimônio cultural, na busca do afeto entre os moradores e o lugar.

O resultado foi surpreendente.

Ao apresentarem o roteiro em uma tela de projeção, os participantes olhavam para a sua cidade com outros olhos. Passavam por um processo de reintegração com lugares, festas, formas de expressão que, até então, eram invisíveis aos olhares. “Descobriam” coisas, pessoas, causos, receitas dos quais tinham esquecido ou se distanciaram. O “impulso afetivo” do qual tratou Vygotsky foi “reativado” por meio da memória.

Esse processo resulta na elevação da autoestima, fazendo com que aquele que antes era apenas um usuário da cidade torne-se efetivamente parte do lugar, por meio do restabelecimento das relações de afetividade, que levam ao sentimento de pertença.

Um bolo feito pela dona Maria, no seu próprio fogão, com ingredientes que saíram de seu quintal, nunca será igual àquele batido em máquinas industriais, acrescido de conservantes para durar mais tempo e embalado uniformemente. O afeto se faz ingrediente e seu sabor o diferencial que transforma coisas muito simples em significativos referenciais identitários da cultura de uma localidade.





Formas de proteger o patrimônio

De acordo com o artigo 23 da Constituição de 1988, a proteção ao patrimônio foi definida como competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e do município. Define essa proteção como uma obrigação imposta ao poder público, mas com a colaboração da comunidade. Em outras palavras, é dever de todos proteger a herança cultural comum. Em caso de omissão, o executivo e os seus representantes poderão ser responsabilizados judicialmente.

Cabem ao poder público a adoção e a execução de políticas e programas de gestão nesse sentido. O governo deve organizar ações sistemáticas visando a tomar todas as providências possíveis para salvaguardar o seu patrimônio. Isto também vale para os municípios, cuja realidade é que a grande maioria sequer possui conselhos de preservação. Começar organizando o conselho e envolvendo a sociedade civil é o marco zero de todo o processo.

Como as cidades podem avançar no sentido de proteger a sua herança cultural? Propomos quatro passos para a elaboração de uma política pública nesse sentido.

Notas e referencias

1. BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. Europa 1500-1800. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
2. FREITAS, N. M. B. de. A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo: D. Alberto José Gonçalves. (tese) Franca, Unesp, 2006.
3. FREITAS, N. M. B. de. As festas do Rosário de Mariana. Revista Estudos de História, Franca, v. 5, p. 71-86, 1998.
4. CARRATO, J. F. As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo: Nacional, 1963.
5. DELUMEAU, J. De Religiões e de homens. Trad. Nadyr de S. Penteado. São Paulo: Loyola, 2000, p. 9. Disponível em: <http://abacai.org.br/patrimonio_imaterial/>. Acessado em: 12/7/2015.
6. SCARANO, Julita. Fé e milagre. Ex-votos pintados em madeira. Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
7. BARROS, A.C.F. & REZENDE, C.L. de. Companhias de Reis de Ribeirão Preto. Relatos de devoção e de fé. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.
8. CORREIA, F. de A. A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis (1913-1950). Brodowski, edição do autor, 2005.
9. GAETA, M. A. da V. Caminhando, cantando e agradecendo: o culto ao Bom Jesus da Lapa como uma experiência do sagrado – um estudo sobre formas de religiosidade “popular” no nordeste paulista (1909-1996). Tese de livre-docência. Franca: Unesp, 1997.
10. GUAZELLI, A. M. C. & FERREIRA, D. & CASTRO, M. C. & MOLINA, S. R. O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.
11. CANDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito. Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
12. MONTEIRO, A.M. Comidas conversadas. Memórias de herança transmontana. Lisboa: Âncora, 2014.
13. CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito, p. 18.
14. CASCUDO, L. da C. História da alimentação no Brasil. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983, p. 268.

15. LEITE, S. Cartas do Brasil e mais manuscritos do Pe. Manuel da Nóbrega. Belo Horizonte: Itatiaia: 2000, p. 60.
16. LEITE, S. Cartas do Brasil e mais manuscritos do Pe. Manuel da Nóbrega. Belo Horizonte: Itatiaia: 2000, p. 60.
17. DÓRIA, C. A. A formação da culinária nacional. São Paulo: Publifolha, 2009, p. 11
18. DÓRIA, C. A. A cultura materialista, p. 109.
19. CASCUDO, L. da C. Op. cit., p. de 207 a 211.
20. Idem, p. 207.
21. Idem, ibidem.
22. MERGAREJO NETTO. M. A geografia do queijo minas artesanal. Belo Horizonte: edição do autor, 2014.
23. DÓRIA, C. A. A formação da culinária brasileira, p. 9.
24. Disponível em: <<http://www.caminhosdosuldeminas.com.br/turismo/Pagina>>. Acesso em: 10 ago.2015
25. Disponível em: <<http://cidadecriatividadefeliz.com.br/?p=4458>>. Acessado em: 12/8/ 2015.
26. CHOAY, 2001, p. 252.
27. Idem, p. 117.
28. SOUSSUMI, Yusaku. Afetos, sobrevivência e desenvolvimento na neuro-psicanálise. Revista Brasileira de Psicanálise, 2005.
29. Idem, 2005.
30. Vygotsky apud ALVES, José Moisés. As ideias de Vygotsky sobre a relação razão-afetividade no curso do desenvolvimento. In: SOUZA, M. T. C. C. & BUSSAB, V. S. (org.). Razão e emoção. Diálogos em Construção. Casa Psi Livraria, 2006.
31. SOUSSUMI, op. cit., 2005.
32. CHOAY, 2001, p. 18.
33. Idem, p. 18.



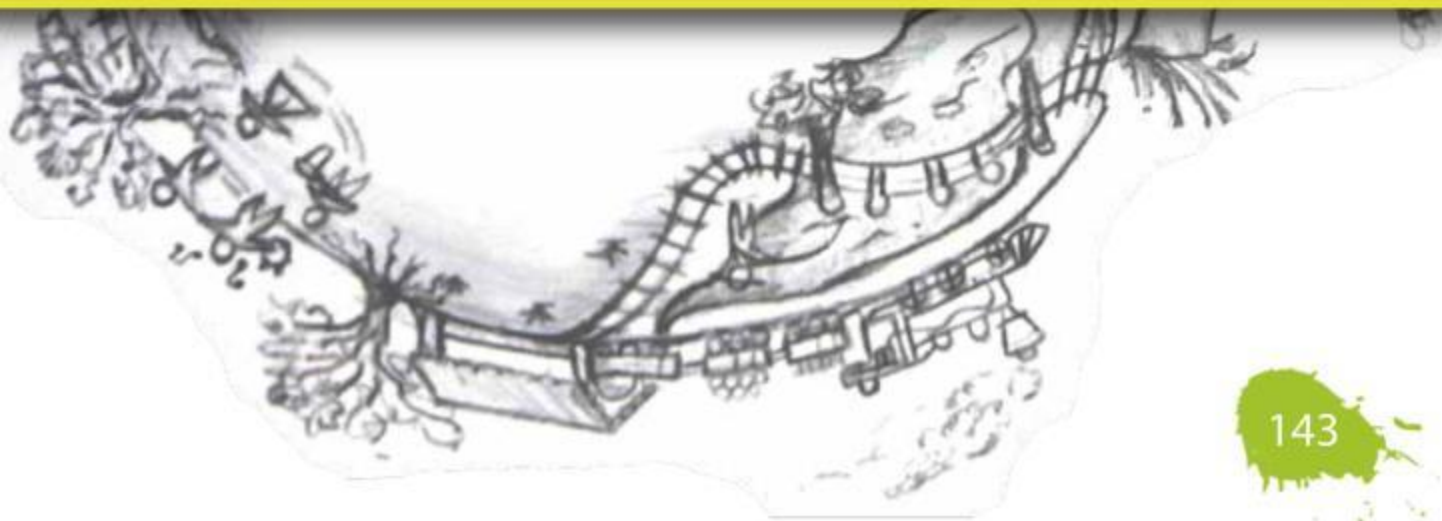




Capítulo 4

Vivências

as cidades e o diagnóstico:
um novo olhar





Jaboticabal

Franca

Nuporanga

Bobedouro

Ituverava

Barretos

São Simão

Ribeirão Preto

Katyr



Franca

Foto: Praça Franca, acervo IPCCIC. 2015.



Na prática, depois de quatro horas de troca de informações sobre o que seguiu apresentado nas páginas anteriores, os participantes eram convidados a nos levar para um passeio pela cidade. Em Franca, conhecemos, pelas narrativas, as três colinas. Como o tema se fez comum em todas as apresentações dos diferentes grupos da cidade, previamente concluímos que significava para aquelas pessoas. Os roteiros foram propostos sempre a partir desta característica geográfica do lugar, formado por colinas; três em especial. A velha estação de trem causou polêmica, pois o uso privado do lugar não era aceito pelos presentes. Ideias não faltaram para fazer daquele, um lugar de encontros culturais. Passear pelo relógio do sol, bem no coração da cidade também foi um trajeto comum, mas cada grupo acrescentou adjetivos diferentes. Este espaço, de tão presente no cotidiano deles, quase se tornara invisível.

Destaque para os vitrais de alguns casarões ainda conservados, o café do centro da cidade, a história da visita de Juscelino Kubitschek e o surgimento do prato, bastante conhecido, file JK, servido até

hoje no Restaurante Barão foram lembrados com relevância. Há controvérsia na história da criação do prato nacionalmente conhecido. Uns dizem que foi oferecido ao presidente quando este estava de passagem por Araxá, em Minas Gerais, e que o chef que o criou, ao mudar-se para Franca, continuou a prepará-lo. Outros dizem que JK foi ele mesmo para a cozinha de um restaurante e, depois de perguntar o que tinham, sugeriu a composição do prato com file recheado de presunto e mussarela empanado e acompanhado de arroz, ovo, ervilha com banana também empanada e mais pedaços de mussarela derretida por cima. A vida do basquete também ganhou espaço nas narrativas, mas, eles mesmos apontaram, quem passar pela cidade, e não for dia de jogo, pouco terá o que ver.

O destaque para este encontro foi a discursiva da relação da cidade com os trabalhadores das fábricas de calçado. Enquanto a propaganda exhibe um potencial econômico, logo, pretensiosamente identitário, o grupo desnuda uma relação de baixa autoestima vinda de uma categorização empobrecida de trabalhadores.

Todos concordaram que a pirâmide que revela os poucos com muito e os muitos com pouco, com foco absolutamente centrado nas indústrias de calçado, não contribuíam, em nada, para uma relação favorável de pertencimento advinda dos moradores mais carentes.

Uma outra cidade no interior do Estado apresenta relato semelhante. Ao longo de uma atividade de qualificação de gestores de cultura, depois da nossa palestra, os representantes de Guariba falaram sobre o positivo projeto que estão realizando para mudar as relações de afetividade dos trabalhadores rurais com a cidade. Cenário da mais noticiada greve do setor sucroalcooleiro, os trabalhadores, à época conhecidos como bóias frias, guardam na memória, com destaque, a morte ocorrida nos dias de levante. Mas os técnicos da pasta de cultura desejam mostrar o quanto aquele movimento se fez referência na história sindical da categoria. A carta de Guariba é usada no Brasil como um marco e estudada em outros lugares do mundo. Para tanto trabalham na criação e difusão de um Centro de Memória.





Fotos: Jaboticabal, 2015. Abel Zeviani.



Jaboticabal foi o cenário do encontro com outras cidades: Pontal, Guatapar, Taquaritinga, Sertãozinho e Itápolis. A diversidade de informaes proliferou ideias e, um desejou conhecer a cidade do outro. Tudo isso a partir de simples narrativas verbais. Uma pergunta, já mostrada neste livro, sempre desencadeava o passeio: O que sua cidade tem que só sua cidade tem. Se pela manhã o silêncio se fazia a resposta mais comum, próximo às 17 horas, muitos tagarelavam suas especificidades. Em Jaboticabal foram vários os destaques, mas os participantes surpreenderam a si mesmos, quando perceberam o quanto de coisas únicas eles tinham. Lembraram até do jeito diferente de



servir dos donos de um bar que todos sempre visitam. A história da jaboticaba e seus derivados apareceu, mas foi encoberta por uma muito inusitada. Todos conheciam o “cigarrete” mas ninguém nunca tinha visto sua singularidade, tanto que ele só foi citado no trabalho final. Trata-se de uma comida somente preparada em Jaboticabal. Contaram, no dia do encontro, que um senhor que fazia pastel, já fechando seu estabelecimento, foi abordado por alguém que desejava comprar o salgado, mas sem todos os ingredientes, o vendedor se desculpou e anunciou que não poderia atender ao pedido. O pretenso comprador insistiu e aceitou que o pastel fosse feito com qualquer ingrediente. Dona Lina Biondi, em entrevista ao diretor de Cultura da Cidade, Abel Zeviani, dias depois da Oficina, a nosso pedido e disponibilizada na internet, conta uma outra história. Ela mesma inventou a receita e da maneira detalhada como relata sobre os negócios da família, não deixa dúvida. Até hoje o cigarrete não falta nos encontros dos moradores da cidade. Pesquisando na internet, observamos alguns comentários sobre o prato, muitos deles afirmando que só comeram em Jaboticabal, entretanto, há mineiros que garantem que o melhor é o da terra.

A vivência com o relato sobre Guatapará, cidade até pouco tempo ainda distrito, foi reveladora. A moradora do lugar não parecia entusiasmada, seu olhar só revelava aquilo que ela não gostava de ver. Entre o grupo, no entanto, havia um jovem que guardava na memória suas férias de Natal em Guatapará. Ele descreveu com minúcias a fazenda que visitava, a entrada da propriedade rural e, com mais detalhes ainda, a ponte antiga. Sua verbalização sobre a pequena localidade, quase poética, seguia acompanhada de sorrisos de infância. Ao final, todos queriam ir ao mesmo lugar.

Os participantes de Taquaritinga demoraram a enxergar o que só a cidade tinha. Passeamos, passeamos até que eles descobriram alguns lugares, entre eles a venda do senhor Titinho Libanori, comércio pequeno que tem de tudo e faz parte da história da localidade e o Bar do Riquinho que vende a melhor linguiça seca que qualquer um já comeu, segundos os anunciantes.

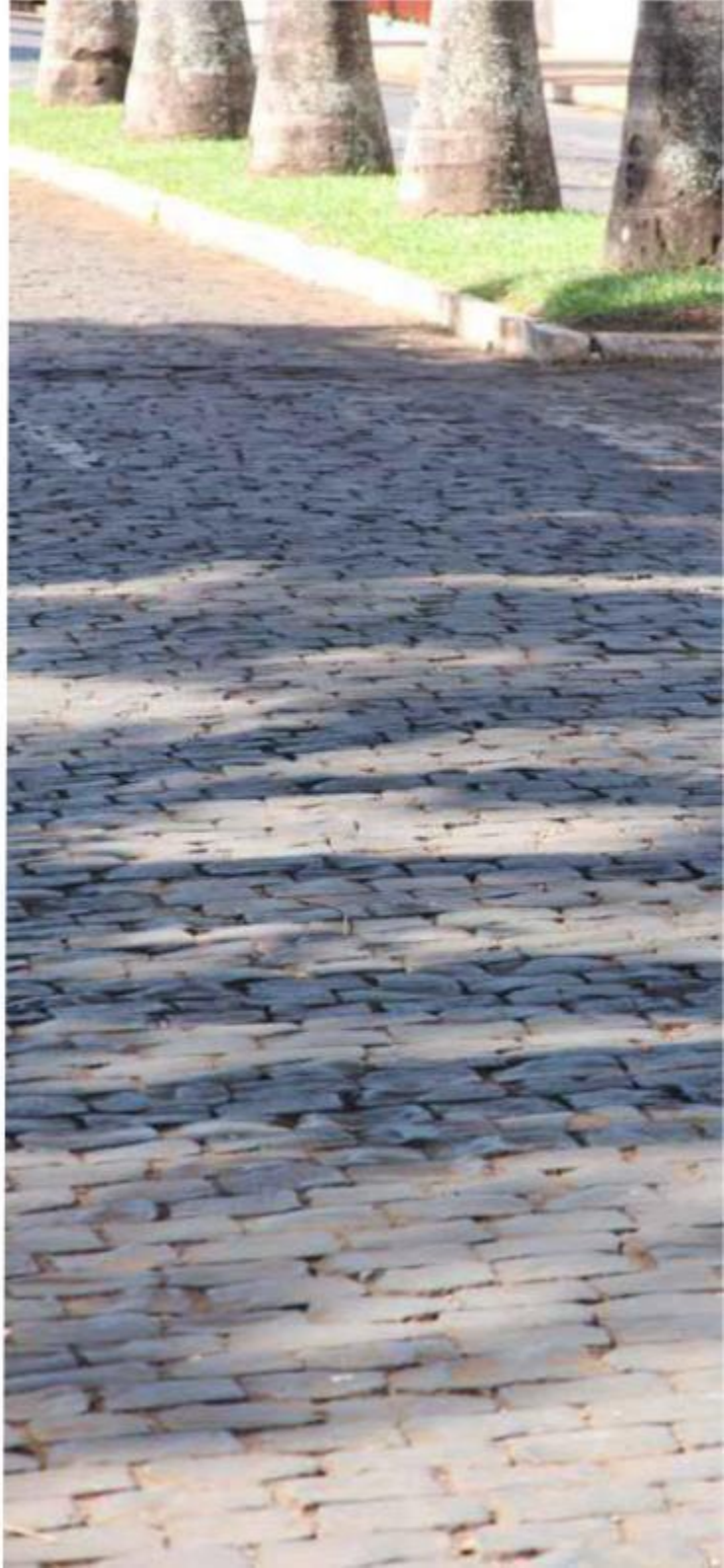
Nesta metodologia, de tirar a névoa para enxergar a referência, de tornar visível o invisível, cada um foi apresentando suas simples notoriedades. Pontal com a feira de domingo, Itápolis com seu campo de futebol, Sertãozinho com o seu novo Cristo que, ao ser instalado, mudou a rotina daqueles que frequentavam o lugar.



Fotos: Nuporanga. Adriana Silva, 2015.



Nuporanga se revelou a nós logo na chegada, com suas muitas ruas de paralelepípedo. Os participantes não sabiam ao certo sobre o que íamos falar, mas logo, muito logo, perceberam que o assunto respondia muitas de suas perguntas. Para a dinâmica, resolvemos, justo naquele dia, levar rapadura para ilustrar a produção artesanal do produto. Ficamos acanhadas ao saber que na cidade produziam a melhor rapadura da região. A dona do conhecimento foi chamada e nós escondemos a nossa rapadura comprada em mercado. Como a cidade é pequena e o grupo não era grande, saímos pelas ruas em busca de ver o que só Nuporanga tinha. Entramos e saímos de casas antigas que, para muitos, eram só edificações velhas. Refletindo nosso entusiasmo, foi possível perceber a mudança do vocabulário ao longo do encontro. De repente eles estavam apontando para coisas que sempre estiveram ali, mas que até aquele dia, não saltavam aos olhos.



Fotos: Nuporanga. Adriana Silva, 2015.



Dona Mirtes de Oliveira Tavares

O modo de fazer licores a partir das frutas do lugar e rapadura como uma referência cultural da cidade.



Em Bebedouro a expectativa era grande. O encontro encerraria uma semana de estudos sobre patrimônio e o público estava ansioso. Com blocos de anotação e fotos o tempo todo das lâminas do powerpoint, os participantes sabiam muito bem o que queriam aprender. A cidade recebeu ainda, representantes de Colina e Pontal. Foi ali, muito provavelmente pela presença de educadores, que o debate sobre o modelo de comemoração das festas juninas e do dia do índio mais repercutiu. Depois de ilustrar que as festas promovidas pelas escolas apresentam caricaturas de uma cultura que nunca existiu, como por exemplo; remendos ridicularizados nas roupas, meias de pé trocados, pintas desproporcionais no rosto, dentes pintados de preto, externalizações de um caipira que



deixam para trás uma cultura simples a fim de evidenciar aspectos muitas vezes distorcidos da vida no campo, o público refletiu sobre o papel da Educação Patrimonial. Na dinâmica do passeio pelas cidades, Bebedouro se revelou imensa. Todos começaram tomando café no mesmo lugar: na esquina do pecado e com uma diversidade ou outra no trajeto, não houve grupo que não parasse no complexo formado pela estação ferroviária. O lugar guarda edificações, que guardam histórias e revelam pessoas, especialmente as histórias das pessoas que chegavam de trem e subiam a escadaria para ver a vida.



Fotos: Bebedouro. Adriana Silva, 2015.



Em Ituverava a chuva fez companhia durante todo o dia. Dificultou o passeio pela cidade, mas não minimizou a atuação dos participantes. Divididos em grupos, as muitas professoras de arte, coordenadoras e os artistas acompanharam os referenciais, inicialmente sem de pronto relacioná-los aos seus cotidianos. Uma hora depois, tudo estava claro e, sim, havia muito por ser feito na cidade e, em especial, começando pelas escolas.

Ao longo do passeio virtual, paradas em lugares comuns. Lembraram das excelentes cozinheiras, dos pequenos e antigos estabelecimentos, evidenciaram o trabalho dos artesãos e dos músicos, contaram a história da escola que está entre as tombadas pelo Estado. Mas um patrimônio edificado chamou a atenção de todos: a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, erguida pelos próprios escravos, em 1820. Ao seu redor, até o que não se pode ver mais, ainda se mantem presente, nas memórias dos moradores do lugar. Seguindo o caminho da igreja muito bem conservada se chega à cachoeira que sempre esteve ali. Já foi muito visitada, até mesmo por pessoas de outras localidades. Todos manifestaram o desejo de que a área ecológica se torne o centro das atenções novamente. Na cidade onde a estação ferroviária está fechada, existem muitas expectativas de ocupação cultural. Os bares não escondem a forte imigração japonesa. Um petisco para toda hora é o peixe cru.





Fotos: Ituverava, Adriana Silva, 2015.





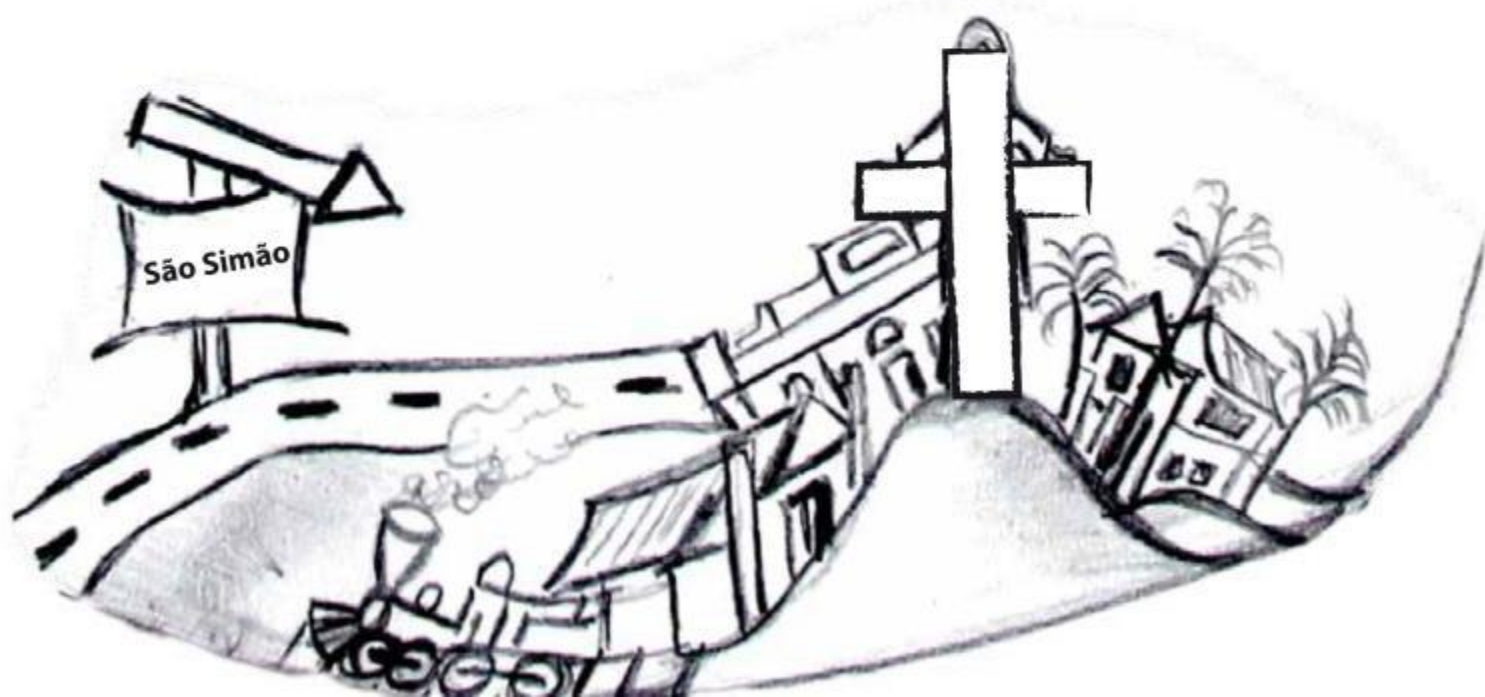
Fotos: Palestra pela manhã, roteiro dos lugares de afetividade, à tarde. Ituverava.



Em São Simão, a plateia esperava atenta pela oficina. Eles queriam ampliar o conhecimento para a elaboração de um plano de gestão para a cultura da cidade. Um lugar que guarda a história do artista Marcelo Grassmann. A casa onde ele morou está lá pronta para ser visitada. Bem de frente do teatro que foi recentemente restaurado. E por falar em teatro, houve quem afirmasse que esta é uma arte em ebulição na localidade. O cristo, do alto da montanha, guarda São Simão, cidade de grande área rural e pequena concentração urbana, terras por onde passa um rio que virou praia: Prainha do Tamanduá.

Uma parada uniu história, memória e muito prazer gastronômico: a Sorveteria Adriano. Filho de José Luiz do Vale, o criador de sabores, premiado em vários concursos, guarda receitas do passado que incrementa com frutas de época e recebe clientes vindos de muitos locais somente para saborear suas diversidades geladas. Sorvete de uvaia e até mesmo de pindaíba (que duas de nós nem sabiam que era fruta) são algumas das variações de sabores do lugar.

Antes da saída, uma última parada na panificadora histórica. Rita de Cássia, Rosa Aparecida, Plínio Marcos e Paulo Fernando Puccini tocam o negócio criado pelo bisavô, imigrante italiano, senhor Augusto Buccini. Eles não sabem se a quinta geração vai dar continuidade aos negócios da família, muito provavelmente não, mas enquanto trabalham deixam aparente, para quem quiser ver, as marcas do tempo. Todos falam do biscoito de povilho, do pão de forma redondo e de outras gostosuras que exalam aroma por toda a cidade.



Mas São Simão guarda muito mais. Logo ali tem o distrito de Bento Quirino que mantém viva a memória do trem. Mais distante tem a fazenda do Conde. Contam que ele escondeu um tesouro até hoje não encontrado. Tem o sino que toca meia noite, o assentamento onde se pode comer uma comida caseira muito especial.



Fotos: São Simão, Adriana Silva, 2015.





Fotos: São Simão, Adriana Silva, 2015.



Barretos com sua história antagonizada entre uma festa mundialmente conhecida e uma cidade não inteiramente partícipe desta celebração se mostrou rica de identidades que se ocultam. O sabor especial da linguiça do orquidário, o pequeno restaurante beira rio, o cachorro quente servido na praça, uma das mesquitas mais antigas do país, o pequeno grande museu, o sorvete popular, a fábrica de chapéus, as festas religiosas nas comunidades antecedidas de queimas de alho, os grupos de catira, a antiga estação do trem.



Uma cidade de tantas características que se perde em um projeto de unidade. Existe a Barretos que todos conhecem e a Barretos que muitos poucos conhecem. A distância entre as duas, afasta um projeto de cidade criativa.



Considerações finais

Em viagem pela Espanha, precisamente em Barcelona, bem na entrada do Museu de Picasso, uma frase proferida por uma brasileira nos estarreceu. Enquanto guardávamos as bolsas para iniciarmos o passeio, a família se posicionava para uma foto na escadaria. Um integrante do grupo perguntou: “Não vamos às outras salas?”. Então a resposta: “Não, demora muito; já viemos. Agora uma foto para provarmos que estivemos aqui e missão cumprida”.

São autores de frases como essas que dão lugar para o surgimento da sociedade do espetáculo definida por Mario Vargas Llosa como “a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigentes é ocupado pelo entretenimento, no qual divertir-se, escapar do tédio é a paixão universal”. Para o autor, este comportamento banalizou a cultura neste mundo pós-moderno. Para nós, o mesmo comportamento revela a falta de afetividade.

Para atender a essa sociedade, surgiram as cidades do espetáculo, com imensos espaços cenográficos que, ao serem erguidos, promoveram, em muitos casos, a gentrificação, ou seja, expulsaram as pessoas que não decoravam adequadamente o lugar.

Cidades para turista ver podem ser identificadas como criativas, mas a perda da categoria humana as coloca numa escala desclassificatória, pois, como já foi enunciado, a economia criativa apresenta como seu grande diferencial a reversão de seus benefícios para o atendimento da localidade. É uma economia que, para ser intitulada de criativa, precisa, necessariamente, promover os envolvidos diretos e colaborar para a sustentabilidade da ideia criativa e de seus atores sociais.

O quadro a seguir diferencia uma cidade da outra, colocando o Patrimônio Cultural em destaque:

Cidade Criativa e Sustentável



Cidade Espetáculo

Patrimônio como qualidade de vida;

Inclusão das populações residentes;

Novos usos com a reabilitação das áreas com enfoque na questão social;


Sustentabilidade com ações integradas entre os órgãos públicos.

Patrimônio como mercadoria;

Gentrificação - exclusão das populações pobres;

Novos usos não resultantes em processo integrados de reabilitação;

Pseudo-sustentabilidade com a criação de cenários e falta de diálogo.



A proposta se fez maior do que o planejado. Os resultados justificaram que oficinas virassem verdadeiras experiências práticas e acadêmicas e expandissem para o campo da gestão pública. No início, a ideia era compartilhar conhecimento, mas tudo se deu de maneira tão intensa que, a partir de um referencial teórico e de uma metodologia, o conhecimento foi se dando, se transformando, uma oficina atrás da outra.

Nós testamos ao ser testadas. Aprendemos ao querer ensinar. Confirmamos pressupostos e reiteramos o aprendizado de longa data. Unimos o interesse pelo tema e avançamos com um olhar de gestão para as questões habitadas na cultura.

Das oficinas surgiram propostas e resenhas foram inevitáveis: (1) planejar a cidade que se deseja criativa colocando o homem em primeiro plano; (2) diagnosticar as referências culturais antes da elaboração de um plano de ação para a Cidade Criativa; (3) perceber as potencialidades não potencializadas; (4) valorizar o que se tem, não lamentar o que pensa não ter; (5) olhar a cidade com outros óculos; (6) preservar o patrimônio histórico com a atenção no futuro... entre outras.

Propostas e resenhas que se desdobram em outras propostas e que, estrategicamente concebidas, dão base para um expansivo programa de ação no campo da administração pública, aparentemente correlata ao universo cultural, mas muito mais abrangente do que isso. Pois a Cidade Criativa somente se consolida quando também se faz sustentável.

O cultural se apresenta como base, pautado no Patrimônio, nas referências identitárias da localidade, mas

Quando o IPCCIC sentiu a necessidade de criar sua própria Tecnologia Social para identificar as potencialidades das cidades enquanto identidade cultural rumo à consolidação de um modelo de cidade criativa, o fez, muito especialmente, para promover a diferenciação estampada no quadro acima.

Não poucas vezes, um projeto de economia criativa acoberta a base sobre a qual surgiu para dar respostas imediatas a gestores que desejam, a qualquer custo, gerar recursos.

Em alguns casos, as motivações são até bem postuladas, mas a falta de abrangência no diagnóstico, no planejamento e na criação de um plano de ação acaba promovendo resultados que excluem os atores principais.

Somente um diagnóstico comprometido, resultado de práticas de escutas apuradas, de leituras e releituras das muitas realidades do lugar, de liberdade econômica para pensar na melhor oportunidade para as pessoas, e não para as instituições, é que pode balizar uma proposta vitoriosa de economia para a transformação do lugar em cidade criativa.

Ao longo das oficinas, ainda que de maneira reduzida, pelas condições do projeto, espalhamos provocações que, na unidade de medida criada para avaliar a iniciativa, pareceram prontas para germinar.

As falas iniciais foram alteradas por falas finais mais emotivas. Uma cegueira provocada pelo peso da dificuldade do fazer mostrou-se menos obscura diante de um novo reino de possibilidades.



REFERENCIAS

AQUINO, Tomás. Suma teológica. Tradução de Alexandre Corrêa, organização de Rovílio Costa e Luis A. de Boni. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. 5 v.

ALVES, Luiz Roberto; Sá, José de. Políticas Integradas de Governança: participação, transparência e inclusão social. Umesp, São Bernardo do campo, 2011.

ARRUDA, José Maria. Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural. Ação do Estado e da Comunidade. Uma análise do município de Mariana, MG. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8038/000062728.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 ago. 2014.

BERNDT, Angelica, BASTOS, Rossano Lopes. Anais do VIII Congresso da ABRACOR - Associação Brasileira Conservadores Restauradores Bens Culturais. Políticas de Preservação e técnicas em conservação/Restauração e Formação Profissional. Ouro Preto, Minas Gerais, 3-8 nov. 1996, p. 16-22.

BARROS, A.C.F. & REZENDE, C.L. de. Companhias de Reis de Ribeirão Preto. Relatos de devoção e de fé. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil (De 25 de março de 1824)

BRASIL. Lei n. 378 de 13 de Janeiro de 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm> . Acesso em: 20 ago. 2015.

BRITO JR., G. F.; LIGEIRO, G. N. Direito das sucessões: conceito e considerações, bem como evolução na linha do tempo - delimitação das margens históricas do direito das sucessões. Intertemas Online. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2526/2050>>, Acesso em: 08 jun. 2014.

BROWN, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das ideias velhas. Elsevier Editora. São Paulo, 2010.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. Europa 1500-1800. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.



CARMO Jr., J. Aldo do; MORAES, Júlio Luchesi. How magic is Cinema? Assessing the effects of the artistically successful cinema cluster in Paulínia, Brazil. ACEI – Association for Cultural Economics International. 2012. Disponível em: <http://www.regionalstudies.org/uploads/RSAI_2012_Moraes_Final.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

CARRATO, José Ferreira. As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo: Nacional, 1963.

CASCUDO, Luis da Câmara. História da Alimentação no Brasil. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983. P. 268.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CORREIA, F. de A. A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis (1913-1950). Brodowski, edição do autor, 2005.

COULANGES, Fustel. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. A Cidade Antiga. São Paulo: Américas S.A., 1961.

DÓRIA, Carlos A. A formação da Culinária Nacional. São Paulo: Publifolha, 2009.

DÓRIA, Carlos A. A cultura materialista. A construção racional do alimento e do prazer gastronômico. São Paulo: Senac, 2009.

DELUMEAU, Jean. De Religiões e de Homens. Trad. Nadyr de S. Penteadó. São Paulo: Loyola, 2000, p.9.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2011, p. 71.

ELIOT, T.S. Notas para a definição de cultura. Perspectiva. São Paulo, 2013.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHA: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Políticas culturais. Teorias e práxis. 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>> . Acesso em: 20 ago. 2015.

FLORIDA, Richard. The Rise of the Creative Class. Nova York: Basic Books, 2002.

_____. Who's your city? How the creative economy is making where to live. Editora Basic Books, 2009.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

FREITAS, Nainóra M. B. de. A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo D. Alberto José Gonçalves. (tese) Franca, Unesp, 2006.

- FREITAS, Nainôra M. B. de. As festas do Rosário de Mariana. In: Revista Estudos de História, Franca, v.5, p. 71-86, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GAETA, Maria Aparecida da V. Caminhando, Cantando e Agradecendo: o culto ao Bom Jesus da Lapa como uma experiência do sagrado- um estudo sobre formas de religiosidade "popular" no nordeste paulista (1909-1996). Tese livre docencia. Franca, Unesp, 1997.
- GUAZELLI, A. M. C. & FERREIRA, D. & CASTRO, M. C. & MOLINA, S. R. O Menino que Virou Festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2012.
- GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. Editora Perspectiva S.A, São Paulo, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&, 2006.
- JELINEK, Rochelle. O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do código civil. Porto Alegre: PUC, 2006. Disponível em: < <http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- LANDRY, Charles.; BIANCHINI, Franco. "The Creative City". Working paper 3: Indicators of a Creative City. A methodology for assessing urban viability and vitality. London: Comedia, 1994.
- LE GOFF, J. História e Memória. Tradução de Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano: cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Bookman, Porto Alegre. 2012.
- LEITE, S. Cartas do Brasil e mais manuscritos do Pe. Manuel da Nóbrega. Belo Horizonte: Itataiaia: 2000.
- LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo – Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Objetiva, São Paulo. 2013.
- MERGAREJO NETTO. M. A Geografia do Queijo Minas Artesanal. Belo Horizonte: edição do autor, 2014.

Modo de Fazer Queijo Artesanal da Região do Serro. Disponível em [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/COMPONENT/CONTENT/ARTICLE/923](http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/article/923) acesso em 10 de setembro de 2015.

MONTEIRO, A. M. Comidas conversadas. Memórias de Herança transmontana. Lisboa: Ancora, 2014.

NEVES, Dulce. Memórias de um Teatro: o fio da história. Ribeirão Preto: IPCCIC, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara A. Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, SP, Brasil, 1981, p. 7-28.

PATRIMÔNIO IMATERIAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 20 de julho de 2015.

REIS, Ana Carla Fonseca Org. Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento : uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo. Itaú Cultural, 2008.

____ Cidades Criativas – soluções inventivas – O papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais. Garimpos de Soluções e Fundarpe, São Paulo, 2010.

____ Cidades Criativas – da teoria à prática. SESI SP Editora. 2012.

SCARANO, Julita. Fé e Milagre. Ex-Votos Pintados em Madeira Séculos XVIII e XIX. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHARMER, Otto. Teoria U: como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Elsevier. Rio de Janeiro, 2010.

____. Liderar a partir do Futuro Emergente: a evolução do sistema econômico ego-cêntrico para o eco-cêntrico. Elsevier. Rio de Janeiro, 2014

SHULGER, Ephim (Org). Cidades em Transformação. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SOUSSUMI, Yusaku. Afetos, sobrevivência e desenvolvimento na neuro-psicanálise. Revista Brasileira de Psicanálise, 2005.

SPHAN. Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. The Creative Economy Report. 2008. Disponível em: <www.unctad.org/en/docs/ditc2008cer_en.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

UNESCO Institute for Statistics – Internacional Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-

-2003. Defining and Capturing the Flows of Global Cultural Trade. Montreal: 2005. Disponível em: <www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/Intl_Flows_EN.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe . A territorialização do polo cinematográfico de Paulínia, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n3/1676-8329-mercator-13-03-0037.pdf>Acessado em julho de 2015.

Vygotsky apud ALVES, José Moysés. As ideias de Vygotsky sobre a relação razão-afetividade no curso do desenvolvimento. In: SOUZA, M. T. C. C. & BUSSAB, V. S. (org.). Razão e Emoção. Diálogos em Construção. Casa Psi Livraria, 2006.

XAVIER, Gilberto Fernando. Memória, individualidade e inconsciente como expressões do funcionamento de redes nervosas: uma breve especulação. Revista USP. São Paulo, n. 98, p.31-40, junho/julho/agosto 2013.

Sites consultados:

http://abacai.org.br/patrimonio_imaterial/, acesso em 12/07/2015.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf, acesso em 28/ 07/2015.

<http://www.independentes.com.br/festadopeao/queimaalho>, acesso em 26 de agosto de 2015.

<http://www.olimpia.sp.gov.br/index.php?abre=olimpia=sp=museu=de=historia=e=folclore>, acesso em 28 de julho de 2015.

<http://www.folcloreolimpia.com.br/index.php?abre=noticias=exibir&id=911&>

[Educacao-esta-cada-ano-mais-inserida-nos-festivais-do-Folclore-&id_editoria=1](http://www.folcloreolimpia.com.br/index.php?abre=noticias=exibir&id=911&Educacao-esta-cada-ano-mais-inserida-nos-festivais-do-Folclore-&id_editoria=1), acesso em 26 de agosto de 2015.

<http://www.cachacabarragrande.com.br/index.php>, acesso em 5 setembro de 2015.

<http://www.caminhosdosulde Minas.com.br/turismo/Pagina.do> acesso em 10/08/2015

<http://cidadecriatividadefeliz.com.br/?p=4458>, acesso em 12/ 08/ 2015

